

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO (FAAC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS MUDIÁTICOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

NAYARA KOBORI

**A VOZ DA IGREJA NO “DIÁRIO DE NOTÍCIAS”:
RIBEIRÃO PRETO – 1961-1967**

BAURU/SP
2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO (FAAC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

**A VOZ DA IGREJA NO “DIÁRIO DE NOTÍCIAS”:
RIBEIRÃO PRETO – 1961-1967**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru (SP), pela aluna Nayara Kobori, sob orientação do Prof. Adj. Maximiliano Martin Vicente.

Kobori, Nayara.

A voz da Igreja no "Diário de Notícias" :
Ribeirão Preto - 1961-1967 / Nayara Kobori, 2017

159 f.

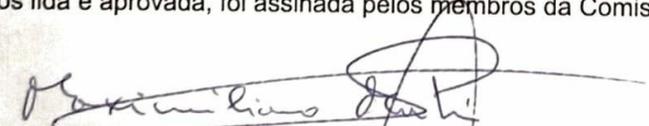
Orientador: Maximiliano Martin Vicente

Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) -
Universidade Estadual

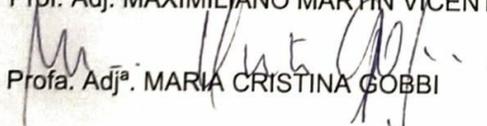
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2017

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE NAYARA KOBORI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

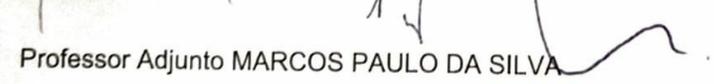
Aos 20 dias do mês de outubro do ano de 2017, às 09:00 horas, no(a) Sala de Reunião dos Programas de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE - Orientador(a) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Profa. Adj^a. MARIA CRISTINA GOBBI do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC - UNESP - Bauru/SP, Professor Adjunto MARCOS PAULO DA SILVA do(a) Centro de Ciências Humanas e Sociais / UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de NAYARA KOBORI, intitulada **A voz da Igreja no "Diário de Notícias": Ribeirão Preto - 1961-1967** . Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.



Prof. Adj. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE



Profa. Adj^a. MARIA CRISTINA GOBBI



Professor Adjunto MARCOS PAULO DA SILVA

Nayara Kobori

A VOZ DA IGREJA NO “DIÁRIO DE NOTÍCIAS”:
RIBEIRÃO PRETO – 1961-1967

Área de Concentração: COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

Linha de Pesquisa: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

BANCA EXAMINADORA

Presidente/Orientador: Prof. Adj. Maximiliano Martin Vicente

Instituição: Unesp/Bauru

Professor(a) 1: Profa. Adj. Maria Cristina Gobbi

Instituição: Unesp/Bauru

Professor(a) 2: Prof. Adj. Marcos Paulo da Silva

Instituição: UFMS/Campo Grande

RESULTADO:

Aos meus pais, Rejane e Carlos, meus eternos professores.

Para todos os cidadãos de Ribeirão Preto, um pouco de História.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Bem Maior. Em alguns lugares, é levado pelo nome Deus ou são forças da natureza que regem o universo. Em particular, acredito em uma congruência de forças, femininas e masculinas, que nos guiam espiritualmente e nos ajudam a traçar o destino. Ao Bem do mundo, obrigada por tudo: desde o início da aprovação do mestrado, até esse novo caminho que se abre.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Rejane e Carlos Kabori, que sempre me ensinaram a importância do estudo. Por toda a casa, os livros estiveram espalhados, sendo os principais objetos do nosso lar. Vocês são meus eternos professores.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof. Adj. Maximiliano Martin Vicente, que desde a graduação tem me inspirado. Mais do que um professor, você me ensinou o valor da humildade e da compreensão.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), que financiou a minha pesquisa, durante todo o mestrado, no processo 2015/12364-2. A instituição sempre acreditou na força da pesquisa para transformar o mundo, por isso, me inspira a continuar a trilhar os passos da academia.

Agradeço à minha amiga Aline Ferreira Pádua, companheira de graduação e pós-graduação, de artigos científicos e congressos, e que me ajudou muito durante toda a minha trajetória acadêmica. Não só pela parceria de estudos, mas também pelas confidências compartilhadas.

Agradeço aos amigos que fiz durante o Mestrado, em especial, a Priscila Caldeira, Fábio, Mariane e Mariana. Obrigada pelos ótimos almoços e pela evolução como ser humano que me proporcionaram ao longo desses dois anos e meio.

Agradeço aos meus familiares, com carinho especial aos meus avós paternos (*in memoriam*), aos meus avós maternos e a todos da família que acreditaram em mim. Também agradeço ao meu ex-namorado, Andrei Rigobello, que ficou ao meu lado em quase todos os anos do mestrado e me apoiou nos momentos difíceis. E ao meu namorado Renato Rosa, que teve toda a paciência, amor e carinho na etapa final da dissertação.

Agradeço aos funcionários da Faculdade de Teologia e Filosofia de Ribeirão Preto, principalmente, a Ivone. Também aos seminaristas, que logo se consagram padres, e que foram responsáveis por me apresentar outras visões de mundo.

Agradeço a todos os professores da graduação e pós-graduação da UNESP, com carinho à Fátima. Adj. Maria Cristina Gobbi e ao Prof. Dr. Célio José Losnak.

Agradeço a todos os funcionários da FAAC, em especial, o Silvio, pelo suporte desde o início.

“E através das dissidências que a História acerta os seus passos. Há um momento em que as possibilidades de uma proposta — religiosa ou política — parecem esgotar-se sob o peso dos anos, da rigidez de seus princípios, da inflexibilidade de sua disciplina, da intransigência de seus dogmas, da prepotência de seus líderes. Como a fonte seca à beira da estrada, incapaz de saciar a sede dos peregrinos que atraiu, a proposta vê-se rejeitada por seus discípulos dispostos a caminhar sem a tutela que lhes atrasa o passo. (...) Toda a história da Igreja é como uma teia entrelaçada por experiências místicas e disputas ideológicas, influências culturais e manobras políticas, heresias doutrinárias e inovações pastorais. O centro dessa teia, a fé no Senhor, permanece intangível. Mas sua extensão em intrincados labirintos é, de um lado, sinal da diversidade dos dons Espírito e, de outro, obra dessa incessante busca que faz do ser humano, em seus anelos de perfeição, o aprendiz de Deus”.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**: Guerrilha e morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 32.

KOBORI, Nayara. **A voz da Igreja no “Diário de Notícias”: Ribeirão Preto – 1961-1967.** 2017. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Comunicação Midiática). FAAC – UNESP, sob orientação do Prof. Adj. Maximiliano Martin Vicente.

RESUMO

A pesquisa “A voz da Igreja no *Diário de Notícias*: Ribeirão Preto - 1961-1967” tem como proposta realizar um levantamento dos editoriais escritos no “Diário de Notícias” (DN), durante os anos de 1960 e, assim, perceber as relações entre História, Comunicação, Jornalismo, Política e Sociedade. O foco principal está nos anos de 1963, 1964 e 1965 (embora os anos de 1966 e 1967 também tenham sido considerados), recorte escolhido por significar a passagem do governo democrático, para o regime autoritário imposto pelo golpe civil-militar. O jornal era mantido pela Arquidiocese da Igreja Católica de Ribeirão Preto e, por esse motivo, também foi necessário nos debruçarmos em estudos sobre a imprensa católica, Religião e Comunicação e, por fim, o jornalismo regional. As nossas considerações caminham para ressaltar as particularidades de um órgão católico regional, que fincou posicionamentos polêmicos em um conturbado período da História brasileira. Com isso, contribui para o debate do jornalismo do interior, imprensa católica, política e sociedade. Como ferramenta metodológica, utilizamos da Hermenêutica em Profundidade (HP) e, dessa forma, pudemos empreender um estudo ideológico sobre o meio de comunicação e perceber quais as intencionalidades por trás do texto escrito e produzir as inferências iniciais.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo Local; Comunicação; Ribeirão Preto; Igreja Católica; *Diário de Notícias*; Anos 1960.

ABSTRACT

The research "The Voice of the Church in the Newspaper: Ribeirão Preto - 1961-1967" has as its proposal to carry out a survey of the editorials written in the "Diário de Notícias" (DN) during the 1960s and, thus, to understand the relations Between History, Communication, Journalism, Politics and Society. The main focus is in the years 1963, 1964 and 1965, a cut chosen to signify the passage from democratic government to the authoritarian regime imposed by the civil-military coup. The newspaper was maintained by the Archdiocese of the Catholic Church of Ribeirão Preto and, for that reason, we also had to study Catholic press, Religion and Communication, and finally, regional journalism. Our considerations go on to highlight the particularities of a regional Catholic body, which has placed controversial positions in a troubled period of Brazilian history. With this, it contributes to the debate of journalism in the interior, the Catholic press, politics and society. As a methodological tool, we use Hermeneutics in Depth (HD), in this way, we could undertake an ideological study about the medium of communication and realize the intentionalities behind the written text and produce the initial inferences.

KEY WORDS

Local Journalism; Communication; Ribeirão Preto; Catholic Church; *Diário de Notícias*; 1960.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Recorte de Cabeçalho. Diário de Notícias. 06/01/1961. P.1	96
Figura 2. Recorte Corpo Editorial. Diário de Notícias. 03/01/1961. P.2.....	97
Figura 3. Recorte Corpo Editorial. Diário de Notícias. 09/05/1964. P.2.....	97
Figura 4. Organização da primeira página. Diário de Notícias. 06/01/1961. P.1	99
Figura 5. Organização da segunda página em 1961. Diário de Notícias. 08/01/1961. P.2.	101
Figura 6. Organização da segunda página em 1963. Diário de Notícias. 03/04/1963. P.2.	102
Figura 7. Organização da terceira página em 1961. Diário de Notícias. 06/01/1961. P.3.	104
Figura 8. Organização da terceira página em 1962. Diário de Notícias. 04/02/1962. P.3.	105
Figura 9. Organização da terceira página em 1963. Diário de Notícias. 07/03/1963. P.3.	106
Figura 10. Organização da quarta página. Diário de Notícias. 08/01/1961. P.4.	108
Figura 11. Organização da quinta página. Diário de Notícias. 08/01/1961. P.5.	109
Figura 12. Organização da sexta página. Diário de Notícias. 06/01/1961. P.6.	110
Figura 13. Organização da última página. Diário de Notícias. 06/01/1961. P.7.	111

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 2: AS ARTICULAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO, HISTÓRIA E JORNALISMO	21
2.1 As relações multidisciplinares entre Comunicação, História e Jornalismo	21
2.2 O desenvolvimento de pesquisas com a História e o Jornalismo	25
CAPÍTULO 3: O JORNALISMO LOCAL E A IMPRENSA DO INTERIOR	29
3.1 O desenvolvimento da imprensa no interior do estado de São Paulo.....	30
3.2 As discussões sobre jornalismo local e a imprensa do interior	34
3.3 Reflexões sobre o modo de fazer jornalismo do interior.....	41
CAPÍTULO 4: HISTORIOGRAFIA	46
4.1 De Jânio a Castelo Branco	47
4.2 Ribeirão Preto: acontecimentos nacionais aos locais.....	54
4.3 O desenvolvimento da imprensa em Ribeirão Preto.....	58
CAPÍTULO 5: A IMPRENSA CATÓLICA	64
5.1 A Igreja católica e a Imprensa	65
5.2 A opção pelos pobres	70
CAPÍTULO 6: METODOLOGIA	75
6.1 O jornal enquanto fonte e objeto de pesquisa	76
6.2 O estudo dos gêneros opinativos do jornalismo	79
6.3 A Hermenêutica em Profundidade e a ideologia	80
CAPÍTULO 7: DO CAMPO DA ANÁLISE	88
7.1 O jornal dos padres	90
7.2 Aspectos Gerais: características e diagramação	94

7.3 A Doutrina Social Cristã como solução.....	113
7.4 Reforma Agrária e o homem do campo	120
7.5 Do jornal aos sindicatos: Frente Agrária	126
7.6 A Editorial Comunitária “Diário de Notícias” S/A.....	131
7.7 A “Revolução” e o governo Castelo Branco.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
BIBLIOGRAFIA	152

1 INTRODUÇÃO

A História é construída, moldada, revista, reformulada e reinterpretada. Michel de Certeau (2002), em sua obra “A Escrita da História”, relativiza a questão histórica, afirmando que a construção dos fatos depende de como tratamos os acontecimentos, sendo a narrativa da história uma interpretação, à luz do que acreditamos ser a “verdade”. Por isso, é necessário estar atento às fraturas da História, os meios de resistência, que tiram o olhar do lugar-comum para escrever novas formas narrativas que irão compor a nossa consciência de mundo.

Dessa maneira, vemos na imprensa um instrumento que contribui para a elaboração da História, por meio de “narrativas que operam com categorias temporais entre três dimensões fundamentais: a mídia, a memória e a história” (MENEZES, 2012). Estamos falando de uma operação “midiográfica”, termo cunhado pela pesquisadora Sônia Menezes, ao referir-se à composição de história através dos meios de comunicação, levando em conta as práticas e elementos que conformam a produção midiática, além de sua reprodução e resignificação em um determinado espaço-tempo. A midiografia é, para nós, um complemento metodológico do que chamamos de História da Comunicação, pois carrega mais do que a descrição historiográfica dos acontecimentos, mas sim, todo o contexto que reveste a cultura e os diversos processos de construção do texto jornalístico.

Nesse sentido, nosso trabalho procura atender a complexidade que envolve a escrita midiática na História, de um veículo particular do contexto brasileiro. Apresentamos o “Diário de Notícias” (DN), impresso católico da cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, a partir de seu 33º aniversário, até os seus 40 anos de existência (1961-1967). O periódico foi inaugurado em 1928, pela família Silva Lisboa, mas ganhou notoriedade a partir de 1943, quando foi adquirido pela Arquidiocese católica de Ribeirão Preto. Assim, o jornal seguiu uma trajetória alinhada aos princípios cristãos, ora conservadores, ora progressistas. A pesquisa que realizamos está centrada justamente nesse ponto: observar o perfil editorial da folha, tendo em vista as pregações da Igreja Católica em nível mundial, bem como as questões sociais e políticas que envolviam os fenômenos que cercavam o diário.

O desenvolvimento da pesquisa foi possível graças ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2015/12364-2, que subsidiou todo o estudo durante a vigência do mestrado. O intuito de nossas reflexões, em um primeiro momento, era dar continuidade aos estudos realizados na graduação (2011-2014), quando

investigamos o comportamento editorial do “Diário da Manhã” (DM), outro periódico de Ribeirão Preto, no mesmo recorte temporal: 1961 a 1967. A monografia leva o título de “A atuação política do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1961-1967”¹, com orientação do Prof. Dr. Célio José Losnak. Com isso, seria possível desenhar as características dos jornais impressos da urbe e compreender como se desenvolviam as discussões sociais na imprensa. As pesquisas se complementam, na medida em que cada uma contribui para reconstruir os passos da imprensa do município, em um período recortado de tempo, sendo possível uni-las em um futuro, com o objetivo de mapear os jornais da época. Também é uma forma de observar como se portavam os matutinos locais diante da imposição do regime civil-militar-midiático, e entender as articulações entre Jornalismo, Comunicação, História e Sociedade.

A justificativa do estudo em torno do jornalismo da localidade de Ribeirão Preto está pautada pela constatação de um número incipiente de pesquisas acadêmicas sobre os jornais da cidade durante os anos de 1960, sendo que a maioria dos estudos é oriunda de trabalhos de conclusão de curso, como é o caso da monografia “A Igreja Progressista e mobilização popular em Ribeirão Preto (1960-1964)”, de Daniel Marques Vilela (2004), e o livro-reportagem “O preço da luta – A Igreja Católica como ponto de partida”, das jornalistas Ana Paula Araújo Pinheiro e Anna Regina Bula Tomicioli (2000).

A escolha do “Diário de Notícias” como objeto central de nosso estudo está na particularidade da folha, bem como a presença do matutino na cidade de Ribeirão Preto, já que o DN ocupava o terceiro lugar no pódio de distribuição no município. Todos os exemplares encontram-se arquivados na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Seminário de Ribeirão Preto, localizada em Brodósqui-SP. Os arquivos estão encadernados, em blocos de três em três meses e, apesar das folhas estarem amareladas e algumas em processo de deterioração, é possível a consulta. O processo de digitalização dos exemplares foi realizado manualmente, com a fotografia o jornal e, posteriormente, edição das imagens para melhor visualização dos textos.

Diante das singularidades do “Diário de Notícias”, a pesquisa ganhou novos contornos, que ultrapassaram os objetivos iniciais, que incluíam a descrição do comportamento do jornal na década de 1960 e as observações acerca da imprensa em Ribeirão Preto no período recortado. Novas reflexões tomaram corpo, como a discussão sobre o jornalismo católico, o

¹ A monografia pode ser consultada através do acervo online da biblioteca da UNESP, no endereço eletrônico: <https://www.athena.biblioteca.unesp.br>. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), com bolsa de Iniciação Científica 2013/09924-0,

desenvolvimento de teorias comunicacionais latino-americanas (pressupostos que foram aplicados na análise do DN) e o próprio comportamento da instituição católica de Ribeirão Preto, que manifestava seus ideais por meio dos textos opinativos do “Diário de Notícias”. Vimos a necessidade de nos debruçarmos sobre novos estudos, que contemplavam vieses de análise sobre a imprensa católica em nível local, bem como o comportamento da Igreja Católica durante os anos de Ditadura Militar, tanto a ala progressista (representada pela Doutrina Social Cristã e os adeptos à Teologia da Libertação), quanto a ala conservadora da instituição católica.

Também não podíamos desconsiderar as características particulares que regem a imprensa do interior: um universo singularizado e especializado, em meio a uma crescente onda globalizante. Caminhamos na contramão de muitos estudos sobre a História da Imprensa no Brasil, que privilegiam os veículos das grandes capitais, advogando em nome de uma narrativa histórica universal, que bem sabemos, é construída. Assim, pretendemos contribuir para alavancar os estudos sobre jornalismo local, regional e interiorano, um campo de reflexão complexo, permeado de discussões que envolvem termos, conteúdos e particularidades.

Portanto, como proceder diante da complexidade do fenômeno: uma imprensa católica e regional, inserida nos anos de autoritarismo da década de 1960 e que, por sua vez, compartilhava de ideologias contrastantes conservadoras e progressistas? Ora, partimos de pressupostos de escolhas feitas metodologicamente para também elaborarmos a construção da trajetória do veículo. Optamos por dividir a pesquisa em seis principais capítulos, incluindo a Introdução, que trazem a reflexões pontuais sobre os elementos que formulam a nossa pergunta inicial.

No capítulo “As articulações entre Jornalismo e História”, aprofundamos os apontamentos da relação interdisciplinar entre História, Comunicação e Jornalismo. Pretendemos defender que esses campos se complementam e, trabalhar com eles ao mesmo tempo significa ter em mente a multidisciplinaridade das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Continuaremos a nossa reflexão, apontando quais são as características que definiram o desenvolvimento dos jornais do Brasil, e como as pesquisas sobre História da Comunicação contribuíram para a compreensão do fazer jornalístico atual.

Outra discussão importante para o nosso estudo, e que também dá continuidade às pesquisas sobre História da Comunicação no Brasil, diz respeito às considerações sobre localidade. Abordaremos no capítulo “O jornalismo local e a imprensa do interior” o desenvolvimento dos jornais locais, com foco no interior do estado de São Paulo, seguindo a

discussão de como é a prática jornalística no interior e as complexidades da definição de jornalismo local. Por isso, no primeiro momento, tem-se uma descrição do desenvolvimento dos periódicos no Brasil, em especial, no interior do estado de São Paulo, como forma de compreender as articulações históricas e mudanças que ocorrem na imprensa dessa região. Tais considerações foram embasadas nos estudos elaborados por Hime (1998), Schwarz (2001), Barbosa (2007) e Nelson Werneck Sodré (1983). Algumas pontuações sobre a História da Imprensa no Brasil também foram descritas, já que é indissociável a relação da grande imprensa dos centros urbanos, com as práticas jornalísticas do interior. Assim, já vislumbramos as influências que os veículos de comunicação do eixo Rio de Janeiro e São Paulo tinham sobre as publicações locais.

Após esse percurso, partimos para as reflexões que cercam as características do jornalismo local e imprensa do interior. Para isso, contamos com a colaboração da pesquisadora Aline Pádua (2016), que empreendeu um significativo estudo sobre o tema, durante o seu estágio em Portugal, em que esteve ao lado do Prof. Dr. Carlos Camponez. A contribuição deu-se no sentido de novas fontes bibliográficas, para completar os estudos sobre jornalismo do interior no Brasil, que ainda estão em processo de construção. Além disso, a pesquisa de Pádua (2016) serviu de base para organizarmos a reflexão sobre o jornalismo do interior e local, visto que muitas discussões pontuadas pela pesquisadora em sua dissertação de mestrado foram reinterpretadas no presente estudo. Outro ponto significativo foi a experiência de poder compartilhar dos mesmos grupos de estudo, orientador e produção de artigos científicos, já que tanto as reflexões de Pádua (2016), quanto esta pesquisa dialogam de forma bastante similar, se completando em diversas formas.

É importante ressaltar a intensa discussão sobre os termos que envolvem o jornalismo local ou imprensa do interior, já que há uma multiplicidade de características para definir o que é o local, ou o jornalismo do interior, jornalismo regional e jornalismo de proximidade. Finalmente, o último subitem do Capítulo III tece reflexões sobre o modo de fazer jornalismo do interior, ou seja, o jornal local enquanto empresa. Assim, pretendemos estruturar os modelos de produção do “Diário de Notícias”, de acordo com os aportes teóricos de Bueno (2013), Beatriz Dornelles (2013) e Cicília Peruzzo (2005).

Posteriormente, foi necessário um capítulo sobre o contexto espaço-temporal, no qual o DN estava inserido. Assim, nosso objetivo é perceber de que forma as nuances nacionais e locais

influenciavam o comportamento do periódico, bem como serviam de alimento para propagar a ideologia do veículo, principalmente, no concernente às decisões políticas da época. Tratamos de um item voltado ao governo de Jânio Quadros, a derrocada de João Goulart e os primeiros anos do regime autoritário do então Presidente Castelo Branco. Também trazemos um panorama da política municipal de Ribeirão Preto, como forma de compreender a política em nível local e, finalmente, como atuava a imprensa do município nos anos de 1960.

“A Imprensa Católica” é um capítulo dedicado ao vislumbre das relações entre a Igreja e o jornalismo. Acreditamos que tal estudo serve de base para compreender o interesse da Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto em ter um negócio na área jornalística e, além do mais, quais eram os pontos de vista pregados pela Madre Igreja Católica em Roma e como isso ressoava no “Diário de Notícias”. Durante uma leitura prévia dos exemplares do jornal, constatamos que havia uma grande aproximação de seus diretores religiosos, com as Doutrina Social Cristã e uma antecipação com a Teologia da Libertação, já que esta última foi consolidada no período posterior ao nosso recorte temporal, com a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1968, em Medellín, na Colômbia. Dessa forma, percebemos que o DN atuou como um eco das pregações do continente latino, com espaços para discussões sobre a emancipação do povo e reflexões sobre as práticas políticas e econômicas. Assim, seguimos com o item “A opção pelos pobres”, que tem como objetivo pensar as práticas religiosas na América Latina, em um contexto de exploração e espoliação capitalista. Percebemos que não só o capitalismo era criticado pelo DN, mas também o comunismo – o jornal defendia que nenhuma das duas ideologias era suficiente para promover a libertação do povo contra as práticas de submissão e exploração do capital. A partir dessas considerações, teremos uma bagagem bibliográfica significativa para entender como e o que pensava o DN em seus editoriais; e se eles se relacionavam, ou não, com o que era difundido por uma ala progressista católica no continente latino-americano.

No concernente à “Metodologia”, trazemos no primeiro subitem “O jornal enquanto fonte e objeto de pesquisa”, outra discussão que abarca questionamentos históricos e de comunicação. Tal reflexão se dá no sentido de compreender como os veículos de comunicação podem ser utilizados enquanto consulta para determinado estudo, bem como objeto, com pesquisas que descrevem o comportamento desses jornais em um determinado espaço e tempo. Esta dissertação anda por esse caminho, já que propõe a descrição do “Diário de Notícias”, ao mesmo tempo em que utiliza o veículo como fonte, para discutir as representações sociais.

No subitem “O estudo dos gêneros opinativos do jornalismo”, trazemos um apanhado de referências que destacam a importância da opinião dos veículos de comunicação e, além disso, como a análise desses discursos pode contribuir para compreender a relação da sociedade, com a política e o jornalismo. As referências foram ancoradas nos estudos de Luiz Beltrão (1980) e José Marques de Melo (1985), dois grandes pesquisadores da Comunicação, pioneiros nas pesquisas sobre gêneros jornalísticos. Por fim, o subitem “A Hermenêutica em Profundidade e a ideologia”, decidimos utilizar a Hermenêutica em Profundidade (HP), de J. B. Thompson (1998), que trata justamente da questão ideológica e da análise dos meios de comunicação de massa como instrumento metodológico. O que mais nos chamou atenção foi a importância que o pesquisador dá para o contexto em que o objeto se insere, empreendendo uma reflexão histórica como primeiro passo da metodologia. Vimos que nossa pesquisa se encaixava nesses preceitos que, de certa maneira, também contribuem para o amadurecimento nas relações entre História, Comunicação e Jornalismo, abordadas no início de nossa pesquisa.

Nosso trabalho não estaria completo sem uma apresentação do objeto de estudo e, finalmente, a análise do veículo. Em um primeiro momento, trataremos da trajetória do “Diário de Notícias”, desde o ano de seu surgimento, até chegar aos anos de 1980, época em que datam os registros do fim do periódico, no item chamado de “O jornal dos padres”. Também trazemos a história de seus diretores, já que eles são figuras primordiais para entender o posicionamento do veículo. Importante ressaltar a ajuda das jornalistas ribeirão-pretanas Ana Paula Araújo Pinheiro e Anna Regina Bula Tomicioli, que desenvolveram múltiplas entrevistas sobre a condição da Arquidiocese do município, nos anos que seguiram o golpe civil-militar. Elas contribuíram para o resgate de uma memória silenciada, revelando atos de violência do regime em nível local. As jornalistas colaboraram para recuperar parte da história do próprio jornalismo na cidade, em especial de nosso objeto de estudo, que de certa forma, também aparecia como palco de resistência ao governo instaurado.

Por fim, temos a análise dos editoriais do DN, o coração de nossa pesquisa. Nesse momento, almejamos conectar as nossas referências bibliográficas com os textos jornalísticos opinativos que lemos no DN. Trabalhar com opinião, com foco principal nos editoriais, é entender o posicionamento institucional da empresa jornalística que, em nosso caso, é a Arquidiocese católica de Ribeirão Preto. Portanto, fazemos jus ao nome da pesquisa, “A voz da Igreja no “Diário de Notícias””, já que procuramos não apenas vislumbrar o que o jornal

defendia, mas entender em que medida esse posicionamento também não fazia parte das pregações católicas em nível regional.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) considera o Brasil como um dos países com maior número de católicos no mundo, com um número aproximado de 60%². A Igreja fez e ainda faz parte da cultura da sociedade e, mesmo vivendo em um Estado laico, ela atua em questões políticas, se fazendo presente em momentos históricos do país, como mudanças políticas, revoluções e ditaduras. Com Ribeirão Preto não foi diferente: a cidade se estruturou e nasceu a mando dos princípios católicos. Não é a toa que nos primórdios de sua existência, o município foi batizado com nome de santo, conhecido como “São Sebastião”. Acreditamos que parte dessa forte influência da Igreja se deu pela comunicação – não estamos falando apenas no jornalismo, mas todo o conjunto de pregações, que faz da religião produtora e reprodutora de bens simbólicos, em uma prática estritamente comunicacional.

Além disso, gostaríamos de entender as questões que envolveram o jornalismo em Ribeirão Preto e, de que forma, a cultura católica se fazia presente nos jornais locais. Portanto, o centro de nossa pesquisa está em refletir os apontamentos que cercam a imprensa católica no nível do interior, tendo como representante o DN. Trilhamos, pois, um percurso longo e complexo, porém necessário, que busca alcançar reflexões mais amplas dentro da História da Comunicação, das pesquisas em jornalismo do interior e da influência da imprensa católica.

² Conferir: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>.

2 AS ARTICULAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO, HISTÓRIA E JORNALISMO

O presente capítulo trata das relações e diálogos entre Comunicação, História e Jornalismo, sem deixar de lado a autonomia desses campos de saberes. A reflexão teórica trata da essência de nossa pesquisa, visto que estudamos o posicionamento específico de um órgão de imprensa, inserido em um determinado contexto espaço-temporal. Valemo-nos, portanto, das obras de Maximiliano Martin Vicente (2009), “História e Comunicação na nova ordem internacional”, de reflexões de Marialva Barbosa (2005), de Leticia Cantarela Matheus (2011) e de demais pesquisadores que deram aporte teórico para as nossas reflexões. Na primeira parte, apontamos para a multidisciplinaridade que envolve as relações entre Comunicação, História e Jornalismo, argumentando a importância de utilizar diversas disciplinas para compor o método interpretativo. No segundo momento, temos o desenvolvimento das pesquisas que envolvem Comunicação, História e Jornalismo, principalmente, no concerne às pesquisas comunicativas no decorrer dos anos. Importante ressaltar que a pesquisa em História da Comunicação, História do Jornalismo e História da Imprensa estão envolvidas nesse contexto, sendo parte importante na composição de nosso repertório bibliográfico.

2.1 As relações multidisciplinares entre Comunicação, História e Jornalismo

Ao pensar nas relações entre História, Comunicação e Jornalismo adotamos um posicionamento multidisciplinar, como tentativa de compreender os diversos fenômenos que cercam as práticas sociais, superando interpretações monolíticas e fragmentadas, no processo de (re)produção e socialização do conhecimento. É um desafio teórico-metodológico, empreendido por diversos autores que buscam entender a complexidade do pensamento, tendo como finalidade resgatar o caráter de totalidade das concepções do conhecer, em uma metodologia que aceita que todas as teorias possuem conexões entre si. Uma relação de afinidade e conflito, nas palavras de Maximiliano Martin Vicente (2009).

Assim, apesar de aceita e constantemente utilizada na sociedade, a multidisciplinaridade ainda convive com problemas e indagações não solucionadas. O desafio principal da reflexão multidisciplinar é compatibilizar duas ou mais epistemologias, que dialoguem e permitam alargar interpretações sobre determinado campo. Uma das possíveis maneiras de solucionar esse dilema é aproximar as áreas de conhecimento, para permitir que cada especialista transcenda a sua própria particularidade e abrace os saberes de outras disciplinas. Ou seja, é possível que o campo

autônomo, como é o caso da História e da Comunicação, incorpore saberes de outras ciências, ampliando os horizontes de discussão. Diante dessa forma dialética de pensar, quem ganha é o método interpretativo, pois ele define novos contornos e ampliações, correspondendo a função multidisciplinar.

Voltamos, portanto, ao início, onde propomos o diálogo entre História, Comunicação e Jornalismo. Entendemos que o Jornalismo está inserido como parte da Comunicação, sendo uma das especializações-chave da grande área de conhecimento. Sendo assim, partimos para as considerações que envolvem a prática histórica com a jornalística. Para Maximiliano Martin Vicente (2009), tanto o Jornalismo, quanto a História coincidem na sua finalidade, ou seja, na compreensão e na decodificação da formação da sociabilidade. Esses dois saberes aceitam que o acontecimento deriva do fato entendido como o episódio desencadeador de mudanças no *status quo* social. Também compartilham que para tal ato ter destaque, ele deve se encaixar dentro do processo social no qual se atribui, ou não, relevância, visto que ele interfere nas relações sociais. Vicente (2009) continua dizendo que o acontecimento existe em função de um relato feito dele, e é justamente durante a construção da narrativa que o Jornalismo e a História dão as mãos, cada qual criando versões dentro de suas especificidades, que nos levam a refletir a estruturação da sociedade, validando determinados acontecimentos. Para Vicente (2009), qualquer narrativa, seja ela histórica ou jornalística, representa um saber objetivo ou subjetivo do mundo. Ou seja, é a partir da narrativa que construímos a realidade do acontecimento.

Nesse sentido, estamos de acordo com o que diz Letícia Cantarela Matheus (2011), quando afirma que a História e o Jornalismo são atravessados e unidos pela sua condição comunicacional. A pesquisadora nos traz dois pressupostos para aprofundar ainda mais essa relação: o primeiro estabelece que o passado não se revela e não pode ser efetivamente acessado. Ele é interpretado e reinterpretado no presente, a partir do que resta de sua condição material e narrativa. O segundo trata da ação social, encarando as fronteiras entre passado, presente e futuro como móveis e não demarcações astrofísicas – ou seja, temos operações narrativas do que tratamos e enxergamos a projeção de seus significados.

Trata-se, portanto, de retificar o conceito simplista de diferenças cronológicas entre História e Jornalismo. Mas, e quanto às concepções teóricas que acercam essas áreas de saberes? Quem nos responde é Le Goff (1999, p.93), ao tecer considerações relevantes para compreender o passado pelo presente, e o presente pelo passado, em suas próprias palavras. Em resumo, o

diálogo entre Jornalismo e História. O historiador Le Goff é conhecido pelos seus textos acerca da Idade Média, e nos coloca frente a frente com uma pergunta-chave: houve na Idade Média fenômenos históricos que podem esclarecer o presente imediato? O que se passa atualmente nos permite vislumbrar melhor o que aconteceu no tempo passado?

Dando continuação à problemática, Le Goff atenta para as fontes de informação utilizadas no construto histórico – tanto de jornalistas, como de historiadores. Ele defende a adoção da chamada leitura do presente, do acontecimento, com uma profundidade histórica alargada para conseguir elaborar uma opinião fundamentada; também clama pela aplicação de um método crítico em relação às fontes, respeitando as singularidades de cada uma. Por fim, o historiador procura fugir da narrativa meramente descritiva para a interpretativa, tentando hierarquizar alguns fatos, distinguindo o que é fato de acidente, pois assim será possível relacionar esse evento com o passado já interpretado e avaliado pelos jornalistas e historiadores. É assim que História e Jornalismo trabalham juntos para a construção da realidade social.

Todavia, não podemos deixar de mencionar que os jornalistas e historiadores elaboram uma reconstituição parcial dos acontecimentos, procurando atribuir um significado e sentido ao fato descrito. O maior ponto de encontro é, por conseguinte, a narrativa. Ela é a responsável por materializar a elaboração e o sentido nos fatos que estudam. A História usa a narrativa para explicar os discursos sociais na dimensão temporal em que aconteceram, garantindo a construção de relações e práticas sociais específicas do momento. O historiador ordena o tempo, descreve as redes de relacionamento e cria a narrativa histórica. Ele é o responsável pela elaboração da interpretação, determina as classificações e posições dos acontecimentos, dos homens, das ideias, do onde e quando se deram e justifica suas escolhas.

Esses procedimentos também são encontrados durante a elaboração da narrativa jornalística. Ela também ocorre em contextos específicos, com recursos amparados nas estratégias narrativas dos textos, que almejam cativar os receptores. Por isso, a organização do texto midiático não é aleatória, mas sim, é realizada numa conjuntura determinada e objetiva efeitos específicos. Os jornalistas munem-se de códigos, articulações sintáticas e pragmáticas e outros recursos de linguagem que visam nortear a interpretação do destinatário/receptor.

Paul Ricoeur (1994) nos diz que a narrativa é um meio de reconfigurar a nossa confusa e difusa experiência temporal e, por esse motivo, a identidade de um texto deveria ser buscada no tempo da experiência humana, pois toda e qualquer narrativa é um mundo temporal. É a diferença

entre contar o tempo e o tempo contado, para a construção do chamado mundo contado (RICOEUR, 1994). Para o autor, o tempo torna-se humano diante da articulação narrativa – a narrativa, por sua vez, atinge seu pleno significado, pois se torna uma condição da existência humana. De acordo com Motta (2005), Ricoeur abre um novo caminho para a compreensão da comunicação jornalística, uma atividade marcada pelo tempo, devido à atualidade, recenticidade e instantaneidade, como valores-notícia determinantes para o conhecimento jornalístico.

Barbosa & Ribeiro (2009) sintetizam o que apresentamos, discorrendo que a investigação jornalística em conjunto com a História analisa as mensagens textuais, vistas como (re)produtoras de significados e intencionalidades. Para elas, ver a imprensa como representação de uma parcela social é identificar as relações dos veículos de comunicação social com o público no qual se destinam. As autoras finalizam dizendo que ao elaborarmos uma História do Jornalismo, estamos produzindo, de fato, História.

Diante do que expomos até o momento, podemos afirmar que as convergências entre a História e o Jornalismo na abordagem dos acontecimentos encontram repercussão social que os mesmos podem ter. Nosso pressuposto é de que durante essa aproximação prevalece a procura de um ideal para o jornalista, e outro para o historiador. O primeiro tem como missão reconstituir e explicar ao seu leitor como se deu a sequência e os laços que vinculam às notícias apresentadas no cotidiano. A informação adquire um sentido, mesmo que possa ser desfocada por outros acontecimentos. Na pele do historiador, temos o processo de reconstituição dos caminhos do fato, até o momento presente, analisando as estruturas que envolviam a ocasião, até o desfecho com relação ao tema que se pesquisa. Barbosa (2005) relata que a explicação história nos leva a compreender as mudanças das questões sociais dentro das dimensões do espaço tempo. Dessa forma, relata a pesquisadora, que pensar socialmente os atos jornalísticos significa reconstituir, interpretar e dar sentido presumido às questões em uma dimensão espaço-temporal.

Finalmente, vemos que o estudo do Jornalismo, da História e da Comunicação, bem como a relação entre essas áreas de conhecimento, elabora uma complexa pesquisa, que demanda a análise das textualidades e produção das mensagens, levando em conta a intencionalidade de quem escreve e o que se escreve, além do significado apreendido pelos receptores e o contexto no qual está inserido. Importante ressaltar que nenhuma narrativa é ingênua e, por esse motivo, as análises devem compreender as estratégias e intenções do narrador (VICENTE, 2009, p. 101). É,

portanto, construir um estudo em torno da questão discursiva, respeitando as especificidades e interpretando as relações sociais de poder.

2.2 O desenvolvimento de pesquisas com a História e o Jornalismo

Os estudos de jornalismo no Brasil tiveram notável desenvolvimento nos últimos anos, devido ao amplo crescimento dos programas de pós-graduação em Comunicação no país, bem como a importância dessas pesquisas para a constituição do campo de saber comunicacional. Apesar das pesquisas em Jornalismo serem relativamente recentes, Hohlfeldt e Valles (2008) apontam que já no século XIX, no ano de 1873, José Higinio Duarte Pereira realizou um dos primeiros estudos sobre jornalismo, a partir da análise do texto de Cônego Fernandes Pinheiro, publicado em uma revista cultural do Rio de Janeiro, que fala sobre a imprensa no país³. Dizia Fernandes Pinheiro que os holandeses, colonizadores da região de Recife, teriam introduzido a imprensa no território brasileiro – uma argumentação que incomodava os pernambucanos, que desqualificavam a posição de Fernandes como uma “inverdade histórica” (HOHLFELDT e VALLES, 2008, p.12).

Já nesse contexto, percebemos o vínculo de estudos que relacionam o Jornalismo, através dos textos publicados, com a História, a partir das reflexões espaços-temporais de um determinado acontecimento. Nesse sentido, Barbosa (2005) defende que considerar a História nas pesquisas sobre imprensa, não é necessariamente realizar estudos históricos, mas sim, se valer da teoria para empreender uma análise. Para a autora, o principal postulado da historiografia diz respeito à interpretação – ou seja, não se trata apenas de recuperar o evento ocorrido, mas interpretá-lo, levando em consideração as subjetividades do pesquisados e as razões de uma determinada ação social. A aproximação da história para os estudos em jornalismo é fundamental, visto que procede a uma análise que responde os por quês das ações ocorridas no acontecimento, dentro do regime de historicidade, em que a narrativa jornalística instaura uma discussão fundamental em torno da temporalidade (BARBOSA, 2005, p. 52).

O jornalismo é o alvo principal dos estudos que levam em conta a teoria da História, devido à abundância de fontes disponíveis e a relevância que adquiriu na sociedade (VICENTE, 2009, p. 20). De acordo com Vicente (2009), as pesquisas que envolvem a análise histórica do

³ PEREIRA DA COSTA, F. A. Estabelecimento e desenvolvimento da imprensa em Pernambuco. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco**. N. 309. Recife, 1891.

jornalismo fazem parte de um constructo maior, o da História da Comunicação Social, disciplina que nasce e se consolida no final da década de 1940, até meados de 1970. O autor ressalta que no início predominavam temas relacionados à contemporaneidade, com desenvolvimento de duas referências metodológicas principais: a primeira, consolidada nos Estados Unidos e na Europa, no final do século XIX, voltada para o estudo diacrônico da imprensa e para os assuntos de rádio e cinema, no auge do positivismo histórico. A segunda nasce da crítica ao modelo positivista, com o objetivo de avaliar os impactos do jornalismo nas audiências (VICENTE, 2009, p. 20).

Vicente (2009) continua seus apontamentos, ressaltando que foi a partir do desdobramento político da Segunda Guerra Mundial, que os aportes teóricos sobre Comunicação ganharam novos contornos, incorporando teorias e metodologias de outras ciências humanas. Assim, pontua o autor que três grandes matrizes metodológicas traçariam abordagens sobre as relações entre comunicação e sociedade: o marxismo, o funcionalismo e a escola de Annales. Para o marxismo, a comunicação se pauta na tentativa de explicar a influência das relações materiais sobre a ideologia, dando um sentido à comunicação e à sua função histórica (VICENTE, 2009, p. 21). Já o funcionalismo surge como uma proposta investigativa de pesquisa social, com o objetivo de identificar os fins e as funções do objeto de estudo. Diz-nos Vicente, que essa metodologia tem como pretensão decodificar a realidade social, entendida como um sistema estruturado. A comunicação, nesse sentido, “teria como função principal estabelecer uma relação multidirecional e dinâmica entre os diversos elementos envolvidos, desde a emissão até a recepção das mensagens” (VICENTE, 2009, p. 22).

Finalmente, o autor traz as considerações sobre o estruturalismo da Escola de Annales. O aporte teórico-metodológico estruturalista de Annales ficou conhecido pela incorporação de dois modelos de trabalho com a História e a Comunicação: o primeiro, com a interdisciplinaridade; o segundo, com o papel das movimentações de massas, protagonistas das transformações sociais. São destaque os estudos sobre estruturas e conjunturas econômicas, sociais, demográficas e muitas outras, que contribuíram para a construção da História da Comunicação Social (VICENTE, 2009, p. 25).

Na América Latina, a entrada dos estudos sobre Comunicação Social teve início na década de 1930, especificamente, no ano de 1934, com a inauguração do curso de jornalismo da

Universidade de La Plata⁴ (VICENTE, 2009, p. 29). De acordo com Vicente, em 1935 é inaugurado o primeiro curso superior de formação de jornalistas e publicitários no Brasil, na Universidade do Distrito Federal, Rio de Janeiro. Segundo o autor, a intenção era profissionalizar e formar mão de obra, e não a construção de um saber específico relacionado aos meios de comunicação. Entretanto, a situação se alteraria com as possibilidades de contato com obras e autores reconhecidos, com críticas aos modelos implantados pelos professores norte-americanos (VICENTE, 2009, p. 29). Diante desse embate e da própria realidade latino-americana, Vicente diz que emerge uma nova maneira de entender a Comunicação, com fundamento nos métodos frankfurtianos para conceituar o chamado “imperialismo cultural”, tendo com pano de fundo a Teoria da Dependência. Assim, os estudos comunicacionais latino-americanos destinam-se a criticar o caráter mercantilista e consumista da comunicação, com “uma série de trabalhos nos quais a militância política e a comunicação andavam de mãos dadas” (VICENTE, 2009, p. 32).

Dessa maneira, o desenvolvimento dos estudos em Comunicação alcançou um novo patamar, que utiliza de diversos aportes teóricos e campos científicos que contribuem com a pesquisa. Marialva Barbosa (2005) cita a historiadora Agnes Heller para justificar que os estudos em Comunicação e dos atos jornalísticos possibilitou a criação da consciência do mundo histórico. Dessa maneira, a pesquisa em Comunicação, atrelada aos aportes teóricos da História, se preocupam com as razões, causas e por quês – ou seja, não basta observar que a mídia pode determinar como ou sobre o que pensar, mas sim, de que maneira isso acontece em um espaço social determinado e específico (BARBOSA, 2005, p. 53). Para a autora, a teoria da História fornece aos estudos de jornalismo a interpretação do passado em uma dimensão do pensamento histórico, percebendo como a ação jornalística se dá em um presente refletido sobre a história.

Outra questão principal nos estudos que envolvem Comunicação, Jornalismo e História é a particularização. De acordo com Marialva Barbosa (2005, p. 56), ao procedermos à interpretação, não podemos generalizar as conclusões para todos os contextos, visto que cada espaço social está inserido em um determinado cenário, em uma conformidade histórica e trajetória particular. Por esse motivo, desenvolveram-se estudos próprios para o contexto latino-americano, que se diferenciavam das pesquisas comunicacionais nos Estados Unidos e Europa. Assim, “pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços sociais numa cadeia de fatos,

⁴ A Universidade de La Plata surgiu em uma parceria da Universidade Columbia, com o Sindicato dos Trabalhadores de Imprensa de Buenos Aires (cf. VICENTE, 2009, p. 29).

eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo” de antes e depois (BARBOSA, 2005, p. 56).

Barros (2011) ancora a ideia, ressaltando que delimitar o espaço a um determinado local, nos permite estudar com profundidade maior as relações sociais que se estabelecem. Para ele, devemos procurar caracterizar as peculiaridades que o acontecimento adquire, dentro de um recorte espaço-tempo. É o que defende Barbosa & Ribeiro (2009), quando salientam que embora a pesquisa no campo da História da Comunicação e o do Jornalismo tenha crescido nos últimos anos, a maioria dos trabalhos centra-se nas grandes capitais da região sudeste, ou seja, Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar da relevância dos estudos, sendo importantes referências para a História da Comunicação e do Jornalismo brasileiro, além de importante fonte de consulta para inúmeros trabalhos, há poucos olhares sobre as especificidades e singularidades da produção comunicacional do interior do país, se comparados aos estudos que privilegiam as grandes metrópoles. Claro, que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo possuem seu lugar ao Sol: primeiro, por serem reconhecidas como grandes centros econômicos e culturais e, também, por serem pioneiras no desenvolvimento da imprensa. Ainda assim, as pesquisadoras dizem que priorizar o eixo Rio-São Paulo esbarra no problema de colocar de lado outras perspectivas e dinâmicas locais complexas, que não se encaixam em predefinições hegemônicas das grandes capitais do sudeste.

Quando estudamos uma pequena comunidade, procuramos entender como os acontecimentos macro se processam no âmbito daquele local. Por essa razão, o objeto de estudo, mesmo que demarcado no tempo, nos ajuda na compreensão de uma prática social específica, dita por Barros como uma “trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador, em relação aos problemas sociais ou culturais que está disposto a examinar” (BARROS, 2011, p. 164). Assim, no próximo capítulo trataremos da questão do jornalismo localizado, recortado e específico, em um dado espaço-temporal, e as justificativas para estudar a História da Imprensa no interior, como prerrogativa para compreensão dos acontecimentos.

3 O JORNALISMO LOCAL E A IMPRENSA DO INTERIOR

Diante das reflexões apresentadas sobre História, Jornalismo e Comunicação, faz-se necessário discutir as especificidades de nosso objeto de estudo. Tendo como premissa não cair em generalizações, entendemos que o “Diário de Notícias” está inserido em um contexto localizado, mais especificamente, em Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, onde o periódico nasceu, se desenvolveu e, finalmente, teve a sua morte anunciada nos anos de 1980. Assim, este capítulo explora a chamada Imprensa do Interior, trazendo as características, conceitos, aportes teóricos e discussões que envolvem o que é jornalismo local, os modos de produzir e de se fazer como empresa jornalística no interior.

Ressaltamos que a pesquisa sobre o que é jornalismo local, jornalismo do interior, jornalismo regional e jornalismo de proximidade no Brasil ainda é fragmentária, visto a diversidade de periódicos no país, bem como as múltiplas particularidades que envolvem cada jornal do interior. Além disso, trava-se um intenso debate que envolve qual a correta definição de “Imprensa do Interior”: jornalismo local também é de interior? Jornalismo de proximidade também pode ser considerado jornalismo local? Em que medida o jornalismo do interior, local ou de proximidade é também comunitário? Podemos utilizar todas essas nomenclaturas como sinônimas? Pretendemos, portanto, traçar uma reflexão que nos dá aporte bibliográfico para responder tais perguntas. Valemo-nos, pois, de contribuições de Carlos Camponez, com o livro “Jornalismo de Proximidade”, obra portuguesa editada em 2002; a coletânea “A evolução do jornalismo em São Paulo”, de 2010, organizada por Dirceu Fernando Lopes, em 1998; o livro “Comunicação local e cidadania”, dos professores Maximiliano Martin Vicente e Danilo Rothberg; os textos da obra “Imprensa do interior: conceitos e contextos”, com organização de Francisco de Assis (2013); os artigos de Beatriz Dornelles, para completar os estudos que envolvem as práticas de jornalismo local e comunitário; e demais estudos que nos auxiliaram na composição do presente capítulo.

Em um primeiro momento, trazemos o desenvolvimento da Imprensa do Interior no estado de São Paulo, com dados sobre o seu estabelecimento, evolução, bem como as características que envolvem diagramação e linguagem. Nesse momento, a intenção é fazer um apanhado das características mais evidentes dos veículos impressos do interior, que transpassam para quase todas as cidades paulistas. Posteriormente, no “Capítulo IV: Historiografia”, subitem “4.3 O desenvolvimento da imprensa em Ribeirão Preto”, traremos uma abordagem focalizada

nos jornais ribeirão-pretanos, desde a fundação dos primeiros folhetos, até o seu desenvolvimento no período que envolve a pesquisa, a década de 1960. Importante destacar a dissertação de Aline Ferreira Pádua (2016), “A Notícia: um retrato do jornalismo rio-pretense nos anos de 1950”, que serviu de base para os apontamentos aqui apresentados.

Como forma de evitar distorções, preferimos chamar o nosso objeto de estudo, o “Diário de Notícias”, de jornal da localidade de Ribeirão Preto. Dessa forma, consideramos as particularidades do matutino, levando em conta a atuação do veículo em um espaço geográfico localizado interiorano.

3.1 O desenvolvimento da imprensa no interior do estado de São Paulo

Relatar o desenvolvimento da imprensa no Brasil sempre foi um desafio. Teóricos e pesquisadores como Nelson Werneck Sodré (1983) e Juarez Bahia (1990) empenharam um amplo estudo dos veículos brasileiros, porém, devido à grandiosidade do território nacional, bem como o grande número de periódicos em circulação ao longo dos anos, não é possível contemplar todas as especificidades de cada jornal, em um determinado contexto. Porém, as pesquisas de Sodré e Bahia, e demais autores como Marialva Barbosa (2013)⁵ e José Marques de Melo (2012)⁶, são de extrema importância para a compreensão da evolução do jornalismo.

Os primeiros folhetos brasileiros datam o período do Império, em 1808, com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, tendo como principal representante o “Correio Braziliense” (MARTINS e LUCA, 2013). De acordo com Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), o jornalismo que se desenvolveu no país, principalmente na capital da época, o Rio de Janeiro, era marcado pela ideologia, atuação militante e panfletária. Para a autora, o objetivo desses jornais era tomar posição, como forma de mobilizar os leitores para as mais diversas causas. A imprensa, portanto, era artesanal, um instrumento político e era constituída essencialmente da opinião. Ressalta a pesquisadora, que a linguagem dos folhetos era agressiva, marcada pela paixão aos debates e com a finalidade de causar polêmica.

Com o advento das transformações operárias no Brasil, o fim do escravismo e o advento da República no final do século XIX, a burguesia desenvolveu relações capitalistas, o que transformou a imprensa artesanal para a industrial (SODRÉ, 1983). As mudanças não foram

⁵ BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.

⁶ MELO, José Marques de. **História do Jornalismo**: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.

imediatas: segundo Sodré (1983), os jornais de grande renome e mais prestigiosos demoraram a modificar sua estrutura e linguagem. Diz o autor que o símbolo das inovações da imprensa brasileira foi o “Jornal do Brasil”, nascido em 1891, no Rio de Janeiro.

O estado de São Paulo teve a primeira experiência de publicação jornalística apenas com a proclamação da Independência. No período anterior, não era permitido a leitura de periódicos estrangeiros, ou até mesmo de livros, sem a prévia autorização das Cortes Portuguesas (SODRÉ, 1983). Segundo Schwarcz (2001), a primeira tentativa de implantação de um órgão de imprensa paulista seria em 1823, com “O Paulista”. A autora pontua que o jornal tinha circulação bissemanal, com distribuição para grupos de leitores, que deveriam se revezar durante a leitura. Em 1827, surge o “O Farol Paulistano”, de José da Costa Carvalho, enquanto o Rio de Janeiro já contava com nove jornais impressos em circulação (HIME, 1998).

As páginas dos jornais da época eram difíceis de manusear e extensas. Schwarcz (2001) descreve que as ilustrações eram quase inexistentes, aparecendo em conjunto com propagandas. No referente à diagramação, a autora diz que era confusa, com disposição aleatória dos textos em quatro colunas. Era comum misturar informação com publicidade, com notícias sobre incidentes particulares, como traição, brigas e discussões pessoais (SCHWARCZ, 2001). A autora destaca que apenas a primeira página era mais organizada: havia separação de atas, discursos, folhetins e editoriais.

Hime (1998) disserta que o aumento do número de impressos paulistas deu-se com a implantação do curso de Direito do Largo São Francisco, em 1827, que impulsionou o surgimento de jornais como “O Observador Constitucional”, por Libero Badaró, em 1829; “O Constitucional”, em 1835; e “O Novo Farol Paulistano”, em 1831. De acordo com os dados levantados por Schwarcz (2001), São Paulo tinha poucos jornais em circulação, comparado com o número de habitantes: em 1860, 12 folhas impressas eram distribuídas na cidade, para uma população com cerca de 20 mil pessoas. No interior do estado não era diferente: poucos jornais nasciam nos municípios, sendo que a maioria tinha vida efêmera (ROCHA e ZAUITH, 2011).

O primeiro jornal do interior que se tem registro é “O Paulista”, lançado em 1842, por Diogo Antônio Feijó, na cidade de Sorocaba-SP (ROCHA e ZAUITH, 2011). Em seguida, dados mostram o surgimento dos jornais “O Nacional” e “O Mercantil”, ambos em Santos, no ano de 1850; “O Cometa” e “O Defensor”, em Sorocaba, em 1852; e já no contexto de luta pela República, o “Gazeta de Campinas”, em 1869, por Campos Sales e Quirino dos Santos

(CICILLINI e LIMA, 2005), e o semanário “A Lucta”, em Ribeirão Preto, 1884. De acordo com Rocha e Zauith (2011), a imprensa paulista irá ganhar força com o crescimento da cultura cafeeira, que tornou São Paulo o principal centro econômico do país. Assim, continuam as autoras, a imprensa do interior passou a manifestar um aspecto mais profissional, fruto de todo o contexto de emergência das cidades interioranas⁷. A imprensa do interior também é resultado da necessidade das elites locais terem um espaço de expressão (HIME, 1998), ou seja, os jornais também serviam como instrumentos de dominação da burguesia local, que manifestavam seus pontos de vista, com a finalidade de manter a hegemonia dominante.

O século XX ficou marcado pelas evoluções tecnológicas das máquinas a vapor. O linotipo surge como uma forma mais rápida de impressão dos jornais, substituindo os modelos artesanais de produção, o que possibilita a circulação de jornais diários. Outro aspecto de mudança é o uso das ilustrações, que tomaram espaço nas páginas dos periódicos. A revista “Tico Tico”, por exemplo, foi a primeira no Brasil a publicar histórias em quadrinhos em série e jogos de entretenimento, em 1905 (MARTINS e LUCA, 2013). A linguagem torna-se mais objetiva, embora os moldes de jornalismo francês ainda prevalecessem em grande parte da imprensa brasileira. Para Barbosa (2007), “as bases para a construção do ideal de objetividade do jornalismo, que seriam aprofundadas com as reformas que passariam os jornais cinquenta anos mais tarde, estão lançadas na vira do século XIX para o XX” (BARBOSA, 2007, p. 40).

Gradativamente, a imprensa irá se constituindo como empresa jornalística, com a origem dos cursos de jornalismo e o crescimento da publicidade. São escassos os estudos que tratam sobre as características e o desenvolvimento da imprensa do interior no começo do século XX, sendo que a maioria aponta para uma grande semelhança, entre as práticas da grande imprensa e os jornais do interior. Tal prerrogativa pode ser justificada pela necessidade de identificação – ou seja, os periódicos locais tendem a “imitar” o que era feito na grande imprensa, como fórmula de criar laços com os leitores e, também, acompanhar o que ocorria nas grandes urbes.

Segundo as pesquisadoras Martins e Luca (2013), a partir da década de 1920, os meios de comunicação passam a se especializar em temáticas específicas. Para as autoras, a emergência do cinema e do rádio proporcionou o surgimento de publicações dedicadas a comentar essas novas mídias, como é o caso de “Cena Muda” (1921) e “Cinearte” (1923). Também é notável o

⁷ Não apenas a imprensa se desenvolveu, mas a cultura cafeeira proporcionou um amplo crescimento na economia do interior, o que emergiu as cidades com a instalação de ferrovias, advento de mão de obra imigrante e o começo da industrialização (ROCHA e ZAUIH, 2011).

crescimento de textos voltados para a temática feminina. França (2013) estudou as relações da imprensa do interior com o público feminino nos anos de 1930, e ressalta que os jornais passaram a ser portadores de uma diversidade de valores destinados à temática feminina – ao mesmo tempo em que reforçava certas representações sobre a mulher, também criava o diálogo entre o público conservador, com outras pessoas que estavam abertas às transformações sociais e culturais.

Em 1937, o golpe de Estado Novo colocaria novas medidas de restrição à imprensa. É notável o surgimento de publicações anarquistas, que criticavam o autoritarismo de Getúlio Vargas, e outras publicações de trabalhadores em defesa de seus direitos e em resistência aos grupos dominantes (MARTINS e LUCA, 2013). Muitos periódicos foram perdidos nesse período, ou por empastelamento ou por queima de seus arquivos. É o caso do jornal de Ribeirão Preto “A Cidade”. A coleção do periódico foi perdida, com poucos exemplares disponíveis para consulta, o que resulta em uma grande lacuna para a história da imprensa do interior.

O desenvolvimento dos jornais do estado de São Paulo, bem como de todo o país, teria contornos precisos no ano de 1950. A pesquisadora Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) estudou a modernização da imprensa no país nos anos de 1950, a partir da análise dos veículos da cidade do Rio de Janeiro. Segundo ela, essa nova estruturação como empresa jornalística contou com a incorporação de novos elementos textuais, como o *lead* (O que? Quem? Onde? Quando? Como? Por que?), o conceito da pirâmide invertida, o advento do fotojornalismo, a separação entre opinião e informação, a busca constante pela objetividade do texto e a profissionalização dos trabalhadores da área. Continua a pesquisadora afirmando que essas reestruturações acompanhavam a diversificação da economia do país e os princípios desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubistchek. O novo texto jornalístico, carregado com os princípios de neutralidade, imparcialidade, deu considerável poder social ao jornalismo, que através de suas técnicas para tornar o texto mais “objetivo”, deu a ele a aura de “verdade” (RIBEIRO, 2007).

Acompanhando esse desenvolvimento, a imprensa do interior daria início à sua modernização. De acordo com Pádua (2016), o ideal de modernidade permeou os jornais locais, com uma nova apresentação gráfica das notícias, inovação nas coberturas e renovação da linguagem jornalística. Araújo e Geraldo (2006) também apontam as modificações da imprensa interiorana, citando o ano de 1960 como marco. Os pesquisadores estudaram a memória do jornalismo impresso em Ribeirão Preto, com foco na profissionalização das redações nos anos de 1965 a 1982. Para os autores, os anos de 1960 e 1970 foram importantes para a consolidação do

conceito de reportagem no jornalismo impresso do município, principalmente, com a vinda de José Hamilton Ribeiro e Sérgio de Souza, que trouxeram na bagagem as experiências com veículos da grande imprensa e formularam o jornalismo local em modelos semelhantes aos que temos atualmente.

Diante desses apontamentos sobre o surgimento da imprensa em São Paulo e os cenários que envolveram a produção de jornais locais no interior do estado, faz-se necessário discutir sobre a produção jornalística local, ou seja, a própria concepção do que é imprensa do interior e quais são os debates que envolvem essa conceituação. O próximo tópico se debruçará nas considerações de Carlos Camponez (2002) e demais estudos que envolvem o localismo, com o objetivo de compreender essas práticas jornalísticas e os modos de fazer jornalismo do interior.

3.2 As discussões sobre jornalismo local e imprensa do interior

As fundamentações teóricas sobre o jornalismo local e a imprensa do interior têm sido palco de constantes discussões, tanto para definir a suas características, quanto as práticas jornalísticas que envolvem a localidade. No Brasil, os estudos que envolvem o local são fragmentários, mas são essenciais para a construção do saber sobre o tema. São notáveis os estudos de Beatriz Dornelles, Dirceu Fernando Lopes, João Carlos Correia, Cícilia Peruzzo e Maximiliano Martin Vicente. Claro que há outros pesquisadores que discorrem e estudam essa vertente, colaborando para a compreensão acerca da imprensa do interior. Procuramos sintetizar e dialogar com esses autores e, dessa forma, elaborar as características que cercam o nosso objeto de estudo: o jornal da localidade de Ribeirão Preto, “Diário de Notícias”.

Um dos países que mais desenvolveu pesquisas sobre a localidade foi Portugal – com destaque para a figura do pesquisador Carlos Camponez. De acordo com o pesquisador também português Joaquim Ribeiro (2010), a imprensa conhecida como regional em Portugal tem grande importância na vida das populações, já que, muitas vezes, é o único órgão de comunicação social lido na comunidade. A organização das urbes portuguesas se difere um pouco da apresentação das cidades brasileiras: há as chamadas “comunas”, pequenas comunidades independentes afastadas dos centros urbanos, que possuem relativa autonomia. Continua Ribeiro que os veículos locais de Portugal relatam acontecimentos ocorridos “à porta de casa”, dos quais nenhum outro periódico comenta, contribuindo para a unidade, identidade e desenvolvimento local. Esses jornais “têm uma participação ativa na comunidade, através da organização de debates, liderança

em projetos de relevância regional, organização de campanhas em defesa dos interesses do espaço territorial” e, assim, afirmam o local em face ao global (RIBEIRO, 2010, p. 5).

Segundo Ribeiro (2010), a origem da imprensa localizada no interior em Portugal data a Revolução Liberal de 1820⁸, também chamada de Revolução do Porto, e a promulgação da Carta Constitucional portuguesa, com a proliferação de jornais locais e regionais ligados à Igreja Católica, pequenas empresas de comunicação ou autarquias. Ressalta o autor que a maioria desses periódicos surgiu das mãos das elites literárias da época, que contribuíram para efervescência cultural do século XIX. Um dos casos mais notáveis de jornais locais é o “Distrito de Évora”, fundado em 1866, pelo escritor Eça de Queirós, que percebia que as notícias não dependem “tanto da sua intensidade ou dimensão, mas da distância a que se encontram do nosso quotidiano imediato” (RIBEIRO, 2010, p. 5).

Ribeiro (2010) diz que identificar a imprensa regional não é uma tarefa fácil. Há grande diversidade de termos que caracterizam esse tipo de jornalismo, entre eles “jornalismo local”, “jornalismo do interior”, “jornalismo regional” e “jornalismo de proximidade”. A diversidade de nomes não tornam essas concepções sinônimas em termos científicos – a discussão está justamente nesse ponto: conceber em que medida o localismo é dado pelo território e local de publicação, bem como o público a que se destina, ou pelo conteúdo veiculado (RIBEIRO, 2010, p. 10)⁹. Camponez (2002) afirma que dizer imprensa regional e do interior é dizer informação local. Mas, em que medida esses conceitos se aproximam e se afastam?

O professor Carlos Camponez faz um aprofundado estudo sobre a imprensa local e regional portuguesa, tendo como fonte os impressos “Diário de Leiria”, “O Mensageiro”, “Voz do Domingo” e “Região de Leiria”. Apesar das fontes de consulta e a própria pesquisa ter sido realizadas na Europa, as considerações tecidas pelo pesquisador ultrapassam as fronteiras terrestres e marítimas, para desembarcar e serem aplicadas em diversas pesquisas que tratam

⁸ A Revolução Liberal do Porto de 1820 foi um movimento que resultou no retorno da Corte Portuguesa, que se encontrava no Brasil desde 1808, para Portugal e culminou com o fim do absolutismo e a promulgação da primeira Constituição do país. O movimento teve influência no Brasil, colônia Portuguesa na época, o que resultou na independência brasileira em 7 de setembro de 1822. Para mais informações sobre a Revolução Liberal do Porto, consultar: RAMOS, L. A. **História do Porto**. Porto: Editora Porto, 2000.

⁹ Para o nosso estudo, procuramos compreender as diversas posições adotadas pelos pesquisadores sobre imprensa do interior, costurando os principais conceitos que aparecem em nosso objeto de estudo. Assim como já explicitamos no começo do Capítulo, optamos por utilizar o termo “jornal da localidade de Ribeirão Preto”, para nos referirmos ao “Diário de Notícias”. Todavia, os conceitos sobre jornalismo local e imprensa do interior aqui apresentados formulam as características do objeto, sendo essenciais para a reflexão sobre o que é e como se faz jornalismo do interior.

sobre o jornalismo local e regional. A nosso ver, uma das reflexões mais importantes que pode ser tirada da obra do pesquisador é que toda imprensa, antes de ser nacional, passa necessariamente por características regionais. Ora, um jornal nascido nas capitais também é, antes de tudo, um elo com a comunidade geográfica na qual se destina. Entretanto, um dos aspectos que diferencia esses dois modelos de produção é sua forma de organização empresarial. Na imprensa nacional, temos uma abordagem de temas gerais e generalistas, voltadas para um público disseminado em diferentes territórios mais ou menos vastos (CAMPONEZ, 2002, p. 109)¹⁰. Tal consideração também é compartilhada pela pesquisadora Cicília Peruzzo (2005), quando afirma que historicamente, tanto o jornal, quanto o rádio e a televisão surgem em certo raio de abrangência local ou regional. Posteriormente, esses meios desenvolvem seu potencial de alcance, com alcance nacional ou internacional (PERUZZO, 2005, p. 69).

No mesmo sentido, Dirceu Fernando Lopes (1998) complementa com a afirmação de que o morador buscará e encontrará nos diários locais as informações que interessam para o seu dia-a-dia, em uma linguagem acessível e particular. Esse mesmo leitor também busca as ocorrências em nível nacional e internacional, mas ele necessita de um órgão que reflita seus costumes e suas ideias, criando laços de identidade (BELTRÃO, 2013). É esse o papel dos veículos locais e regionais, que nas palavras de Luiz Beltrão, durante o I Seminário de Jornalistas do Interior de Pernambuco, faz desses meios “a voz jornalística de nossa cidade”. A imprensa local, portanto, aborda assuntos que afetam diretamente a vida das populações em seu ambiente de moradia e vida cotidiana (PERUZZO, 2005, p. 76).

Diante de tais considerações, sobressai uma das principais características que transpassa todas as denominações que se definam por imprensa do interior, jornalismo local e regional: o localismo. Segundo Beatriz Dornelles (2013), o localismo é condicionado geograficamente pela área de circulação dos veículos do interior, o que restringe o âmbito de ação, já que os jornais estão amarrados às questões de espaço territorial, lugar de produção e cobertura dos acontecimentos. Assim, continua a pesquisadora, que os conteúdos locais são de interesse do público local, em especial, os temas ligados à economia do ambiente de atuação. Apesar de ressaltar o espaço geográfico enquanto característica principal, Dornelles (2013) também

¹⁰ Importante lembrar que uma das causas que torna a imprensa reconhecida como nacional é a importância de seu território em termos econômicos. A título de curiosidade e posicionamento, não acreditamos que os grandes jornais paulistas e cariocas atendam aos interesses da região norte do país, por exemplo. Entretanto, a relevância econômica e a áurea criada em torno da cidade como uma das que mais representa o Brasil, torna os de maior tiragem lá veiculados, símbolos de uma imprensa nacional.

evidencia que a produção do interior pode ser conhecida por outras características como a sede territorial de publicação, o âmbito de cobertura, a difusão dos acontecimentos, a intencionalidade do meio de comunicação, pelos contratos simbólicos e pelo tratamento do conteúdo, que demonstram a percepção do jornal sobre o leitor e a relação com as fontes institucionais.

Colussi (2005) nos diz que para compreender o regional, devemos perceber que há uma ligação profunda entre a localização territorial e a territorialização dos conteúdos. Nesse sentido, entendemos o regional e interior enquanto espaço, com mecanismos de produção que contemplam o sentimento de pertencimento. Nesse sentido, o jornal do interior é distribuído em áreas afastadas dos centros urbanos, tendo uma profunda ligação com o regional, que também está inserido geograficamente, com tratamento de notícias locais. Ou seja, o local aparece como ideológico, com a percepção de conceitos de valores-notícia de proximidade. Dornelles (2013) aponta que a proximidade é o elemento mais importante de constituição dos periódicos regionais e interioranos, já que ela é local e ideológica, sendo transversal a todos os outros valores. Assim, é se valendo da proximidade que o jornalismo consegue perceber os contextos que determinam os outros valores-notícia e, portanto, organizar os elementos valorativos que dizem respeito à novidade, atualidade, relevância, consonância, desvio e negatividade. Dissertam Cicillini e Lima (2005), que a natureza do jornalismo do interior e a preferência dos leitores da cidade pelos diários locais são complementadas pelo fator da proximidade.

Para Bueno (2013), a cobertura feita pelos meios locais preenche o vazio do que é veiculado pela grande imprensa, que devido a sua amplitude, não se ocupa com assuntos cotidianos dos municípios afastados das capitais. Carlos Camponez (2002, p. 19) diz que a imprensa local e regional se centra no compromisso com o seu território geograficamente localizado e com as pessoas que ali habitam, constituída por informações e notícias que se referem a sua área de atuação geográfica. Destaca o autor que, em essência, a questão refere-se a:

(...) presença de uma forte territorialização, a territorialização dos seus públicos, a proximidade face aos agentes e instituições sociais que dominam o esse espaço, o conhecimento dos seus leitores e das temáticas correntes na opinião pública local (CAMPONEZ, 2002, p.19).

Ao falar da proximidade, Camponez (2002) sustenta que ela pode abarcar outras questões além da dimensão territorial, como as vertentes temporal, psicoafetiva e social. A primeira marca a distância do leitor diante do momento em que se deram os fatos relatados, ou seja, a inserção do

acontecimento na História. A vertente psicoafetiva integra os valores compartilhados pelo público, como o sexo, segurança, dinheiro e destino. Finalmente, “a proximidade social diz respeito a temáticas relacionadas com a família, a profissão, a classe social, a religião, a ideologia ou política” (CAMPONEZ, 2002, p. 117). Baseando-se nos estudos do pesquisador francês Michel Mathieu, Camponez continua a descrever as características e funções da imprensa regional, com valores de proximidade, destacando quatro: 1) ela serve como união da comunidade a que se dirige; 2) é um complemento à experiência cotidiana, seja sobre acontecimentos próximos ou mais distantes; 3) responde questões banais acerca do que é novidade, reduzindo as incertezas dos leitores; 4) funciona como uma espécie de enciclopédia e sendo a referencia para o receptor ler o mundo e construir o presente. Essa organização no modelo de se fazer jornalismo transforma o local como centro das discussões, comprometido com o município, refletindo suas lideranças, disputas e tendências políticas. Para o autor:

A proximidade tem a ver com as realidades sociais que nos rodeiam, os serviços de que dispomos na nossa vila ou aldeia. E essa realidade só pode ser apreendida pela imprensa local e por uma abordagem bastante segmentada do público (CAMPONEZ, 2002, p. 119).

Peruzzo (2005) complementa com a reflexão, pontuando que além das dimensões geográficas, o chamado “território” também pode ser definido por bases culturais, ideológicas, idiomáticas, de circulação da informação e muito mais, embora a mídia local e regional tenha laços originados por uma determinada região, fato que dialoga com o *locus* territorial (PERUZZO, 2005, p. 76). De acordo com as considerações da autora, as dimensões como familiaridade no campo das identidades histórico-culturais, como as tradições, valores e religião, bem como as questões de proximidade de interesses, sejam eles de caráter ideológico, político ou social, são tão importantes quanto à base física, ou seja, o território. Portanto, “a mídia local se ancora na informação gerada dentro do território de pertença e de identidade em uma dada localidade ou região” (PERUZZO, 2005, p. 75).

Segundo Fernandes (2013), há uma relação de cumplicidade entre o leitor e o veículo de comunicação, em que estaria subentendido a busca pela informação local. O autor pontua que o desenrolar dessa procura por notícias que informem o que ocorre na comunidade, não é apenas uma maneira de tomar conhecimento sobre os assuntos, mas também de fazer parte dos acontecimentos. Tem-se, desse modo, uma interação profunda entre leitor e mídia, que ultrapassa

a situação de estar meramente atualizado e informado, mas sim, dando a possibilidade de participação do leitor no fato relatado (FERNANDES, 2013). Importante ressaltar que os diários locais também veiculam informações de repercussão nacional, relativas ao país e acontecimentos internacionais, informando o leitor sobre as influências dos acontecimentos de dimensão nacional, na perspectiva regional e do interior.

A proximidade com o público, o espaço disponibilizado para abordar questões locais e regionais e o papel de fiscalizador da coisa pública atribuem ao jornal local e regional relevância suficiente para ser objeto de estudo científico tão importante quanto o jornalismo de massas e a imprensa das grandes capitais (COLUSSI, 2005). Lopes (1998) também complementa que os diários locais informam os interesses próximos de seus leitores, dando garantias de um processo de natural de identificação do receptor, independente da posição editorial adotada pelo periódico.

Na perspectiva de Vicente (2010), por estar próximo do cidadão, o jornalismo local torna-se um meio facilitador de cidadania, uma vez que trata diretamente de temas relacionados com o público, permitindo a participação popular no desenvolvimento regional. Assim, o morador também atua como fiscalizador da coisa pública, reclamando seus direitos políticos e administrativas. O papel da imprensa local é tornar públicas as decisões, reivindicações e demais acontecimentos ocorridos na região, o que torna o jornal do interior a principal fonte de informação, sendo o melhor ponto de encontro para aqueles que desejam comprar, e aqueles que desejam vender uma ideia (VICENTE, 2010).

Apesar disso, Vicente nos mostra que essas considerações não colocam o jornalismo local em um pedestal, já que muitos jornais são dominados pela elite financeira e intelectual do município, o que denota parte de estratégias de dominação e de hegemonia. Camponez também chama atenção para essa relação, já que, muitas vezes, a imprensa do interior reproduz o discurso das elites locais (muitas vezes, proprietárias dos veículos de comunicação), que assumem suas ideologias e interesses como parte dos interesses da população como um todo. João Carlos Correia (1998) também reforça essa ligação da imprensa com as elites, ressaltando a presença de marcas discursivas que fortalecem determinadas opiniões, em prol de interesses. Por isso, é necessária uma leitura crítica por parte de quem pesquisa jornalismo regional, para compreender a singularidade e originalidade do objeto de estudo, percebendo as articulações narrativas que compõem o conteúdo da mensagem. Entretanto, o que destacamos aqui é que o jornal local

convive de perto com os problemas da região onde circula, o que dá a imprensa do interior o papel de fiscalizador dos poderes políticos e administrativos (COLUSSI, 2005).

A imprensa local, portanto, faz com que os leitores “se interessem pelo ambiente que os rodeia, por forma-los e leva-los a assumir, uma atitude participativa do ponto de vista social” (CAMPONEZ, 2002, p. 122). Nas palavras de Camponez, ela tem a função mantenedora da vida democrática, com a troca de ideias e promoção de debates. É nessa linha que Dornelles (2005) constrói o argumento de que a filosofia do jornal interiorano tem como pretensão voltar-se para a comunidade e atender seus anseios e reivindicações, formando um órgão que vai à contramão da grande mídia, tendo como função principal atender as necessidades particulares do espaço urbano em que está inserido. A autora diz que o localismo é o grande condicionante da circulação das folhas impressas, criando elos com a comunidade – fato que aproxima a mídia local com as práticas comunitárias, resultando em “manifestações de comprometimentos sociais de ambas, em maior ou menor grau e na disseminação da diversidade cultural, através da mídia local e comunitária” (DORNELLES, 2005, p.1).

Todavia, é importante levar em conta o que nos diz Peruzzo (2005, p. 73), ao afirmar que embora várias práticas de empresas comerciais regionais se apresentam como comunitárias, nem toda comunicação local pode ser definida dessa maneira. Para a pesquisadora, “trata-se de uma confusão natural, visto que o comunitário não pressupõe uma compreensão uníssona” (PERUZZO, 2005, p. 73). Ou seja, para Peruzzo, há espaço para o comunitário nos meios de comunicação locais, em um sentido implícito que envolve a participação popular autônoma. “Trata-se de uma comunicação destinada a atender demandas locais mediante o exercício da cidadania, a partir dos próprios cidadãos” (PERUZZO, 2005, p. 77).

Portanto, os jornais locais e regionais cumprem sua função comunitária na medida em que buscam trazer informações para os leitores sobre o espaço em que se encontram - mais uma vez, vemos a questão do valor do localismo e proximidade territorial (BUENO, 2013). Para Wilson da Costa Bueno (2013), o adjetivo “comunitário” não aparece somente na perspectiva participativa, mas também integra o quadro de quais notícias o público necessita, e como a imprensa local serve de alimento para a fome de notícias do dia-a-dia. Porém, nem todo jornalismo comunitário é local, ou vice-versa.

De certa forma, os autores se complementam para dar um rosto para a imprensa local. A aproximação desse modelo de jornalismo com a História cria um campo de reflexão e

convergência que de forma alguma são excludentes, mas sim, se complementam quando utilizados em conjunto. Nas palavras de Peruzzo (2005), “se a mídia já tem por praxe transgredir fronteiras, de espaço ou de tempo, no âmbito regional estas se tornam ainda mais tênues” (PERUZZO, 2005, p. 73). As discussões que envolvem o jornalismo local e a imprensa do interior são múltiplas e ainda estão em efervescência. Além disso, os aportes teóricos aqui apresentados servem como âncora de reflexão para o nosso objeto de estudo, já que o “Diário de Notícias” aparece como jornal da localidade de Ribeirão Preto, apresentando elementos do jornalismo local, do interior, regional, com elementos de identificação da comunidade em que pertence. Mais do que a área geográfica, o DN também se aproxima ideologicamente do público católico, por ser dirigido pela Arquidiocese do município, o que corresponde aos apontamentos de proximidade além das fronteiras territoriais, mas também ideológicas, sociais, políticas e culturais, como ditos por Camponez (2002), Peruzzo (2005) e Dornelles (2013).

3.3 Reflexões sobre o modo de fazer jornalismo do interior

Cicília Peruzzo (2005), ao estudar os aspectos conceituais e tendências da mídia regional e local, aponta para o desenvolvimento de estudos sobre imprensa do interior no Brasil, nos anos de 1990. Em seu artigo, ressalta a pesquisadora:

Pressupõe-se que o jornalismo local seja aquele que retrate a realidade regional ou local, trabalhando, portanto, a informação de proximidade. O meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais, etc. Por vezes, se cerca de distorções, como as que têm origem em vínculos com interesses político-partidários e econômicos, mas, mesmo acarretando vieses de informação, acaba contribuindo na divulgação de temas locais. Está num contexto vantajoso para o leitor ou telespectador, ou seja, a proximidade da informação. As pessoas acompanham os acontecimentos de forma mais direta, pela vivência ou presença pessoal, o que possibilita o confronto entre os fatos e sua versão midiática de forma mais natural (PERUZZO, 2005, p. 78).

A autora sintetiza as considerações e os aportes teóricos que viemos discutindo até o momento, em uma passagem que evidencia a proximidade, enquanto valor-notícia principal da imprensa do interior, e o localismo, enquanto concepção que transcende as fronteiras geográficas e também recai sobre a questão ideológica.

A busca pelo perfil da imprensa do interior e o jornalismo local, sobretudo, no interior do Estado de São Paulo, tem como pretensão diagnosticar tendências e conflitos midiáticos dessa região, em contraposição às demandas globais por informação (CICILLINI e LIMA, 2005).

Lopes (1998) afirma que os grandes impressos não eliminam os pequenos, pois os primeiros não têm condições de atender algumas funções, como as reivindicações das comunidades locais, além da expressão de valores que pertencem a uma determinada região. É o que também aponta Peruzzo (2005), ao dizer que a globalização permitiu a revalorização da imprensa do interior e do jornalismo local, em uma perspectiva que atende diferentes contextos e múltiplas formas, porém com exigência no enquadramento nos padrões nacionais da grande mídia. Ou seja, temos uma empresa jornalística do interior interada com as questões locais que, de certa maneira, tem inspiração de produção com os veículos nacionais, com padrões de identificação e técnicas jornalísticas semelhantes com a grande imprensa. Para Joaquim Ribeiro (2010):

Como distinguir então a imprensa nacional da regional ou local? Creio que a grande diferença passa pelo interesse que desperta nos leitores. Um jornal nacional é aquele cujos conteúdos despertam o interesse dos leitores de qualquer ponto do país. Contém informações que interessam a qualquer pessoa, na mesma medida, em todo o território nacional (RIBEIRO, 2010, p. 24).

A produção de periódicos locais atende, portanto, a demanda regionalizada, o valor-notícia de proximidade e o localismo. Outro ponto de destaque é a condição financeira da imprensa do interior, que define práticas jornalísticas, em um equilíbrio entre procedimentos editoriais, comerciais e promoção de produtos (CICILLINI e LIMA, 2005), muito mais do que apenas a questão ideológica do local. Para Cicillini e Lima (2005), um dos grandes méritos do jornalismo do interior é sobreviver enquanto empresa, já que a imprensa é condicionada por aspectos políticos e técnicos, não apenas econômico.

De acordo com Wilson da Costa Bueno (2013), o jornal enquanto empresa jornalística deve organizar sua maneira de produção, levando em conta o produto final da empresa, o público ao qual se destina e os elementos que pertencem à comunidade que mantém relações com o jornal. Para Dornelles (2013), há três vertentes principais para a imprensa do interior: as empresas jornalísticas, os jornais engajados socialmente e, por fim, as folhas que servem aos interesses políticos. No primeiro caso, destaca a autora que as empresas jornalísticas se definem pelo lucro, com espaço para a publicidade, com cobertura dos acontecimentos locais que, em geral, não têm espaço na grande imprensa. Já os jornais engajados socialmente são definidos por Dornelles como veículos que apresentam características de empresas jornalísticas, mas com interesses na cidadania e participação popular. Finalmente, as folhas que servem aos interesses

políticos tem foco na própria política, com forte relação com o poder econômico da região, o que influencia diretamente nos conteúdos veiculados (DORNELLES, 2013).

Apesar disso, Colussi (2005) diz que o jornal local ainda carrega características estereotipadas, que foram construídas no passado. De acordo com a autora, a imprensa do interior é ainda, para alguns, artesanal, mais opinativa do que informativa, que discute problemas ao mesmo tempo em que interfere na política, denuncia e faz fofoca, além de inúmeras precariedades técnicas. Também há a questão do compromisso com o município, o que reflete em assuntos de disputas, lideranças e paixões políticas (COLUSSI, 2005).

O apontamento de Colussi (2005) dialoga com a definição de Bueno (2013), que reconhece o impresso local enquanto jornal “quase artesanal”, seguido do jornal local estruturado e o jornal regional. Para o pesquisador, há um viés pluralista, com inúmeros formatos, estruturas, concepções ideológicas, editoriais e objetivos. Em uma definição de acordo com a área de veiculação dos impressos, o jornal “quase artesanal” e o “local estruturado” seriam publicações com limite de circulação geográfica, com foco no município sede; já o “jornal regional” abarcaria uma cobertura maior, além da sede, sendo veiculado nas cidades adjacentes (BUENO, 2013).

Bueno (2013) também ressalta que a imprensa “quase artesanal” é caracterizada por não possuir estrutura empresarial definida, com uma organização que se assemelha aos primeiros periódicos locais, com circulação semanal ou trissemanal, porque falta estrutura para a veiculação diária. Para ele, nesse tipo de publicação não há separação entre a redação e o setor comercial, contando com um grupo reduzido de redatores, com acúmulo de funções na parte administrativa e jornalística, com poucos casos de profissionais especializados e com formação superior. É na imprensa “quase artesanal”, diz Bueno, que temos a figura do diretor-proprietário que se liga ao jornalismo por prestígio e status social, sendo responsável por todas as etapas de produção do veículo. Continua o pesquisador que a linguagem é rebuscada, com textos meramente opinativos e laudatórios, em uma aproximação com os tons literários, e não há espaço para conteúdos nacionais. Não há muita publicidade e, em muitos casos, são financiadas pelo governo para sobreviver, com propaganda oficial e partidária (BUENO, 2013).

Nos estudos sobre imprensa local em Portugal, Joaquim Ribeiro (2010) aponta duas definições que descrevem a publicação regional. A primeira, como aquela que não tem veiculação diária, o que acreditamos ser uma forma ultrapassada, já que existem inúmeros periódicos com distribuição de segunda a domingo; a segunda é a que não é vendida na

generalidade do território nacional (RIBEIRO, 2010, p. 16). Entretanto, o autor opta pelo que dita a Lei de Imprensa de 1999 (Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho), em Portugal, que define as publicações locais pelo conteúdo e distribuição que se destinam, com predominância em comunidades regionais.

Embora o caráter “quase artesanal” dito por Bueno (2013), as pesquisadoras Cicillini e Lima (2005) apontam que os jornais do interior já aderiram ao uso de tecnologias, com a modernização de projetos gráficos, *softwares* e qualidade de impressão compatível com as grandes redações. Para as autoras, os jornais do interior do Estado de São Paulo não podem mais ser chamados de artesanais, no que diz respeito aos recursos técnicos, já que mais de 80% dos veículos já são impressos em off-set e cerca de 90% possuem redação informatizada¹¹.

Temos, portanto, a segunda definição de Bueno (2013), do jornal local estruturado, atua enquanto produto de consumo. Nesse sentido, é observado o tipo de linguagem e as formas de cobertura – de acordo com o pesquisador, a imprensa do interior possui maior cobertura jornalística, com foco nos assuntos locais, com tiragem ampla e periodicidade diária. Por ter seguido os princípios modernizantes, há profissionais especializados, com separação de conteúdos informativos e opinativos, principalmente, com a página editorial (BUENO, 2013). A informação tem uma linguagem objetiva, com a incorporação de técnicas do jornalismo norte-americano, como a pirâmide invertida e o *lead* (RIBEIRO, 2007). No concernente aos conteúdos, afirma Bueno que o jornal enquanto produto de consumo traz notícias de fora da área de circulação, com uma ampla cobertura dos temas nacionais e internacionais, para interar o público que consome a publicação.

Finalmente, o jornal regional é definido por Bueno (2013) como o veículo que preenche o que não é noticiado pela grande imprensa, devido à amplitude macroespacial de cobertura, levando em conta as atribuições de localismo e proximidade. Esse tipo de publicação valoriza o fato comum, com colunas sobre nascimentos e mortes, casamentos, aniversários e vida religiosa (BELTRÃO, 2013). O jornal regional leva em conta os aspectos apontados pelo local estruturado, com ampla tiragem, veiculação diária e linguagem objetiva.

¹¹ A informatização e a introdução de computadores na imprensa do interior paulista teve início nos anos de 1990 e 2000 (CICILLINI e LIMA, 2005), embora a modernização das redações no interior paulista deu-se a partir dos anos de 1960 (ARAÚJO e GERALDO, 2006), embora algumas características já eram observadas nos anos de 1950 (PÁDUA, 2016).

Feito os apontamentos bibliográficos, percebemos que o “Diário de Notícias” está inserido em uma lógica de mercado de jornal estruturado, sendo um periódico da localidade de Ribeirão Preto com publicação quase diária (terça a domingo, com folga nos feriados), com presença de redatores e jornalistas profissionais, embora os diretores do veículo fossem padres e membros da Arquidiocese do município. Portanto, adota características singulares de modo de produção, com a adoção de uma linguagem objetiva para as notícias e informações, ao mesmo tempo em que defende o ideal católico. Tais apontamentos serão aprofundados durante a análise do DN, que é empreendida em conjunto com os suportes teóricos aqui discriminados.

Também ressaltamos a importância de se compreender o contexto no qual o nosso objeto de estudo se insere. Por isso, o próximo capítulo é dedicado à historiografia do período recortado, trazendo os principais acontecimentos em âmbito nacional e local. Dessa forma, será possível vislumbrar a inserção do DN na corrente histórica, percebendo em que medida há o diálogo com os acontecimentos internacionais, nacionais e regionais.

4 HISTORIOGRAFIA

O processo de interpretação de um determinado objeto de estudo pode utilizar de diversos métodos de análise, como é o caso da pesquisa documental, que permite acrescentar a dimensão do tempo à compressão da representação social. Assim, o presente capítulo tem como objetivo sintetizar os acontecimentos históricos, políticos, econômicos e sociais nos anos de 1960, especificamente, entre o período de 1961 a 1967, recorte escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa. Não é nosso intuito, porém, fazer um levantamento de todos os acontecimentos historiográficos da época, mas sim, apontar aqueles que acreditamos ser parte significativa para a reflexão interpretativa do “Diário de Notícias”. Assim, dividimos o capítulo “Historiografia” em três partes: a primeira, intitulada “De Jânio a Castelo Branco”, posteriormente o subitem “Ribeirão Preto: dos acontecimentos nacionais aos locais” e, por fim, “O desenvolvimento da imprensa em Ribeirão Preto”.

No primeiro momento, tivemos como principais fontes de consulta os historiadores Caio de Navarro Toledo (1984) e o Thomas Skidmore (1982), que empenharam estudos sobre os anos de 1960, especialmente, no período do governo de João Goulart (1961-1963) e, posteriormente, a instauração de regime civil-militar-midiático¹², em 1964. A administração de Jânio Quadros também teve destaque, já em 1961, o governo do então Presidente da República sofreu constantes intervenções e processos, por parte de grupos conservadores, que culminou com a renúncia e a implantação do parlamentarismo. A partir daí, seguiu-se diversos conselhos de ministros, até o ano de 1963, quando João Goulart tornou-se Chefe do Executivo em regime presidencialista. O enfoque do estudo está nas reformas de base, que se aparecem como fator principal para a trama golpista, que orquestrou militares, setores da sociedade civil, órgãos da imprensa e partidos políticos à barragem as medidas progressistas de Jango, sob a bandeira do anticomunismo.

Na parte “Ribeirão Preto: acontecimentos nacionais aos locais”, tratamos da política municipal, bem como as influências da ideologia de esquerda e de direita nos movimentos da cidade. Para isso, as principais referências foram os estudos de Marino (1998), Paulino (2012) e Botosso (2000). É importante ressaltar que muitas obras da História de Ribeirão Preto tem caráter

¹² Incorporamos o termo do jornalista e doutor em Sociologia Juremir Machado da Silva, que fez essa referência com o livro “1964. Golpe midiático-civil-militar”, publicado em 2014. O autor afirma que a regência do golpe foi definida não apenas pelos setores civis e pelos militares, mas também teve apoio da imprensa brasileira, que foi um instrumento importante para auxiliar os que desejavam derrubar o governo de João Goulart. Assim, alguns jornais agiram com o objetivo de construir um consenso na sociedade acerca do “perigo” do comunismo, em especial, com as reformas de base proferidas por Jango.

memorialista, embora seja crescente o desenvolvimento de estudos históricos e acadêmicos sobre a urbe. Para complementar a descrição dos acontecimentos políticos do município no período recortado foi preciso voltar à pesquisa e monografia “A atuação política do “Diário da Manhã”: 1961-1967” (KOBORI, 2015), que conta com entrevistas com personalidades e políticos da cidade na época.

Finalmente, o subitem “O desenvolvimento da imprensa em Ribeirão Preto” descreve sobre as publicações do município, desde o surgimento do primeiro volante, até a modernização das empresas jornalísticas em 1960. O olhar voltou-se para os quatro principais impressos no período: o “A Cidade”, o “Diário da Manhã”, o “A Palavra de Ribeirão” e, por último, o objeto de estudo “Diário de Notícias”. Entretanto, preferimos destacar a atuação do DN com a análise própria do jornal, no primeiro subitem do capítulo 7, “O jornal dos padres”. Compreender o contexto da imprensa ribeirão-pretana contribui para esboçar as relações entre os veículos de comunicação, além de perceber como eles atuavam enquanto portadores de ideologias e representantes de uma dada realidade social.

4.1 De Jânio a Castelo Branco

Os anos 1960 estiveram marcados por um profundo debate e confronto que desembocaria, logo após o golpe civil-militar de 1964, na instauração de um regime autoritário. Talvez por isso, Caio Navarro Toledo (1984) afirma que o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Antes de assumir o poder, Goulart era o então vice-presidente de Jânio Quadros, eleito democraticamente em 3 de outubro de 1960, pela coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL (Partido Trabalhista Nacional, Partido Democrata Cristão, União Democrática Nacional, Partido Republicano e Partido Libertador). Conta-nos Skidmore (1982) que a vitória de Jânio Quadros demonstrou o engajamento do discurso populista no Brasil, comprometido com uma democracia honesta, com investimentos nas áreas de educação, agricultura e saúde.

Loureiro (2012) afirma que Jânio Quadros, mesmo com boas intenções, não conseguiu o apoio que pretendia no Congresso Nacional. Ao assumir a presidência, proferiu um polêmico discurso no dia 31 de janeiro de 1961, criticando a administração anterior de Juscelino Kubistchek e as dívidas que foram deixadas no mercado externo (LOUREIRO, 2012). Com tons de desafio e desespero, o discurso descrevia a situação financeira como “terrível” e causando imediata reação aos políticos ainda ligados à Kubistchek (SKIDMORE, 1982).

Outra atitude mal vista pelos congressistas foi a abertura de processos de sindicâncias, que tinham como objetivo investigar as irregularidades no governo. Elas foram abertas pelo Presidente, sem a consulta prévia do Legislativo (LOUREIRO, 2009). Para Skidmore (1982), a atitude de Quadros tinha como objetivo obter certo prestígio com a classe média, mas ocasionou uma cruzada contra os políticos de oposição, que já tramavam para tirá-lo do governo.

Com a cabeça a prêmio, Jânio Quadros começou a ser acusado por seus adversários políticos, principalmente, pelo líder udenista Carlos Lacerda. Aos poucos, o Presidente foi perdendo o prestígio perante a sociedade. Entre os argumentos utilizados para descreditar o presidente, a aproximação do Chefe do Executivo com os comunistas era um dos principais, visto que ele restabeleceu relações diplomáticas com a URSS e a China, além de condecorar o militante de esquerda Che Guevara, com a Ordem Cruzeiro do Sul (SKIDMORE, 1982).

Não demorou muito para as críticas ao Presidente desembocarem em sua renúncia. Efetivamente, Jânio Quadros deixou o governo em 25 de agosto de 1961, tendo Ranieri Mazzilli assumido o cargo como presidente interino. Já naquele momento os ministros militares, contando com o apoio de dois partidos conservadores, a UDN e o PSD, tentaram barrar o retorno de João Goulart ao país, que estava na China, ato que geraria a implantação do regime parlamentarista no Brasil. Os militares chegaram a redigir um manifesto à Nação, alegando que a posse do vice-presidente comprometeria a ordem do país, nos envolvendo na anarquia e lutas civis (TOLEDO, 1984). De acordo com Toledo (1982), o alinhamento de Goulart com posturas progressistas assustava os setores conservadores, temerosos que um regime próximo aos modelos socialistas fosse colocado em prática no país.

Contudo, uma expressiva maioria congressista manifestou-se contra a arbitrária e ilegal exigência, defendendo a legalidade da posse de João Goulart. Dessa forma, a Constituição de 1946 foi cumprida, com a volta do presidencialismo. Entre os políticos que apoiaram a posse de Jango, encontram-se os governadores Carvalho Pinto (SP), Ney Braga (PR), Mauro Borges (GO) e setores nacionalistas da sociedade civil (TOLEDO, 1984). Ainda assim, não foi possível conter as articulações do PSD e da UDN, que só concederam a presidência a João Goulart por meio do regime parlamentarista, em 2 de setembro de 1961 (SKIDMORE, 1982). Toledo (1984) considera essa decisão como um “golpe branco”, ou seja, um golpe político, que modificou a ordem regencial, descumprindo as normas constitucionais, e retirou a eleição do presidente do âmbito

popular. Somente em janeiro de 1963, Jango recuperaria as atribuições de chefe de governo, através de um plebiscito.

De setembro de 1961 a janeiro de 1963 sucederam-se três Conselhos de Ministros, na vigência do regime parlamentarista. O primeiro gabinete era chamado de “união nacional”, liderado por Tancredo Neves (PSD). Segundo Toledo (1984), o regimento dos Conselhos estampava a vitória das forças conservadoras, pois dos seis ministros que compunham o grupamento, quatro eram do PSD e dois da UDN. Ao PTB, partido de Goulart, coube apenas o cargo de Ministro das Relações Exteriores, por Francisco San Thiago Dantas.

O segundo Conselho parlamentarista deu-se em 13 de julho de 1962, tendo à frente Brochado da Rocha (PSD). Com uma orientação ideológica reformista e de centro, o gabinete foi responsável por apresentar o projeto de lei que antecipava o plebiscito, como forma de decidir qual regime político deveria prevalecer no país. A aprovação do decreto só foi possível após a deflagração de uma greve de trabalhadores, que definiu as eleições para 6 de janeiro de 1963. De acordo com Skidmore (1982) e Toledo (1984), essa iniciativa contribuiu para aumentar os ataques da direita ao Presidente Goulart, com a afirmativa de que Jango estaria labutando com comunistas e que almejava o golpe de esquerda no Brasil.

O último Conselho de Ministros foi chefiado por Hermes Lima (UDN). No momento, já estava previsto o plebiscito e o governo já dava ares do presidencialismo. O regime parlamentarista fracassou pela ineficácia administrativa, sendo fonte permanente de crises institucionais e políticas (TOLEDO, 1984). Em 6 de janeiro de 1963, o povo ia às urnas, com a vitória do regime presidencial.

O impasse e descompasso proveniente do parlamentarismo levaram o país a uma situação econômica e social complicada. A inflação acelerava desde 1961, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento e o crescimento econômico permaneciam estagnados. Assim, com a ajuda de ministros e deputados da esquerda moderada, João Goulart estruturou medidas para a contenção das crises nacionais, como a elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico Social (1963-1965), por San Thiago Dantas (SKIDMORE, 1982). De acordo com Toledo (1984), o objetivo da proposta era combater o surto inflacionário, retomada das taxas de crescimento e aumento do PIB. Apesar disso, era de conhecimento que o Plano Trienal seria criticado por diversos setores, principalmente, as classes populares, já que exigia o cumprimento de medidas

impopulares para a sua concretização, como o reajuste salarial e reformas fiscais (SKIDMORE, 1982).

Com o fracasso do Plano Trienal e já com os dias contados para acabar seu mandato, Goulart promoveu um verdadeiro embate político e ideológico no país, considerado por alguns como o fim do movimento populista (WEFFORT, 1978). Tal embate colocava frente a frente as forças sociais antagônicas. Do lado progressista, se destacava o movimento estudantil e movimento operário, por meio da sua autonomia sindical através do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que lutava pela defesa e pela ampliação dos direitos trabalhistas. A Igreja Católica, uma das forças sociais mais expressivas naquela época, abrigava um setor progressista identificado com a Doutrina Social Cristã e, de certa forma, antecipa o espírito da Teologia da Libertação¹³, com atuação ao lado das camadas populares, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB)¹⁴. Outro movimento de expressão foi o realizado pelos trabalhadores do campo congregados nas Ligas Camponesas, que eram agrupamentos defensores dos direitos trabalhistas nas áreas rurais e, também, levantavam a bandeira da Reforma Agrária.

A conjugação de todos esses movimentos aterrorizava cada vez mais as elites brasileiras, pois mostrava a possibilidade de rompimento do controle das classes dominantes do país. Por outro lado, setores mais conservadores, juntos em torno da UDN (União Democrática Nacional) e que contavam com o apoio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)¹⁵ e o Instituto de Pesquisa e Investigações Sociais (IPES)¹⁶, lançavam constantes campanhas contra o que denominavam de implantação do comunismo no país e que tinham como alvo combater as

¹³ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica e filosófica que surgiu no Concílio do Vaticano II (1962-1965), mas se firmou apenas com a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1968 (SANTOS; GOULART e FABER, 2009). Tal ideal tinha como base adaptar a ideologia cristã, principalmente, da Doutrina Social Cristã, ao contexto do continente latino, principalmente, dos países que viviam em regimes autoritários. Nos anos de 1970, a Teologia da Libertação se espalhou pelo mundo, com o artigo “Cristo Libertador”, de Leonardo Boff (SILVA, 2006).

¹⁴ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são pequenos grupos organizados de católicos, centrados em torno de uma paróquia (urbana ou rural), que tem como função principal promover a emancipação de seus membros, através da renovação da Igreja, iniciada com o Concílio do Vaticano II (1961). Essas organizações surgiram nos anos de 1960, devido à instauração de regimes militares em todo o continente latino-americano. O objetivo principal era dar voz para quem não tem voz, sendo um desafio de esperança para a libertação dos povos latinos. Mais informações podem ser obtidas com o livro de Frei Betto, “O que é Comunidade Eclesial de Base”, disponível em: <http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/05/cebs-freibetto.pdf>. Acesso em 09/07/2016.

¹⁵ De acordo com Toledo (1984), o IBAD foi criado na década de 1950, e tinha como proposta a “defesa da democracia”. Conta o autor que a entidade agrupou atividades paramilitares e anticomunistas, como o Movimento Anticomunista (MAC), a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC) e a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD).

¹⁶ O IPES nasceu em 1961 por um grupo de empresários, com o propósito de coordenar pesquisas financiadas sobre o desenvolvimento econômico (TOLEDO, 1984).

políticas nacionalistas e estatizantes de Goulart, além de combater o sindicalismo e a mobilização social (TOLEDO, 1984).

Essa situação se alteraria quando João Goulart lançara, em 13 de março de 1964, no comício da Central do Brasil, em frente à Estação Ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, as Reformas Estruturais de Base. Elas abrigavam ações que visavam alterações bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias e universitárias, demonstrando o caráter nacional-reformista da administração de Jango. O pronunciamento foi ouvido por mais de 150 mil pessoas e entre as diversas mudanças pretendidas pelo projeto de reforma, estava em primeiro lugar, liderando os debates sobre o processo, a reforma agrária, com o objetivo de reduzir os combates por território e possibilitar que milhares de trabalhadores tivessem acesso às terras (SKIDMORE, 1982). De acordo com Toledo (1984), as aspirações das reformas coincidiam com os anseios de parte da classe média brasileira, dos trabalhadores e dos empresários nacionalistas, por esse motivo, a maioria do povo brasileiro aderiu ao movimento, o que desagradou os setores mais conservadores nacionais. Em seu pronunciamento, manifesta o Presidente: “Todos têm o direito à liberdade de opinião e de manifestar também sem temor o seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros”¹⁷.

A ofensiva golpista não tardou a se manifestar: poucos dias após o Comício, cerca de 500 mil pessoas saíram pelas ruas de São Paulo em favor da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Setores das classes médias, parte do clero e da burguesia, sob a bandeira do anticomunismo e da defesa da propriedade, da fé religiosa e da moral cristã, saíram às ruas nas maiores capitais do país e em outras cidades do interior, em defesa do discurso contra o governo Goulart promovido por políticos do PSD e da UDN (representantes dos grandes proprietários de terras e setores conservadores da Igreja Católica, conhecida como Ultramontana). A real intenção de tais manifestações era criar um clima favorável à intervenção militar, bem como, incitar as Forças Armadas ao golpe de Estado, o que foi possível em 31 de março de 1964, com a deposição do Presidente João Goulart.

Logo após do golpe ter sido consumado, iniciou-se uma perseguição constante e violenta contra os setores que tinham se mobilizado na defesa das propostas de Goulart, como a

¹⁷ GOULART, J. **Discurso do Comício das Reformas de Base**. Estação Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13 jan. 1964. Discurso proferido pelo presidente João Goulart à população brasileira. Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>. Acesso em 09/07/2016.

denominada esquerda política e os partidos comunistas como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a CGT, a União Nacional dos Estudantes, as Ligas Camponesas e grupos da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação como a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular.

Mas não foram todos os que sofreram esses ataques. O golpe foi bem visto, apoiado e saudado por setores importantes da imprensa, o grande empresariado, os proprietários rurais, setores conservadores da Igreja Católica e governadores de estados importantes, como Carlos Lacerda (UDN), da Guanabara, e José Magalhães Pinto (UDN), de Minas Gerais, assim como amplos setores da classe média. De forma geral, esses setores coincidiam ao identificar Goulart como tendo um posicionamento de esquerda e viam o golpe como uma forma de frear o avanço social, amparados pela tese de que o país caminhava em direção ao comunismo e estaria prestes a virar uma nova Cuba. Com o golpe, tinha início um regime político autoritário, no qual a democracia e a representação popular ficariam comprometidas, enquanto o Estado ampliava sua autoridade e cerceava as liberdades democráticas. Diferentemente de outras ocasiões, como o governo ditador de Getúlio Vargas, agora, em 1964, os militares, além de promover a conquista do Estado, permaneceriam nele até a denominada redemocratização dos anos 1980, ou seja, depois de conservar-se por vinte anos no poder.

Defende Skidmore (1988) que os dois objetivos principais do golpe eram: frustrar o plano comunista e defender as instituições militares. Com a saída de Goulart, os militares teriam que decidir quem tomaria as rédeas do Executivo nacional. Até o impasse ser resolvido, quem esteve no cargo foi Ranieri Mazzilli, líder da Câmara dos Deputados. Em 11 de abril de 1964, quem assumiu o cargo máximo do Congresso foi o general Humberto Castelo Branco, escolhido por meio de eleições indiretas, fruto da aliança entre militares e UDN.

Para aparentar a legalidade do golpe, a “linha-dura” ampliou os poderes do Presidente em abril de 1964, por meio do Ato Institucional no. 1 (AI-1). O decreto visava centralizar o poder no Executivo, a fim de garantir a estabilização econômica e promover uma nova política financeira, com desenvolvimento nacional, crescimento da economia e o controle da inflação (SKIDMORE, 1988). Esses preceitos foram assistidos pelos economistas Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Conta Skidmore (1988), que o PAEG propunha o congelamento de preços e salários, redução da taxa de crescimento dos meios de pagamentos, arrecadação de impostos e controle de crédito dos setores privado.

Em 1965, outra imposição era decretada, o AI-2, com a extinção de partidos políticos, sendo as únicas chapas legais a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. No ano seguinte, especificamente em 5 de fevereiro de 1966, Castelo Branco decretara o Ato Institucional no. 3 (AI-3), que dispunha sobre as eleições municipais, estaduais e nacionais. O decreto complementava as ações do AI-2, com a determinação de nomeações indiretas para os chefes do Executivo, através do voto da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, em uma sessão pública e votação nominal. Meses depois, em 7 de dezembro de 1966, fora baixado o AI-4¹⁸, convocando o Congresso para votar a substituição da Carta Magna de 1946¹⁹, com um documento que oficializasse as disposições dos ideais e princípios da Ditadura Militar (SKIDMORE, 1988). De acordo com Skidmore (1988), em 24 de janeiro de 1967, a nova Constituição foi elaborada, entrando em vigor em 15 de março do mesmo ano. O documento incorporava todos os Atos Institucionais e estabelecia a Lei de Segurança Nacional, o que levou a formalização legal do golpe de Estado. A Constituição de 1967 era o quinto documento da História do Brasil e o quarto do período republicano, e só foi revogada com a abertura política, em 1988 (SKIDMORE, 1988).

Já nos primeiros anos da Ditadura Militar, os partidos de esquerda, entidades estudantis, movimentos populares e outras organizações que não correspondiam aos interesses golpistas, foram desarticuladas e passaram a viver na ilegalidade. A União Nacional dos Estudantes (UNE) teve sua sede incendiada e saqueada, além de vários líderes estudantis presos, torturados e exilados (PAULINO, 2012). É o que afirma Ridenti (1993), ao pontuar que:

O golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros. (...) Logo se faria sentir sobre o conjunto da esquerda o “terremoto” de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar na cena política. [...] Nesse clima de contestação nacional e internacional, com o fracasso das esquerdas brasileiras em 1964, ocorreram sangrias orgânicas irreparáveis nos partidos e movimentos clandestinos atuantes, sobretudo no PCB, principal força das fileiras derrotadas (RIDENTI, 1993. p. 27-28).

Infelizmente, ainda há uma memória institucionalizada em uma parte da sociedade de que a Ditadura Militar promoveu o chamado “milagre econômico”, de crescimento nacional e de

¹⁸ Segundo Skidmore (1982), o projeto da nova Constituição foi redigido pelo advogado Carlos Medeiros da Silva, que também colaborou com a redação do AI-1.

¹⁹ Todas as determinações dos Atos Institucionais podem ser consultadas no site do Palácio do Planalto, que pode ser acessado através do endereço: <http://www2.planalto.gov.br/>.

estabilização da economia brasileira. Apesar de perseguições contra estudantes, militantes de esquerda, religiosos e outros grupos contrários ao regime serem relatadas desde o primeiro ano do golpe, só em 1968, com o AI-5 e o endurecimento do regime, a repressão, a censura e práticas de tortura mostravam a face violenta do governo imposto pelos militares. O decreto foi baixado em 13 de dezembro de 1968, pelo Gal. Costa e Silva, que concedia poderes máximos ao Presidente, proibia manifestações populares de caráter político, suspendia o direito ao *habeas corpus* e impunha a censura prévia nos meios de comunicação²⁰.

4.2 Ribeirão Preto: dos acontecimentos nacionais aos locais

A cidade de Ribeirão Preto tornou-se conhecida pela sua intensa atividade agroexportadora cafeeira, o que a tornou conhecida como a “Capital do Agronegócio”. O município está localizado na porção nordeste do estado de São Paulo, a cerca de 320 km de distância da capital paulista, São Paulo, inserido em uma das regiões que mais crescem no país. Para Jorge (2008), foi com a exportação do café no final dos anos de 1890, que Ribeirão Preto se modernizou, teve crescimento populacional, implantou uma moderna infraestrutura urbana, com investimentos em políticas de embelezamento da cidade. Para termos uma ideia, Marcondes (2007) levantou dados sobre o crescimento da urbe, coletando as informações de que em 1874, a população detinha pouco mais de 5 mil habitantes. Em 1890, esse número passou para 12 mil. E na última década do século XIX, o autor chegou ao número de 21.550 mil pessoas, sendo que a maioria era oriunda de imigrantes e morava no campo (MARCONDES, 2007. p.75-76).

Apesar da face moderna da urbe, a política ainda era controlada pelos coronéis e barões do café, que dominavam a esfera pública e privada da sociedade. Dois nomes merecem ser citados: Francisco Schmidt, conhecido como “Rei do Café”, e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o “Quinzinho” (MATTIOLI, 2011). Segundo Paizani (2005), os coronéis não tomavam apenas decisões políticas, mas tinham seus interesses defendidos pela Câmara Municipal, pela imprensa local e pela elite.

A economia da cidade sempre girou em torno da produção e exportação do café e, por isso, havia uma preocupação constante dos poderes locais em promover medidas administrativas e econômicas que atendessem aos interesses da burguesia agrícola. No início do século XX,

²⁰ Dados obtidos do site do Palácio do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em 19/07/2017.

Ribeirão Preto já ganhava os contornos do comércio e da indústria, resultantes do capital financeiro que entrava pelas plantações cafeeiras (SANTOS, 2006). O município continuou em plena expansão, chegando a ter cerca de 92.160 mil habitantes em 1956, crescendo significativamente nos anos de 1920, com a imigração italiana.

Dando um salto até o ano de 1960, década em que se situa a nossa pesquisa, Ribeirão Preto vivia a administração municipal de Alfredo Condeixa Filho (PSP), eleito pela segunda vez no município, em 1960. De acordo com os dados do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, o prefeito tinha formação e alistamento militar pelo Centro de Instrução Militar da Força Pública de São Paulo, graduação como Instrutor de Educação Física e Mestre em Armas, com a titulação de tenente. As coletas mostraram que a vinda de Condeixa Filho a Ribeirão Preto data o ano de 1943, iniciando sua carreira política cinco anos mais tarde, com o cargo de vice-prefeito de José Magalhães em 1948 e, posteriormente, como Chefe do Executivo Municipal de 1952 a 1955, e de 1960 a 1964.

Condeixa Filho compartilhava de um posicionamento conservador, seguindo a política de Adhemar de Barros (MARINO, 1998). É importante notar que nos anos de 1960, se processa, de forma intensa, as cisões ideológicas entre esquerda e direita, oriundas das discussões promovidas pela Guerra Fria. E foi nesse cenário que o militar retorna ao Executivo municipal em 1961, com uma casa dividida e tendo uma crise política intensa, com a renúncia de Jânio Quadros e as fermentações dos movimentos de esquerda (MARINO, 1998). O professor e jornalista Divo Marino (1998) diz que o direitismo do então prefeito, fez com que ele desse “início a uma série de demissões *ad mutum* de funcionário estatutários municipais, supostamente “janistas” ou “esquerdistas”” (MARINO, 1998, p. 18).

Os atos cometidos por Condeixa Filho tiveram repercussão em Ribeirão Preto. Os movimentos sociais que denunciavam práticas reacionárias em âmbito nacional ganhavam dimensões regionais, e o conservadorismo do prefeito não ficou impune. Ainda corria o ano de 1961, quando jornais do município traziam manchetes denunciando as tramas golpistas no Congresso Nacional, com o parlamentarismo, por exemplo, além de também gritarem contra os acontecimentos na Câmara Municipal. Segundo o relato memorialista de Leopoldo Paulino (2012), órgãos da imprensa ribeirão-pretana, entidades estudantis e sindicatos conclamavam à população para a luta em favor da posse de João Goulart. Destacamos a greve estudantil do

Centro Nacional Olavo Bilac e os manifestos a favor de Jango redigidos pelos professores da Faculdade de Medicina e Odontologia da Universidade de São Paulo (USP) (PAULINO, 2012).

No ano de 1963, corria a campanha para novas eleições municipais. Segundo Divo Marino (1998), a cisão ideológica entre esquerda e direita colaborou para germinar preconceitos, que tinham repercussão direta na imagem dos candidatos a prefeito. Concorreram às urnas os políticos Antônio Carlos Sant’Anna²¹, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB); Orlando Jurca²², pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o candidato eleito Welson Gasparini²³, pelo Partido Republicano Paulista (PRP). O PCB local acabou abandonando a candidatura de Jurca repentinamente para apoiar Carlos Sant’Anna, o que acarretou em desprestígio do partido e dos nacionalistas municipais (MARINO, 1998). Por isso, conta-nos Marino (1998), que a vitória acabou com Welson Gasparini, que assumiu o cargo no dia 1 de janeiro de 1964.

O novo prefeito assumiu o cargo no dia 1 de janeiro de 1964, três meses antes da deflagração do golpe civil-militar. Aliado aos movimentos da Igreja Católica e da Social Democracia Cristã, afirma Gasparini que a sua posição diante do novo regime instaurado no país foi o mesmo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Revela o prefeito da época que sofreu retaliações políticas de seus adversários de direita, pela sua participação em diversas manifestações sociais e greves locais, que o acusaram de subversão e aliado da política de esquerda (KOBORI, 2015, p. 51. Entrevista concedida à autora em 15 de julho de 2014)²⁴.

²¹ Antônio Carlos Sant’Anna era redator-chefe do jornal de Ribeirão Preto “Diário da Manhã”, um dos três maiores veículos de circulação na região. O diário tinha um posicionamento nacionalista, a favor das reformas estruturais de base, do governo de João Goulart e contra o golpe civil-militar, ecoando a ideologia de seu redator. Logo após o golpe 1964, foi obrigado a prestar depoimento para a Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) local, acusado de subversão e atividades comunistas. O jornalista foi liberado e não encontramos registros de seu depoimento à polícia. Mais informações sobre a biografia de Antônio Carlos Sant’Anna e a atuação do jornal “Diário da Manhã” podem ser encontradas no trabalho de conclusão de curso, intitulado “A atuação política do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1961-1967”, apresentada na FAAC-UNESP, em Bauru-SP.

²² Orlando Jurca foi vereador de Ribeirão Preto nos anos de 1956 a 1959, Presidente da Câmara em 1959, ano em que também assumiu o cargo de Prefeito Municipal, em decorrência das eleições para Deputado Estadual em que o então Prefeito, Costabile Romano estava concorrendo. Tinha alianças com o Partidão local e outras agremiações de esquerda. Informações retiradas do site da Prefeitura de Ribeirão Preto: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/monumentos/i14m-14-ourca.php>. Acesso em 09/07/2016. Para Marino (2015, p. 90), Orlando Jurca representava o herdeiro do “populismo reivindicatório” dos trabalhistas, simbolizando o “janismo” e os ideais do grupamento PTN. De acordo com o autor, o político tinha apoio dos ferroviários da Mogiana e do operariado em geral, conquistando votos na rua, em comícios populares, e não por forças econômicas e religiosas.

²³ Welson Gasparini era jornalista do “Diário de Notícias”, compartilhando das concepções da Doutrina Social Cristã e os princípios da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Teve uma carreira intensa na política de Ribeirão Preto, sendo eleito prefeito por quatro vezes: de 1964 a 1969; de 1973 a 1977; de 1989 a 1992 e de 2005 a 2008. Em 1966, aliou-se ao ARENA. Em entrevista dada à autora para a elaboração da monografia “A atuação política do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1961-1967”, Gasparini revela que se aliou ao partido de situação para não perder seu cargo político, visto que já era vítima de acusações políticas, pois participava ativamente de greves sindicais e outros movimentos sociais.

²⁴ Dados obtidos através de entrevista realizada com Welson Gasparini, em 15 de julho de 2014, para a monografia “A atuação do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1961-1967”.

Três meses depois, com a deflagração do golpe civil-militar, Ribeirão Preto enfrentou uma verdadeira “caça às bruxas” aos personagens considerados “subversivos”. De acordo com Paulino (2012), instalou-se a política da delação, e vários opositores ao regime militar foram presos, como foi o caso do jornalista Antônio Carlos Sant’Anna, do Pe. Celso Ibson Syllós e a cassação do mandato do vereador Pedro Azevedo Marques, do PSB. A Câmara Municipal também aprovou uma resolução que determinava a cassação de todos os suplentes da legenda socialista, cassando os mandatos dos vereadores Argeu Egydio dos Santos, Amílcar José Papa, Emílio Dinardo, Hemenergildo Ulian, João Antônio Prachedes, entre outros (PAULINO, 2012).

Relata Paulino (2012) que no começo do mês de abril de 1964, a Câmara Municipal aprovou o projeto de lei 14/1964, apresentado pelo vereador Celso Paschoal. A medida teve como objetivo cassar o mandato de Pedro Azevedo de Marques, do PSB, considerado um agitador comunista, o que demonstrava a subserviência da Prefeitura ao golpe civil-militar (PAULINO, 2012). De acordo com o Paulino (2012, p. 38), o projeto foi posto em votação e aprovado pelo próprio Celso Paschoal e os demais vereadores José Bompani, Wagner Antônio Calil, Juventino Miguel, Foaade Hanna, Osório Carlos do Nascimento, Domingos Issac, Faustino Jarruche, José Alves de Castro, José Delibom, José Monteiro, José Moretti, Barquet Miguel, Orlando Victaliano, Paulo Abranches de Farias, Antônio Vicente Golfeto, Waldo Adalberto da Silveira e José Velloni. De acordo com Osório Carlos do Nascimento, em entrevista para Kobori (2015) no dia 15 de julho de 2014, para a monografia “A atuação política do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1961-1963”:

Devido aos conceitos da Guerra Fria existia o pessoal da esquerda e da direita na política. A cassação do Pedro Marques foi uma pressão, porque todo mundo que militava na política era fichado, gerando um dossiê feito pelo DOES de cada um dos elementos que possuía participação ativa em movimentos sociais. Mas, a cassação do mandato do vereador foi uma imposição do regime. Era uma sessão secreta e existia pressão. Dos 21 vereadores, um estava ausente e só um votou contra, que foi o Mário Spanó. Os outros votaram a favor porque éramos obrigados, questão de sobrevivência, mesmo que uma sobrevivência covarde (KOBORI, 2015, p. 53).

Com a promulgação do AI-2, Welson Gasparini optou por se filiar à ARENA, organização de situação apoiada pelos militares, para manter-se no cargo do Executivo municipal e pela dependência financeira com os governos do estado e federal. Apesar disso, o prefeito manteve a sua posição política alinhada aos princípios da Democracia Cristã. Welson Gasparini

cumpriu todo o seu mandato, até o ano de 1969, quando Antônio Duarte Nogueira foi eleito e tomou posse.

Botosso (2000) e Paulino (2012) também destacam que havia a presença de militantes de esquerda, que lutavam contra a ditadura estabelecida. Entre eles, encontravam-se os participantes das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), em sua maioria, estudantes da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, como Vanderley Caixe e Áurea Moretti.

É importante salientar que para dar voz às suas defesas, tanto os reacionários de direita, como os militantes de esquerda utilizavam os jornais da época. Por isso, faremos um apanhado de como se deu o desenvolvimento da imprensa em Ribeirão Preto, desde suas primeiras publicações, até os anos de 1960. Isso nos ajudará a perceber as concepções de jornalismo defendidas pelas empresas de comunicação na cidade, e também compreender os posicionamentos defendidos por cada órgão de informação, de acordo com o grupo que detinha o controle dos meios.

4.3 O desenvolvimento da imprensa em Ribeirão Preto

O desenvolvimento e a modernização da imprensa de Ribeirão Preto ocorreram movida no centro da economia cafeeira, assim como toda a infraestrutura urbana. Os primeiros impressos que se tem registro na região datam o período da República Velha (1889-1930), tendo como pioneiro o semanário “A Lucta” (ROCHA & ZAUITH, 2011). Esses jornais eram palcos de disputas políticas, seguindo os modelos do jornalismo francês²⁵, com foco na opinião e com linguagem rebuscada. A maioria dos diários possuiu vida efêmera, o que era uma característica de toda a imprensa brasileira na época, que somente se consolidou com o desenvolvimento do capitalismo e a modernização das cidades do século XX. Nesse momento, os jornais transformaram-se em empresas jornalísticas geradoras de lucros, investindo na estrutura gráfica e modificando o modo de produção textual (SODRÉ, 1966)²⁶.

²⁵ No momento anterior à modernização da imprensa brasileira, ou seja, em 1950, o jornalismo nacional seguia as tendências francesas, com textos rebuscados, forte presença do nariz de cera, excesso de títulos e letras ornamentadas (RIBEIRO, 2007).

²⁶ Segundo Ribeiro (2007), a modernização da imprensa organizou a apresentação dos impressos, tanto em elementos textuais, quanto gráficos. De acordo com a autora, no modelo do jornalismo norte-americano, os periódicos abandonaram o estilo francês e incorporaram o conceito da pirâmide invertida, privilégio da informação, linguagem objetiva e as tendências capitalistas, transformando-se em verdadeiras empresas jornalísticas, com a profissionalização dos trabalhadores e advento da publicidade. Essa tendência de fazer jornalismo aprimorava a relação triangular entre o jornal, o público e a publicidade, já que por meio da linguagem objetiva e da representação do real, o jornal atraía o interesse do público, responsável por consumir as notícias em conjunto com a publicidade e,

Os únicos periódicos ribeirão-pretanos sobreviventes do século XIX e XX foram as folhas “Diário da Manhã” (1898) e o “A Cidade” (1905). Os jornais incrementaram o seu parque gráfico e tinham grande representatividade no município, em termo de assinaturas e leitores. Os diários tinham circulação de terça a domingo, e não se limitavam às fronteiras de Ribeirão Preto, mas também circulavam nas cidades dos arredores (ARAÚJO e GERALDO, 2006). Já o “Diário de Notícias” teve o seu nascimento no ano de 1928, alcançando rapidamente o pódio em número de leitores junto com os centenários da República Velha (SANT’ANA, 2010).

Savenhago (2011) conta que o “A Cidade” foi fundado pelo advogado e jornalista Enéas Ferreira da Silva, que permaneceu como diretor do jornal por cinco anos. Diz o autor que desde a sua primeira edição, a folha defendia o princípio de neutralidade, embora a sua linha editorial seguisse o agrupamento político de Quinzinho Junqueira. Em meados de 1911, o matutino foi comprado por uma sociedade formada por membros do PRP, que permaneceu na diretoria até a década de 1920 e, após esse período, o diário foi vendido para Renato Barillari e Francisco Augusto Nunes (SAVENHAGO, 2011). Empastelado em 1930 durante o governo de Getúlio Vargas, parte de sua coleção foi queimada ou perdida, apagando um grande registro da história regional. Sant’Ana (2010) descreve que passado esse momento nebuloso, Orestes Lopes de Camargo²⁷ adquiriu o periódico, em 1936, utilizando o jornal em prol de suas campanhas políticas. A família Camargo permaneceu com o controle do “A Cidade” até 2006, quando foi vendido para o grupo das Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV), filiada da Rede Globo, e hoje representa o maior jornal em termos de circulação, número de assinantes, tecnologia do parque gráfico e representatividade em Ribeirão Preto e região (ARAÚJO e GERALDO, 2006).

De acordo com Araújo e Geraldo (2006), o “Diário da Manhã” nasce alguns anos antes do que o “A Cidade”, com a primeira circulação em 1 de junho de 1898. O jornal foi fundado por Juvenal de Sá, que logo em 1906 abandonou a direção do jornal, vendendo-o para Osório Corrêa. Três anos depois, em 1909, o DM passou para as mãos de Sosthenes Gomes. Apesar das constantes trocas de diretores, Paiziani (2015) conta que o DM se manteve fiel ao seu

esta última, contribuía para a manutenção dos impressos por meio de verbas e financiamentos (RIBEIRO, 2007; SODRÉ, 1966). Além disso, Ribeiro (2007) também pontua que o texto seguiu o princípio do chamado cinco “Qs” (ou cinco Ws, em inglês), que é *lead* – O que? Quem? Onde? Como? Quando? Por que?. Um dos pioneiros na modificação do estilo jornalístico foi o matutino do Rio de Janeiro “Diário Carioca”, propriedade de Pompeu de Souza, que lançou o primeiro manual de estilo e redação do Brasil e introduziu o *copy-desk* em sua redação (RIBEIRO, 2007). Nos veículos de comunicação do interior, a reestruturação da imprensa teve início em 1960, embora algumas mudanças já podiam ser notadas na década anterior (cf. PÁDUA, 2016).

²⁷ Orestes Lopes de Camargo foi vereador nos anos de 1940 a 1950, e vice-prefeito de Welson Gasparini, de 1964 a 1969.

posicionamento político, aliado com os interesses do imigrante alemão Francisco Schmidt, conhecido como o “rei do café”. Dessa forma, havia embates entre o DM e o “A Cidade”, já que Francisco Schmidt era o grande rival político do grupamento de Quinzinho Junqueira, do PRP (PAIZIANI, 2015).

Após esse período, Paiziani diz que Costábile Romano compra o jornal em 1938, investindo em seu parque gráfico, com a instalação do primeiro linotipo na cidade, e tendo um contato direto com a folha paulista “A Gazeta”. Essa modernização dá destaque ao DM, tornando-o um dos mais notórios impressos na região de Ribeirão Preto. De acordo com dados obtidos através da leitura do DM, já na década de 1930, a imprensa no município mantinha diálogo com grandes veículos da capital São Paulo e do Rio de Janeiro, sendo o principal vínculo com o grupo “Diários Associados”. Em 1940, o DM era o jornal líder na cidade, com uma tiragem de 12 mil exemplares com edições extras (SANT’ANA, 2010).

Segundo França (2013, p. 70), o DM foi o primeiro veículo a extrapolar a região de Ribeirão Preto, alcançando as cidades de Barretos, Bebedouro, Pitangueiras, Orlandia, São José do Rio Pardo, Casa Branca e Mococa, com o auxílio das locomotivas, e se transformando em um periódico de alcance regional. O jornal tinha um alto capital e influência política, por isso, era alto o investimento na equipe de profissionais da redação, contratando jornalistas, comentaristas, tipógrafos, redatores e diretores (FRANÇA, 2013, p. 70).

A grande mudança editorial será nos anos de 1950, quando a família Sant’Anna assume o controle do DM, tendo o jornalista Antônio Machado Sant’Anna como diretor-chefe, e o seu filho Antônio Carlos Sant’Anna como redator-chefe (ARAÚJO e GERALDO, 2006). Em uma leitura aprofundada do jornal durante os anos de 1960, Kobori (2015) levanta a informação de que Machado Sant’Anna permaneceu no comando do veículo até o final dos anos de 1960, mais especificamente, em 1968, quando se aposentou, deixando o veículo nas mãos de seu filho, Carlos Sant’Anna. A literatura acerca do fechamento do diário é controversa; entretanto, Sant’Ana (2010) relata que a morte do DM data os anos de 1980, devido à problemas financeiros, como queda no número de anunciantes.

Além desses dois jornais, temos o nosso objeto de estudo, o “Diário de Notícias”, que também aparece como órgão informativo de alta representatividade em Ribeirão Preto. Entretanto, preferimos pontuar seu desenvolvimento separadamente. Acreditamos ser necessário informar que o DN foi fundado em 1928, pela família Silva Lisboa, e só foi comprado pela

Arquidiocese Católica do município em 1943, que permaneceu no controle até meados dos anos 1980. O conhecido “jornal dos padres”, como era chamado, tinha uma circulação grande em Ribeirão Preto e região, dialogando diretamente com o “Diário da Manhã” e o “A Cidade”.

Os três jornais mencionados acompanharam o desenvolvimento da urbe, desde os primeiros anos da República Velha. Eles também ficaram conhecidos como os responsáveis por modernizar as empresas jornalísticas na cidade, a partir de 1960 (ARAÚJO & GERALDO, 2006). Dez anos antes, os grandes centros urbanos brasileiros modificavam seus modos de fazer jornalismo, influenciados pelas ideias norte-americanas (RIBEIRO, 2007).

Essa modernização chegará no interior paulista dez anos mais tarde, embora em 1950, já podíamos observar certas mudanças nos modelos jornalísticos do interior (cf. PÁDUA, 2016). Para Araújo & Geraldo (2006), os pioneiros nessa mudança em Ribeirão Preto foram o “Diário da Manhã”, “A Cidade” e o “Diário de Notícias”. Ironicamente, enquanto os jornais investiam em reformas gráficas e estruturais, é deflagrado o golpe civil-militar de 1964 (ARAÚJO & GERALDO, 2006). Segundo os pesquisadores, apesar de não comprometerem o desenvolvimento das empresas jornalísticas, o novo cenário político comprometeu a relativa autonomia dos órgãos de imprensa, além de contribuir para o fechamento de inúmeros veículos em todo o Brasil.

Para Araújo (2005), o desenvolvimento das empresas jornalísticas no período de autoritarismo do regime militar brasileiro revela algumas intenções políticas do Governo, que atuava com veemência para promover órgãos de comunicação favoráveis à política da época e, ao mesmo tempo, destruir àqueles com posição contrária. Entre as formas de combater os veículos antagônicos ao golpe, estavam o corte de publicidade, intervenções estatais, aumento de impostos, elevação do preço do papel e o uso de instrumentos de censura.

No momento anterior a 1964, outros jornais também entraram em cena no palco da imprensa em Ribeirão Preto, como é o caso do “A Palavra de Ribeirão”. O semanário era propriedade do professor de Direito Divo Marino e, segundo o próprio diretor, o impresso ficou conhecido como um dos exemplos de mídia alternativa, já que sua linha editorial fazia duras críticas ao conservadorismo de direita, defendendo as reformas de base, o governo João Goulart e apoiando movimentos da esquerda (MARINO, 1998). Para Carneiro Júnior (2002), o semanário mantinha uma postura nacionalista e em defesa da classe trabalhadora, sendo o impresso que mais registrou os movimentos sindicais na cidade. Também criticava as elites locais, fato que causava imenso desconforto na burguesia ribeirão-pretana (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 88).

Marino (1998) descreve que com a instauração do golpe, todos os dias havia um policial montando guarda na redação do jornal, o que acarretou a fuga de alguns redatores da cidade, com medo de serem presos. Não demorou muito para o jornal deixar de circular em 1964 e, já com as portas fechadas, a coleção de exemplares foi detida e examinada pela Polícia Política do município (MARINO, 1998, p.72-74). Divo Marino e sua esposa, Anice, chegaram a ser perseguidos pelos militares, mesmo depois do fechamento do “A Palavra de Ribeirão” (BOTOSSO, 2000).

Não apenas o “A Palavra de Ribeirão” adotou um posicionamento contra o conservadorismo. Segundo a pesquisa realizada por Kobori (2015), que analisou os editoriais do “Diário da Manhã” dos anos de 1961 a 1967, o jornal adotou uma linha nacionalista, também a favor das reformas de base, do governo Goulart e contra a tomada de poder pelos militares. A autora ressalta que o DM era conhecido pela sua ideologia progressista e municipalista, sempre aliado ao nacionalismo e defendendo os interesses das camadas mais populares. Devido a esse engajamento, o jornal foi considerado subversivo e seu redator-chefe, Antônio Carlos Sant’Anna, foi preso logo após o 31 de março de 1964, sendo obrigado a prestar depoimento no DOPS local, para relatar as atividades do veículo, o que levou ao seu fechamento por cerca de três meses após o golpe (KOBORI, 2015).

Já o “Diário de Notícias” era mantido por uma ala progressista da Igreja Católica nos anos de 1960, representada pela figura do Pe. Celso Ibson Syllos, que não atendeu aos interesses golpistas, dando amplo apoio às reformas de base e difundindo os princípios da Doutrina Social Cristã (OLIVEIRA, 2005). Um mês antes da tomada de poder pelos militares, o DN foi fechado, com a justificativa de “problemas financeiros”. Entretanto, Carneiro Júnior (2002) defende que o real motivo do fechamento do diário foi devido as constantes críticas que fazia contra a elite local e aos políticos de direita.

O jornal que simpatizou com o golpismo em marcha no país foi o “A Cidade”. Marino (1998) discorre que o diário sempre atendeu às necessidades de elite de Ribeirão Preto e que, no dia do golpe, chegou a publicar um manifesto apoiando a tomada de poder pelos militares. Conhecido como o manifesto do Movimento Ativo Democrático pela Religião, pela Democracia e Contra o Comunismo (MAD), Marino diz que além de defender a saída de João Goulart, a carta também criticava os jornais “A Palavra de Ribeirão”, “Diário da Manhã” e o “Diário de

Notícias”. O MAD taxava os três veículos como “comunistas”, “falsos nacionalistas” e que “acendem uma vela a Deus e outra ao Diabo”, respectivamente (MARINO, 1988, p.9).

Cidadão brasileiro patriota, reaja ativamente contra a infiltração comunista que está sufocando o Brasil. [...] Vamos reagir ativamente começando por cancelar, devolver e não anunciar em **jornais comunistas, ou jornais brizolistas (falsos nacionalistas), ou jornais confucionistas que acendem uma vela a Deus e outra ao Diabo** [grifos nossos]²⁸.

Apesar de não possuir forças para fechar os jornais citados, o manifesto colaborou para propagar preconceitos em Ribeirão Preto (MARINO, 1998). Desse modo, pouco a pouco os diários foram deixando de circular, sendo que apenas o própria “A Cidade” permaneceu intocável até os dias atuais.

Tratar os diálogos dos órgãos de comunicação de Ribeirão Preto é perceber, de certa forma, como se davam as relações sociais presentes na cidade. Também abre nossos olhos para perceber como os acontecimentos nacionais eram sentidos em nível regional e, muito mais do que isso, contribuir para escrever os modos e processos de produção jornalística no interior. Dessa maneira, podemos compreender as formas de cumplicidade e afastamento dos principais veículos de comunicação ribeirão-pretanos, bem como entender quais eram as influências dos jornais na fomentação da discussão política na sociedade.

Visto que o nosso objeto de estudo, o “Diário de Notícias”, representava os interesses da Igreja Católica, vemos a necessidade de estudar como se deu o elo entre a instituição religiosa e o próprio jornalismo. Com isso, continuaremos a discussão de nossa pesquisa, tratando justamente dessa questão, como forma de perceber em que medida o DN também representou não apenas um jornal local, mas um segmento social que seguia princípios de uma imprensa católica presente em toda a América Latina.

²⁸ SEM AUTOR. Manifesto MAD: Ao Povo. **A Cidade** Ribeirão Preto, p.1, 31 de março de 1964.

5 A IMPRENSA CATÓLICA

Nos anos de 1960, o “Diário de Notícias” esteve nas mãos da Arquidiocese Católica, visto como um jornal de Ribeirão Preto e, também, como parte integrante da imprensa católica. Isso porque o periódico trazia em suas páginas e editoriais, a opinião da Igreja, expressa, especialmente, na figura dos diretores da época Pe. Celso Ibson de Syllos e Pe. Angélico Sândalo Bernardino. Assim, como forma de vislumbrar as características do DN no que diz respeito à Religião e aos ideais católicos, vimos a necessidade de ressaltar as relações entre a Igreja e a Comunicação, mais especificamente, os meios impressos, bem como as práticas comunicacionais eclesiais na América Latina representadas pelo dogma da Doutrina Social Cristã e pela corrente da Teologia da Libertação. A presença desses dois princípios foi notada a partir da leitura prévia do matutino, que evidenciou a defesa pela Doutrina e, de certa forma, antecipou as reflexões da Teologia da Libertação, mesmo que o ideal tenha se consolidado no período posterior ao recorte temporal destacado. Isso porque o DN demonstrou evidente preocupação com as camadas mais pobres da sociedade, com destaque para o setor rural e, também, afirmava a emancipação do povo.

Assim, no primeiro subitem do capítulo, “A Igreja Católica e a Imprensa”, tratamos do desenvolvimento das relações entre a instituição religiosa e os meios de comunicação social, desde o surgimento da prensa, até os anos de 1990. Não pretendemos esgotar o tema, mas sim, fazer um apanhado descritivo, que irá colaborar para a interpretação e situação do DN nas fases que caracterizam o diálogo entre Igreja e imprensa. Dessa forma, contamos com os apontamentos de Soares (1988), Gomes (2002), Martino (2012) e Puntel (2012). Outra referência importante foi a pesquisa de José Marques de Melo (1985), um dos primeiros pesquisadores brasileiros que estudou a presença de veículos de comunicação católicos. As encíclicas papais também foram consultadas, principalmente, as elaboradas nos anos de 1960, como a *Mater et Magistra* (1961) e a *Inter Mirifica* (1963), além dos documentos elaborados nos encontros da Igreja, como as considerações do Concílio do Vaticano II (1961), e os ideais defendidas pela Teologia da Libertação.

No segundo subitem, “A opção pelos pobres”, trazemos apontamentos sobre a Doutrina Social Cristã e a Teologia da Libertação, tendo como objetivo principal retratar como essas duas teorias influenciaram a opinião dos jornais católicos brasileiros e os movimentos sociais da década de 1960. A respeito do título do subitem, a referência está no conceito carregado pela

ideologia social cristã latina, que visava a emancipação das camadas espoliadas pelo capitalismo e imperialismo. É importante a contribuição de Gutiérrez (2002), Boff e Boff (1985) e de Boaventura Sousa Santos (2011), sendo que o último traz a ideia da comunicação latina, no conceito chamado “Epistemologias do Sul”. Além disso, refletimos as práticas comunicacionais católicas na América Latina durante os anos de regime militar, com ênfase nos posicionamentos de resistência e de caráter popular. Temos, portanto, a relação entre a História, no que diz respeito às diferentes fases do diálogo entre Igreja e Imprensa, Religião e Comunicação, o que contribui significativamente para o enriquecimento bibliográfico para a análise dos editoriais do “Diário de Notícias”.

5.1 A Igreja Católica e a Imprensa

A Igreja Católica é, notadamente, uma das instituições mais poderosas da sociedade. No Brasil, a introdução dos princípios católicos chegou junto com portugueses, que trouxeram os jesuítas, com o intuito de promover a catequização dos indígenas. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, feito pelo IBGE, os católicos representam hoje, cerca de 60% da população brasileira²⁹. Por isso, enxergar as dimensões da religião e da Igreja católica no país é compreender o pensamento de uma grande parcela social. Ou seja, entendemos que a instituição religiosa é, também, uma instituição social (MARTINO, 2012).

Nesse sentido, propomos refletir a atuação da Igreja, em conjunto com os meios de comunicação. Para dar início ao debate, é importante pontuar as dimensões que cercam, primeiramente, a Religião e a Comunicação. Isso porque acreditamos que a Religião, como algo que antecede a instituição católica, mantém um diálogo com a própria Comunicação, em seu sentido de “religação”, ou seja, colocar dois sujeitos em relação (MARTINO, 2012). Também no concernente ao compartilhamento de símbolos e códigos, que são responsáveis para a compreensão de determinada realidade, como aponta Martino (2012). Ainda de acordo com o pesquisador, essa produção e reprodução de bens simbólicos e significados faz com que a instituição religiosa estruture seu espaço, onde possa exercer seu poder e aplicar suas regras.

Com isso, temos a relação da Religião com a Comunicação em duas instâncias ditas por Martino: primeiro, como a própria igreja reproduzindo e produzindo símbolos; segundo, como a

²⁹ Dados retirados do site: <http://noticias.cancaonova.com/brasil/catolicos-permanecem-sendo-maioria-apontam-dados-do-ibge/>. Acesso em 23/07/2016.

introdução das mídias modificaram o espaço religioso. Nas palavras de José Marques de Melo (1985), analisar as práticas de comunicação na Igreja faz parte de um processo de compreensão das estruturas políticas das organizações religiosas, percebendo como elas exercem seus mecanismos coercitivos de poder.

Assim, centramos o nosso estudo nas relações da Igreja Católica com a imprensa. Esse relacionamento é antigo, e se modificou ao longo da História. Desde o surgimento da prensa de Gutenberg, a instituição religiosa viu-se obrigada a tomar posição diante das novas formas de divulgação da escrita. A Igreja estava temerosa que a sua hegemonia fosse abalada, visto que novas ideias poderiam ser difundidas por esse novo meio de impressão, inclusive os ideais protestantes de Martin Lutero. Nesse momento, a instituição católica perseguiu escritores e censurou livros que não seguiam os princípios da Igreja, os chamados títulos proibidos pelo *Index* (MELO, 1985).

Mesmo com as práticas de censura e perseguição às novas formas de difusão da informação, a Igreja não foi capaz de conter o progressivo avanço dos meios. Marques de Melo (1985) disserta que percebendo que não teria forças para breçar esse desenvolvimento, a instituição católica iria, de maneira desconfiada, pouco a pouco aceitar as mídias. Essa segunda fase de contato da Igreja com a comunicação de massas tem como referencial o pontificado de Leão XIII (1878-1903) e as publicações do Papa que falava sobre “combater a escrita, com escrita” (PUNTEL, 2012). Nesse momento, relata Puntel (2012), a Igreja promoveu ações contra a dita “má imprensa”, para que pudessem florescer publicações “moralmente corretas”, ou seja, de acordo com os princípios católicos. Tendo em vista a bandeira da “moralidade”, a Igreja Católica promoveu nas décadas de 1940 e 1950 intensas campanhas contra a maçonaria, o protestantismo e o comunismo, e passou a ser proprietária de inúmeros veículos (SOARES, 1988), incluindo o impresso ribeirão-pretano “Diário de Notícias”, em 1943. Desse modo, a instituição religiosa buscava legitimar seus domínios sociais, políticos e culturais na sociedade (GOMES, 2002).

Silva (2010) acrescenta que foi também durante esse período que as inúmeras transformações políticas, sociais, tecnológicas e científicas pelas quais passava a sociedade, fizeram com que a religião católica fosse obrigada a discutir novos modelos de propagação do Evangelho. Por esse motivo, o interesse nos meios de comunicação social ganharia espaço, que eles possibilitariam que a Igreja pudesse “dinamizar sua prática comunicacional, ora como

questionadora das funções sociais da comunicação, ora como usuária dos meios para a propagação de seus princípios e valores” (SILVA, 2010, p.12).

Com a aproximação cada vez mais próxima da Igreja com os meios de comunicação, Marques de Melo (1985) caracteriza a próxima fase da relação entre Igreja e imprensa como o momento do *aggiornamento*. Isso porque a instituição religiosa teria um deslumbramento pelo campo comunicacional, principalmente com o Concílio do Vaticano II (1961) e a Encíclica *Inter Mirifica* (1963), que discorrem sobre a importância dos meios, reconhecendo-os como elementos essenciais para a sociedade, tendo influências políticas, comportamentais e culturais. Como nos mostra Santos (2013), a comunicação é vista como fonte para o desenvolvimento social do indivíduo e, por isso, o *Inter Mirifica* entende a importância dos media e da mídia na formação crítica. Destaca Gomes (2002):

Com o tempo, a Igreja evoluiu para uma compreensão mais abrangente da comunicação. Assim como a educação, põe ênfase no processo, destacando a transformação da pessoa e das comunidades, do mesmo modo, a pastoral da comunicação se preocupa com o processo comunicacional que se estabelece entre as pessoas e na sociedade em geral (GOMES, 2002, p.124).

A instituição religiosa toma a pastoral como preocupação chave para as relações com a imprensa, entendendo o papel educacional dos meios comunicativos. Diz Gomes (2002), que a chamada “pastoral da comunicação” se preocupou com o que os meios de comunicação veiculavam para as pessoas. Assim, “identificavam-se nestas mensagens as ideias que contrariavam a moral e os bons costumes, bem como o pensamento cristão sobre o mundo, as pessoas e as coisas” (GOMES, 2002, p. 122).

Essas ideias não tardaram a chegar à América Latina, visto que essa região representa grande parte da parcela de católicos no mundo. Cinco anos após o *Inter Mirifica*, é realizada a Conferência de Medellín (1968), dita por Gutiérrez (2002) como uma fase otimista e ingênua em relação aos meios. É em Medellín que os bispos atentam que não seria possível ignorar os efeitos dos media e o crescente processo de globalização proporcionado pela comunicação (DECOS-CELAM, 1984). Também alertam para o fato dos meios de comunicação estarem “vinculados a grupos econômicos e políticos nacionais e estrangeiros, interessados em manter o *status quo* social”, dando uma visão mais crítica aos processos que envolvem as mídias (GOMES, 2002, p.124). Com isso, a Igreja Católica passa a ter “papel preponderante no desenvolvimento das ideias comunicacionais na América Latina” (GOMES, 2002, p.121).

Segundo Marques de Melo (1985) essa relação da Igreja com os meios de comunicação na América Latina irá se intensificar com a Conferência Episcopal Latino-americana em Puebla, no México, no ano de 1979. Durante a reunião, foi elaborado o documento “A evangelização e a comunicação social na América Latina”, com importantes reflexões sobre a relação da Igreja Católica latino-americana e a imprensa. Para Klering (2012), intensificam-se os debates iniciados em Medellín, refletindo sobre a manipulação ideológica dos meios na manutenção da hegemonia. Ao mesmo tempo, é a hora em que toda a Igreja se abre para a Comunicação, sendo inspirados pela Doutrina Social Cristã e a Teologia da Libertação. De acordo com Marques de Melo (1985):

A Igreja passa a incentivar, a patrocinar, a respaldar experiências de comunicação do próprio povo. Facilita de modo que os seus meios de comunicação sejam voz dos que não têm voz e cria condições para que o povo de Deus, organizado em comunidades, passe a ter voz através dos seus próprios meios. Em síntese, estimula a criação de meios populares de comunicação, rompendo o silêncio secular a que esteve condenado nosso povo (MELO, 1985, p.63).

A partir de Puebla, a Igreja passou a se interessar pelo caráter popular da comunicação. Segundo Puntel (2012), a instituição católica encara a necessidade de possuir seus próprios canais de difusão de informações, como forma de disseminar os valores cristãos, principalmente, entre as classes menos favorecidas. Por esse motivo, voltou-se o olhar para a América Latina, onde os religiosos visavam promover a transformação social, pregando os princípios da Doutrina Social Cristã e a Teologia da Libertação. Com as palavras do Conselho Episcopal Latino-Americano, a comunicação social é o instrumento que irá apresentar aos povos latinos uma imagem mais fiel da Igreja Católica, “transmitindo ao grande público não só as notícias relativas aos acontecimentos da vida eclesial e suas atividades, mas também e, sobretudo, interpretando os fatos à luz do pensamento cristão” (CELAM, 1971. p. 159).

No caso do Brasil, temos a presença de cerca de 140 publicações católicas, publicadas já no início do século XX. “Havia a consciência sobre a oportunidade de se optar pela estratégia da imprensa, fato que legitimava a presença da Igreja junto às classes letradas, formando-se assim, líderes de opinião indispensáveis para fazer frente ao Estado laicizado” (GOMES, 2002, p. 129). É pela luta contra o secularismo que a Igreja bradou nos veículos de comunicação, logo após a proclamação da República. Ela publicou as chamadas “cartas pastorais” que, para Gomes (2002, p. 130), tinham na sua essência: a) condenar o liberalismo econômico e a liberdade de expressão não regrada pela “moralidade”; b) reafirmar a autoridade da Igreja, portadora do “jornalismo

sadio”; c) catequizar o povo; d) buscar novos apoiadores, principalmente, na classe média urbana; e) fundar ligas que praticavam a “boa imprensa”; f) fomentar criações de jornais católicos. As cartas pastorais seguiam o espírito que regravava a segunda fase de relação entre a Igreja e Comunicação, durante o papado de Leão XIII, apresentada por Marques de Melo (1985).

Mas, foi após as conferências latino-americanas, que as ideias sobre a comunicação passaram a se destacar no Brasil. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) abria os braços para dialogar com os fenômenos midiáticos, e se fazer presente nos meios de comunicação. Em especial, pela ala progressista e carismática da Igreja Católica, bispos e padres difundiam os princípios católicos em programas de rádio, jornais impressos e programas de televisão. É sabido que já em décadas anteriores a Igreja detinha em suas mãos o controle de meios de comunicação, - é notável a aquisição de jornais nos anos de 1940 – mas, foi a partir de 1960, que cresce o interesse pela questão popular e a instituição católica passa a utilizar a mídia para divulgar esses ideais. Todavia, ao mesmo tempo em que crescia a influência do catolicismo progressista, o golpe civil-militar é deflagrado, o que acarretou na perseguição e prisão de bispos e padres que faziam parte de congregações voltadas à educação e emancipação popular, ou que discursavam sobre questões políticas contrárias ao regime ditatorial (MELO, 2005).

Na revisão bibliográfica de Silva (2010), percebemos que o relacionamento entre os meios de comunicação e a Igreja no Brasil volta com força nos anos de 1990, com a aquisição de novos canais de comunicação, principalmente, de televisão. A pesquisadora conta que o constante crescimento de igrejas evangélicas no país, que também contavam com propriedades midiáticas, abalaram os pilares do catolicismo e fizeram com que os católicos repensassem suas estratégias de comunicação. Isso possibilitou o surgimento do Instituto Brasileiro de Comunicação Social (Inbrac), com o objetivo de difundir a mensagem cristã, da Rede Vida de Televisão, em 1992, gerenciada pela Inbrac em parceria com a CNBB (SILVA, 2010).

Diante dos apontamentos apresentados, cremos ser necessário aprofundar as questões sobre a Igreja e a Comunicação nos anos de 1960, década em que se insere nosso objeto de estudo. Sendo assim, voltaremos nosso olhar para o contexto brasileiro, tendo em mente que nosso país é integrante da América Latina e, por isso, compartilhou das doutrinas e visões que nasciam no bojo do desenvolvimento latino.

5.2 A opção pelos pobres

A América Latina nos anos de 1960 até 1970 caracterizou-se por significativas mudanças nos setores sociais, político, cultural, econômico, demográfico e eclesial, como nos mostra Gutiérrez (2002). Para o pesquisador, a referência de modelo econômico da época era o capitalismo norte-americano, que tinha a promessa do desenvolvimento, em um período em que “o caminho mais viável para sair do subdesenvolvimento, principalmente econômico, era pela intervenção e ajuda tecnológica e política dos países do norte” (GUTIÉRREZ, 2002. p. 140).

O descrito por Gutiérrez compreende bem o que nos diz Boaventura Sousa Santos (2011), quando esboça o que chamamos de “Epistemologias do Sul”. O autor propõe novas formas de observar os acontecimentos, por vias do Sul, ou seja, dos países considerados subdesenvolvidos e dependentes do norte (ou desenvolvidos). Para ele, os subdesenvolvidos, comumente conhecidos como “pobres”, são vistos dessa forma não somente pela questão econômica, mas também pelos seus costumes, ideologias e leis; e também o grupo recusado como atores sociais no processo histórico. O Sul aparece não como lugar geográfico, mas sim, como algo metafórico: é o excluído, aquele que sofre pelo capitalismo, pelo colonialismo, pelo patriarcado e pelas elites locais que se beneficiam dessa condição. Na definição do próprio Boaventura (2011):

A Epistemologia do Sul é a afirmação de novos processos de produção, recuperação e válido, revelações não-científicas, e novas científicas entre diferentes tipos de conhecimento de aulas práticas e grupos que sofreram social e sistematicamente, a destruição, a opressão e a discriminação causada pelo capitalismo, colonialismo e todas as naturalizações da desigualdade em que eles se separam (SANTOS, 2011, p. 16).

Gutiérrez (2002) e Boaventura (2011) continuam o diálogo, afirmando o papel dos meios de comunicação, como parte vital dos processos de produção de mudanças sociais. Isso irá acarretar reflexões sobre a estrutura de poder da mídia, seus fluxos de reprodução de discursos, que podem atuar na subordinação e dominação de culturas nativas, a discutível democratização do sistema de informação e a abertura de novas formas de comunicação alternativas (GUTIÉRREZ, 2002, p. 142).

Nesse sentido, cabe refletir de que modo os meios de comunicação atuaram para atender as necessidades dos povos latino-americanos, notadamente pertencentes ao Sul, pela sua condição de subdesenvolvidos e oprimidos pelos processos históricos de dominação. O que se pode constatar é que a imprensa se mobilizou para quebrar esse paradigma, promovendo novos modelos de comunicação comunitários e alternativos. E, não somente os meios, mas também a

Igreja Católica e sua significativa influência social abriram portas para discutir a questão do subdesenvolvimento, que já vinha sendo apontada pelas Encíclicas Papais *Mater et Magistra* (1961), *Inter Mirifica* (1963) e *Populorum Progressio* (1967).

Como apresentamos anteriormente, foi nos anos de 1960 que o relacionamento da Igreja com os meios de comunicação de massa delineou seus contornos de encantamento, visto que a instituição religiosa compreendia a dimensão social das mídias. É também nesse momento que cresce o interesse pelo popular, traçando no Brasil uma imprensa católica de interesses comunitários, que ia de encontro com os princípios da Doutrina Social Cristã e da Teologia da Libertação. De acordo com Vilela (2004), a Doutrina Social Cristã foi elaborada por João XXIII, e defendia que o capitalismo liberal deveria ceder lugar para um novo sistema, regulamentado pela solidariedade e éticas fraternais, sem acabar com a democracia. Ou seja, era uma nova forma de sistema proposto pela Igreja.

Já a Teologia da Libertação nasceu na própria América Latina, e tinha como proposta adaptar as teorias eclesiais para o contexto do Sul. Para Boff e Boff (1985), ela pressupõe um protesto contra a situação em que se encontram os oprimidos e pobres injustiçados pelo capitalismo liberal. “O pobre a que nos referimos aqui é o coletivo, as classes populares, que englobam muito mais que o proletariado estudado por Karl Marx” (BOFF e BOFF, 1985, p. 14). É nessa linha que percebemos a aproximação entre esse ideal católico, com o novo olhar teórico-metodológico apresentado por Boaventura (2011). Para completar, Gutiérrez (2002) fala que é a partir de Medellín e com o Concílio do Vaticano II que essas ideias tomaram corpo para desembocar na chamada Teologia da Libertação. A opção preferencial seria pelos mais pobres, voltando a atenção da Igreja “para aquela imensa maioria de marginalizados, explorados, excluídos de uma sociedade com forte tendência capitalista, excludente e monopolizada” (GUTIÉRREZ, 2002, p. 143).

Foi o próprio Gutiérrez responsável por apresentar a proposta da Teologia da Libertação. Conta-nos Boff e Boff (1985), que ele manifesta a ideia de uma teologia vinculada à prática social em 1964, em Petrópolis (RJ) em um encontro de teólogos. Para Gutiérrez, o alinhamento da Teologia da Libertação com os meios de comunicação iria ao sentido de personalização, liberação e ação criadora para a evangelização. Isto é, “criar uma metodologia e estratégias propícias para detectar melhor a problemática sociocultural e manter as bases para uma comunicação participativa e libertadora” (GUTIÉRREZ, 2002, p.150). De acordo com Santos;

Goulart e Faber (2009, p. 202), a Teologia da Libertação não é simplesmente uma teoria, mas sim, uma teoria orientada para a prática. Para os pesquisadores:

(...) a Teologia da Libertação faz uma análise histórica e social da realidade em que a comunidade está inserida, porém, sem abandonar seu caráter cristocêntrico, ou seja, apesar da análise ser feita a partir da realidade dos pobres, seu caráter é cristão e centrado na figura e nos ensinamentos de Jesus Cristo (SANTOS; GOULART; FABER, 2009, p. 202).

Segundo Santos; Goulart e Faber (2009), outra característica importante da Teologia da Libertação é que ela se apropria dos instrumentos da História e da Sociologia para encontrar os motivos da pobreza nos países da América Latina, inclusive no Brasil. Concluem os pesquisadores, que a corrente encontrou no colonialismo e no capitalismo os culpados pela submissão dos povos latinos, o que aproximou a teoria dos ideais marxistas. Para o marxismo dos anos de 1960, a luta de classes não estaria na esfera estrutural, como propunha o marxismo ortodoxo, mas sim, “permeava todas as relações humanas socialmente construídas: as relações de gênero, as relações étnicas e a religião com suas instituições” (SANTOS; GOULART; FABER, 2009, p. 202).

Com essa visão, alguns setores progressistas da Igreja Católica passaram a apoiar organizações cooperativas rurais, principalmente, em 1960. Gutiérrez cita Puntel e Robert While para afirmar que essa interação entre representantes do clero, lideranças sindicais e camponeses era uma forma encontrada para “enfrentar a crescente pobreza e descaso dos pequenos produtores rurais” (GUTIÉRREZ, 2002, p. 151).

Essa ligação passou a revestir os jornais eclesiais, dando um caráter popular e comunitário à comunicação praticada nos veículos católicos. O “Diário de Notícias”, por exemplo, levantava a bandeira a favor do sindicalismo rural e a libertação do homem do campo, evidenciando a aproximação com a Doutrina Social Cristã e, de maneira antecipada com a Teologia da Libertação. Levando em consideração os trabalhos de Jesús Martín-Barbero, Gutiérrez (2002) pontua que a implantação de uma comunicação popular era de fundamental importância para os jornais católicos, visto que ela revestiria as camadas populares como parte do conflito histórico, dando o mérito de movimento de resistência contra a dominação estrutural que permeia a sociedade. Gutiérrez também discorre que a comunicação popular foi influenciada

pelos preceitos pedagógicos de Paulo Freire, que enxergava o elo da comunicação como forma de educação, e que promovia a emancipação social. Destacamos que

(...) la comunicación popular refirió a un nuevo tipo de comunicación “del pueblo” en América Latina. Surgida del seno de grupos campesinos o de trabajadores que discuten entre sí o con otros grupos similares, en la perspectiva y práctica de producir sus propios medios en nivel local representando las ideas de cada comunidad” (GUTIÉRREZ, 2002, p. 152).

Contudo, essas ideias não eram compartilhadas por toda a Igreja Católica, mas sim, pela ala progressista, que fugia dos tradicionalismos e conservadorismos eclesiais e teve fundamental importância no engajamento nos movimentos de resistência social (SANTOS; GOULART; FABER, 2009). Essa maneira de pensar voltada para o popular acarretou em um preconceito pelas alas reacionárias, que passaram a qualificar como “comunista” todo um segmento do catolicismo, em um significado pejorativo próprio da Guerra Fria. Eram visados, principalmente, os padres operários e sacerdotes que faziam parte da Ação Católica (VIGNERON, 2002). Destaca Vigneron (2002), que durante os regimes militares na América Latina (1960-1970), os movimentos progressistas da Igreja, como foi o caso do Movimento de Educação de Base (MEB) e a entidade da Juventude Universitária Católica (JUC), foram acusados como agentes do comunismo internacional, sendo perseguidos pelos militares e condenados à ilegalidade.

Tal reducionismo era fruto da temeridade das elites, que via seus privilégios abalados, pois com a ação libertadora da Igreja em prol dos oprimidos, pela promoção de diálogos com as classes populares (muito pelo método de Paulo Freire), acarretava no desenvolvimento da consciência crítica, que questionava a hegemonia e favorecia a participação em nome de mudanças (SANTOS, 2002). Para Maria Salett Santos (2002):

A ideia dominante na época (anos 1960/1970) apontava para a necessidade de “libertação” de todo o continente oprimido pelas ditaduras militares e pelo “imperialismo” econômico e cultural, exercido externamente pelos Estados Unidos e por alguns países da Europa Ocidental; e, em nível interno, libertar as classes populares urbanas e rurais, operários e camponeses, da opressão das elites econômicas que os subordinavam sob anuência dos Estados nacionais. “Libertação”, termo cunhado pela Igreja Católica, significava também desenvolver a palavra e a ação dos movimentos populares, à época em grande fluxo pela repressão do Estado (SANTOS, 2002, p. 199-200).

Portanto, a Igreja organizou uma comunicação participativa e libertadora, que questionava as estruturas de poder entre patrões e operários, a organização agrária e outras formas de subordinação e repressão de um segmento social pelo outro. De inspiração marxista, mesclada com os princípios cristãos e a pedagogia freiriana, a comunicação participativa libertadora privilegia o diálogo e a formação crítica de seus receptores (SANTOS, 2002).

É importante destacar a participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)³⁰, entidade que surgiu nos anos de 1960-1970, como parte militante da Igreja Católica, ao lado dos simpatizantes da Doutrina Social Cristã e Teologia da Libertação. De acordo com Santos (2006), para as CEBs o trabalho do padre torna-se desnecessário, caso ele não incentive trabalhos de emancipação que interessam ao povo. Não podemos esquecer que durante o endurecimento do regime militar brasileiro, membros das comunidades eclesiais, padres militantes e membros progressistas foram perseguidos e presos, demonstrando que apesar de uma parte da Igreja Católica apoiar a tomada de poder pelos militares, outra ala permanecia crítica ao golpe e lutou contra as atrocidades dos anos de chumbo.

No final da década de 1970 e com a progressiva abertura democrática dos anos de 1980, a Igreja passa a questionar o seu engajamento político. Segundo Santos (2006), o papado de João Paulo II trouxe a emergência da aliança euro-latina no catolicismo, e o Vaticano passa a interferir na “Igreja do povo”, com a tentativa de restaurar a Igreja Católica Apostólica Romana no pensamento católico brasileiro. Deu-se aos poucos o fim da Teologia da Libertação, mas que ao mesmo tempo, deixava marcas profundas de transformação social no continente latino.

³⁰ Para SANTOS; GOULART e FABER (2009), as CEBs da região rural tiveram importante papel no desenvolvimento e aglutinação dos setores popular, através da conscientização de classes. De acordo com os autores, o caso mais significativo teve início com a aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), nos anos de 1960 e 1970.

6 METODOLOGIA

Concentramos a seguir na apresentação da nossa metodologia para dar base à análise, bem como nos demais instrumentos teórico-metodológicos que ancoram a escolha do objeto de estudo e justificam os caminhos que percorremos para chegar à conclusão. Optamos por dividir o capítulo em três partes que se complementam, sendo a primeira intitulada “O jornal enquanto fonte e objeto de pesquisa”; posteriormente, “O estudo dos gêneros opinativos do jornalismo”; e, por fim, “A Hermenêutica em Profundidade e a ideologia”.

A análise partiu da leitura dos editoriais do “Diário de Notícias”, concentrados na coluna “Nosso Comentário”, iniciando no dia 01 de janeiro de 1961, com a edição no. 12.175, se estendendo até ao exemplar de no. 13.519, de 01 de 19 de junho de 1966, e alguns exemplares pontuais do ano de 1967. Para a coleta do material, foram necessárias constantes visitas à biblioteca da Faculdade de Teologia e Filosofia de Ribeirão Preto-SP, localizada em Brodowski-SP, onde estavam localizados todos os exemplares do DN. Os arquivos não estavam digitalizados, portanto, foi preciso tirar fotografias das páginas do jornal, totalizando 7540 fotos. Todas as imagens foram tratadas e organizadas em pastas separadas por ano e data, seguindo uma ordem cronológica, para facilitar a consulta e a leitura. O processo de digitalização, tratamento e organização levou cerca de um ano para ser concluído, visto o montante de material coletado, bem como o deslocamento até a biblioteca.

Em um primeiro momento, a proposta era estudar todo o ano de 1967, por ser o marco da promulgação da nova Constituição brasileira, mas percebemos o pouco número de editoriais e textos opinativos presentes no jornal no período, e o crescente desinteresse do matutino por questões políticas, sendo os anos mais representativos os de 1963, 1964 e 1965. Em abril de 1964, o DN deixa de circular por todo o mês, voltando somente no dia 09 de maio do mesmo ano, segundo os registros da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Teologia de Ribeirão Preto. Por isso, as primeiras análises se concentraram no momento anterior ao seu fechamento, que marca um período histórico: o pré-golpe. Posteriormente, é visto como o DN se comportou durante o regime autoritário, bem como a mudança de direção: o golpe e o governo Castelo Branco. Salientamos que além das opiniões políticas, também ressaltamos as ideologias eclesiais defendidas pelo periódico, principalmente, àquelas que se aproximavam da Doutrina Social Cristã e a Teologia da Libertação, sendo parte da voz da Igreja no “Diário de Notícias”.

Na primeira parte, traremos apontamentos sobre o uso do jornal enquanto fonte e objeto de pesquisa, além de perceber como se deu o crescimento do uso dos veículos de comunicação como instrumentos de verificação científica, já que no período positivista, apenas os documentos oficiais podiam ser consultados. As contribuições são de Capelato (1998), Luca (2005) e Bezerril (2011), bem como demais pesquisadores que interagem a História e a Comunicação em seus estudos. Em seguida, o subitem “O estudo dos gêneros opinativos do jornalismo”, traz as justificativas da nossa opção por estudar os editoriais, já que tal gênero representa a manifestação da empresa jornalística, na qual ela tem a liberdade de expor suas ideologias de forma institucionalizada. Como aponta Chammas (2012, p. 16-17), é o espaço aonde o jornal condensa seus múltiplos interesses e, por isso, trabalhar com os editoriais é perceber as significações do próprio veículo de comunicação, em que ele pode se posicionar abertamente sobre assuntos políticos, defendendo seu ponto de vista como empresa privada e também como instituição social. Além de Chammas (2012), Luiz Beltrão (1980) e José Marques de Melo (1985) também foram consultados para perceber as características da opinião jornalística, já que os pesquisadores foram pioneiros nos estudos de Comunicação, com ênfase em gêneros do jornalismo.

Por fim, “A Hermenêutica em Profundidade e a ideologia” é o coração do capítulo, com apontamentos sobre a HP, de Thompson (1998), que foi o instrumento de análise metodológico escolhido para guiar a pesquisa. Além do próprio autor, outros estudos foram consultados, como as reflexões de Veronese e Guareschi (2006) e Motta (2014). A questão da ideologia é o tema central da Hermenêutica e, por tratarmos da opinião, em conjunto com o posicionamento da instituição católica no “Diário de Notícias”, o conceito é de extrema importância, para guiar as interpretações acerca dos textos editoriais do jornal.

6.1 O jornal enquanto fonte e objeto de pesquisa

As pesquisas que utilizam o jornal como fonte de consulta e também como objeto de estudo tem como elo as relações da História com a Comunicação, em uma perspectiva ligada à História da Imprensa, ou História dos Meios de Comunicação Social. São notáveis as obras de Maria Aparecida de Aquino (1999), “Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento”, e Beatriz Kushnir (2004), “Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988”, por

exemplo, que empreenderam estudos sobre os jornais da grande imprensa paulista, em especial, do “O Estado de S. Paulo” e a “Folha de S. Paulo”, no período de autoritarismo brasileiro.

Em termos metodológicos, o uso da imprensa como fonte de consulta história e como objeto de estudo leva-se a considerar as dimensões que esses termos possuem, no sentido de documento ou registro produzido em determinado contexto espaço-temporal, que servirá de base para a construção do conhecimento histórico (PÁDUA, 2016). O Dicionário de Conceitos Históricos de Silva e Silva (2009) discorre que o termo “fonte” diz respeito ao documento, registro e consulta histórica dos vestígios produzidos pela humanidade. Também é a herança imaterial e material, que foi deixada pelos antepassados, e que serve como âncora para as análises e interpretações do tempo passado (SILVA e SILVA, 2009).

Bezerril (2011) disserta que o uso da imprensa como fonte histórica deu-se a partir do século XX, com os estudos da Escola de Annales (1930), que iam contra o pensamento positivista operante que utilizava, fundamentalmente, documentos oficiais como consultas de pesquisa. Na década de 1960, os adeptos da Nova História aprofundam o que diziam os membros de Annales, considerando que os mais diferentes objetos escritos podem ser indicadores de acontecimentos (ALVES; GUARNIERE, 2007). Os periódicos eram considerados representantes de ideologias e interesses políticos (SODRÉ, 1983) e, foi a partir da década de 1970 que essa característica deixou de ser algo negativo, mas foi incorporada aos estudos acadêmicos, como mecanismo de representação de uma determinada realidade social. A imprensa propiciou a ampliação de fontes para o pesquisador, mas a principal contribuição está na possibilidade de “verificar e conhecer, dentre outros, as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes” (BEZERRIL, 2011, p. 3).

Capelato (1998) afirma que os jornais integram a vida cotidiana das pessoas e consultá-los permite ao pesquisador captar as práticas sociais, os costumes e o folclore da sociedade, bem como os interesses de determinados grupos. É o que completa Ribeiro (2000), ao dizer que a mídia passa a ser o local da memória nas sociedades contemporâneas; o jornal ocupa lugar institucionalizado de fala, o que leva os fatos cotidianos ao patamar de fatos históricos. Esse “poder” da imprensa de transformar o cotidiano em História é visto por Ribeiro (2000) como fruto do desenvolvimento do jornalismo informativo, que seguindo as técnicas de objetividade,

neutralidade e imparcialidade, criavam a ilusão de “espelho da realidade”. Isso aproxima o fato jornalístico do histórico, pela sua capacidade de transformação social.

Para Luca (2005), é preciso tomar alguns cuidados metodológicos ao tomar os jornais como fontes. Em primeiro lugar, devemos levar em conta não apenas as mensagens, mas também os aspectos gráficos que compõem o veículo. Para a pesquisadora, é nas páginas dos exemplares que se percebe a evolução tecnológica ao longo da história, que vai desde os prelos até a impressão eletrônica. O mesmo pode-se dizer em relação à evolução da escrita jornalística e do fotojornalismo (LUCA, 2005). Novamente, nos debruçamos sobre a análise do contexto. Luca também defende que olhar os jornais como fonte histórica é considerar os meios de produção da época, as formas de circulação da mídia e as relações entre o mercado e público, inseridos em espaços socioculturais determinados, que situam a fonte consultada. Tânia Regina de Luca (2005) afirma que o pesquisador que utiliza os jornais enquanto fonte também deve ter atenção com os critérios de noticiabilidade e a escolha dos temas, responsáveis por transformar um acontecimento em notícia. Dessa forma, é necessário observar o destaque dado pelo periódico a um determinado fato, o espaço de veiculação da informação e a intencionalidade dos agentes de publicação (LUCA, 2005).

Resta-nos compreender, portanto, a dimensão que o jornal assume enquanto “objeto”. Segundo a Enciclopédia Intercom de Comunicação (2010), o termo é entendido como material de estudo e, no campo comunicacional, compreende diferentes origens que vão desde o telégrafo, passando pela imprensa escrita, sonora a audiovisual, até a internet. Ter o jornalismo como objeto de estudo é compreender como se dá a mediação dos meios no processo histórico, em aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais (ENCICLOPÉDIA INTERCOM DE COMUNICAÇÃO, 2010).

Pelo exposto até o momento, entendemos que a nossa pesquisa busca no jornal “Diário de Notícias” a fonte histórica para perceber como se dava as relações do periódico com a sociedade em que atuava, bem como a manifestação do pensamento da instituição social da qual pertencia, no caso, a Arquidiocese católica do município. Nossa pesquisa tem, conseqüentemente, a fonte também como objeto de estudo, característica que aproxima ainda mais o estudo da Comunicação com os da História. O trabalho que fazemos vai ao encontro com o que diz Hohlfeldt (2011), quando afirma que a leitura de jornais antigos obriga nossos olhos contemporâneos a

compreender os princípios que nortearam tais publicações, sem a pretensão de aplicar os conceitos atuais ao jornalismo do passado, mas sim, se colocar na interpretação histórica.

6.2 O estudo dos gêneros opinativos do jornalismo

As pesquisas que estudam o jornalismo têm como preferência a consulta das notícias como textos de registro e documentação, visto que elas são consideradas o principal produto do meio jornalístico. É o que afirma Traquina (2005), ao dizer que as notícias fazem parte de uma construção social, como resultado de interações que envolvem estratégias de comunicação e o contexto no qual as informações são veiculadas. Apesar disso, é preciso encarar que o poder dos veículos comunicacionais transcende a informação: há a responsabilidade dos jornalistas, principalmente, na interpretação da realidade e, também, na formação de opiniões que podem ser acolhidas e negadas por parte dos receptores.

Com a modernização da imprensa nos anos de 1950, a divisão entre opinião e informação ficou evidente. E, assim, a notícia se sobrepôs aos artigos e textos opinativos (MELO, 1985). Entretanto, como aponta José Marques de Melo (1985), a opinião está presente não apenas nos editoriais e discursos assinados, mas também na filtragem e seleção de temas, na hierarquia de informações, no espaço de importância dada a cada manchete e na escolha de palavras. Segundo o autor, o jornalismo tem o compromisso de relatar a realidade da forma mais fiel possível, mas o processo de seleção e fabricação do produto jornalístico é parte de uma escolha subjetiva do profissional de comunicação, que opta pelo o quê será e o quê não será publicado nos jornais.

Wolf (2009) também aborda esse conceito – em especial, com a chamada *teoria do gatekeeping*. Diz o pesquisador que a filtragem das notícias é feita de duas maneiras: primeiro, pelo conjunto de valores e ideias presentes no sujeito jornalista; segundo, por critérios organizacionais e profissionais que regem o processo de construção da notícia. Outras teorias da notícia também apontam a presença da subjetividade e da ideologia por trás da informação, como é o caso da teoria da ação política e teoria construcionista (cf. TRAQUINA, 2005). Por esse motivo, a opinião é parte essencial do jornalismo, pois colabora não apenas com a elaboração de notícias, mas também do pensamento na sociedade, já que os jornais atuam como instrumento da manifestação do interesse público (BELTRÃO, 1980).

A escolha dos editoriais como textos principais para a análise do posicionamento do “Diário de Notícias” deu-se pelo lugar em que esse gênero jornalístico ocupa enquanto narrativa:

é o espaço próprio de manifestação e significação do jornal, onde ele pode explicitar, abertamente, sua opinião acerca das estruturas que regem a sociedade (CHAMMAS, 2012). Para Luiz Beltrão (1980), a opinião é a função vertical do jornalismo, pois ela orienta o leitor por meio da expressão de um determinado ponto de vista. Dessa forma, os editoriais são a base para alcançarmos nosso objetivo: compreender o pensamento defendido pelo DN, bem como quais eram as ideias católicas firmadas pela Arquidiocese, através das publicações no periódico.

Beltrão (1980) e Marques de Melo (1985) também apontam a definição do editorial. Para eles, é o espaço de opinião oficial do veículo, enquanto empresa jornalística. São textos não assinados, de autoria institucional, e que podem expressar as crenças do dono do veículo de comunicação, o que geralmente acontece em empresas regionais (BELTRÃO, 1980; MELO, 1985). Além disso, ressaltam os pesquisadores que esse gênero tem como atributos principais a impessoalidade, a topicalidade (com um tema escolhido e delimitado), condensabilidade (poucas ideias e força de argumentação) e plasticidade (são flexíveis, já que a opinião é mutável). Também possui uma linguagem persuasiva e direta, construindo o raciocínio por meio de ideias (MARTINS, 2010).

Esses conceitos diferenciam o editorial do artigo, que é o gênero textual em que o autor desenvolve a argumentação sobre determinado assunto, com liberdade de expressão (BELTRÃO, 1980). De acordo com Marques de Melo (1985), a grande diferença entre esses textos é a assinatura, já que no artigo, o redator (jornalista ou não) assume total responsabilidade pelo que é escrito, enquanto no editorial, a incumbência fica a cargo da empresa jornalística ou do órgão que rege o veículo de comunicação. No caso do “Diário de Notícias”, o compromisso estava com a Arquidiocese Católica de Ribeirão Preto, que dirigia a folha. Portanto, mais do que perceber o posicionamento próprio do jornal, também podemos traçar inferências sobre a ideologia da instituição, fazendo um paralelo sobre o que era pregado pela Igreja Católica como um todo, e o que era defendido pelos representantes católicos ribeirão-pretanos que escreviam no DN.

6.3 A Hermenêutica em Profundidade e a ideologia

A escolha da Hermenêutica em Profundidade (HP) de J. B. Thompson (1998) como Metodologia deu-se pela abertura de métodos que a proposta oferece, aplicável em pesquisas sociais, históricas e comunicacionais e, também, porque ela acredita no potencial ideológico das mensagens e dos meios. A HP busca construir um referencial interpretativo complexo, que

reveste o fenômeno pesquisado por meio do seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal. Além disso, permite análises de discurso, de conteúdo, bem como enfatiza a ideologia como “vertente social importante, conferindo um caráter potencialmente crítico à pesquisa” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 87).

Isso justifica o percurso que percorremos até o momento, demonstrando como se estruturavam os contextos que cercam o nosso objeto de estudo. Por isso, tendo já como base a história, o espaço e as interlocuções que envolvem o DN, a metodologia já começa a se delinear, para podermos costurar nossas interpretações acerca do que pesquisamos. Na definição do próprio Thompson (1998), a HP aparece como um “referencial metodológico geral para a análise dos fenômenos culturais, isto é, para a análise das formas simbólicas em contextos estruturados” (THOMPSON, 1998, p. 33). O exercício proposto é, portanto, perceber os sentidos das mensagens veiculadas em um contexto social datado, e como isso pode culminar em interpretações ideológicas.

De acordo com Veronese e Guareschi (2006), “o potencial inovador da abordagem da HP reside no fato de que ela supera as abordagens tradicionais de ideologia, invocando a necessidade de propor sentidos, discutí-los, desdobrá-los e não desvelá-los” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 87). Ou seja, os pesquisadores salientam que a nossa procura deve ir além de identificar os sentidos ocultos do fenômeno social, mas também, propor novos sentidos, para que possamos interpretar como ideológicos, em um exercício racional argumentativo e comunicativo. Assim, a apreensão que teremos do fenômeno parte do registro da subjetividade, quer dizer, no sentido que temos de determinado evento. Portanto, “o interesse da HP irá centrar-se naquelas relações em que o sentido opera a ideologia” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 89).

Completando essas ideias, Motta (2014) salienta que na análise ideológica, a HP trata como os sentidos são utilizados para produzir e reproduzir relações de poder, ou as chamadas “relações de dominação”. É o que nos diz Thompson (1998), quando nos oferece pistas para fugir dessas forças de manipulação. Ele alerta que os dados analisados devem ser vistos como formas simbólicas que, em determinados contextos, servem para estabelecer (produzir, criar, instituir e sustentar, manter e reproduzir) sistematicamente desigualdades sociais.

Ora, a proposta de Thompson é, portanto, compreender de que maneiras as formas simbólicas são produzidas, construídas e veiculadas na sociedade, sendo uma metodologia analítica e interpretativa, que parte de inferências racionais argumentativas para atingirmos o

resultado final. É o que o pesquisador chama de “interpretação da doxa”, ou a hermenêutica da vida cotidiana. Essa é a forma em que podemos realizar as análises discursivas dos significados nas mensagens jornalísticas, dando um caráter crítico à pesquisa.

Para Thompson (1998), a abordagem dos fatos deve se assentar em um tripé: a) análise sócio-histórica; b) análise formal ou discursiva; c) interpretação/reinterpretação, o que denomina como *Hermenêutica em Profundidade*. Na primeira etapa, realizamos a descrição e estudo dos espaço-temporais, campos de interação e estruturais sociais. Está centrada nas “condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p. 366). Segundo o pesquisador, isso nos leva a três níveis de observação dentro da análise sócio-histórica: em primeiro lugar, devemos identificar o espaço-tempo em que as formas simbólicas são produzidas e recebidas. Em resumo, as formas simbólicas se localizam em ambientes e são repassadas em meios específicos, o que configura um importante ponto descritivo e analítico da análise sócio-histórica.

No segundo nível, consideramos os campos de interação das formas simbólicas. Thompson constrói o argumento de que devemos ver o campo “como um espaço de posições e um conjunto de trajetórias, que conjuntamente determinam algumas relações entre as pessoas e algumas das oportunidades acessíveis a elas” (THOMPSON, 1998, p. 366). Ou seja, é o local em que se localizam as regras, as convenções e os recursos da vida cotidiana, e que atuam na produção e circulação das formas simbólicas.

O último nível, refere-se à análise das instituições sociais. Veronese e Guareschi (2006) dizem que ao analisar as instituições sociais, precisamos reconstruir as regras que as constituem e verificar como se dá a produção e recepção das formas simbólicas nesse ambiente e, posteriormente, argumentar sobre suas implicações. São essas formas que nos dirão em que medida os sujeitos incorporam a ideologias, e como estas são incorporadas pelos sujeitos e, assim, atuam para sustentar, ou não, as relações de poder (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 88). Por esse motivo, Motta (2014) diz que essas formas não se produzem em um vazio, mas em um espaço e tempo específicos, levando em conta determinadas redes de relações e dinâmicas político-sociais.

Passamos para a segunda etapa da HP: a análise formal ou discursiva. Ela utiliza dos métodos de estudo de mensagens, como a semiologia, análise de conversação, sintática, narrativa, de conteúdo e temática. É o momento em que podemos perceber a intencionalidade do texto, já

tendo levado em consideração a ambientação do tempo-espço, durante a análise sócio-histórica. De acordo com Thompson (1998), o contexto e suas influências sociais, políticas, econômicas, culturais e históricas são o fundamento da análise discursiva, com suas características estruturais, padrões e relações. É no discurso que vemos as diferentes “instâncias de comunicação correntemente presentes” (THOMPSON, 1998, p. 371). Nessa fase, partimos do pressuposto de que “os objetos e expressões que circulam nos campos sociais, através dos quais se dão as relações, são formas simbólicas, construções complexas que apresentam uma estrutura articulada” (VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 89). É o momento formal da análise.

Por fim, temos a interpretação/reinterpretação que, nas palavras de Thompson, implica em um movimento de síntese, por uma construção criativa de possíveis significados (THOMPSON, 1998, p. 375). É um exercício de inferência racional do pesquisador, que dará a representação interpretativa sobre a complexidade social do objeto de estudo. Diz Motta (2014):

Fica claro nesta etapa que a HP é um conjunto de procedimentos metodológicos que supõe a proposição de sentidos possíveis às formas simbólicas para a compreensão da realidade social, o que deve estar devidamente sustentado (a) no rigor da aplicação da metodologia, (b) na apreensão teoricamente fundamentada do fenômeno social, (c) no devido cotejamento dos dados obtidos na pesquisa e, mais do que tudo, (d) na capacidade de costurar todos esses elementos e empreender uma forte racionalidade argumentativa para, no espaço público das discussões sociológicas, fazer sentir a viabilidade e plausibilidade das hipóteses interpretativas levantadas, cujo confronto com outras interpretações possíveis é indesejável, nesse contexto (MOTTA, 2014, p.10).

Thompson (1998) evidencia o uso do enfoque tríplice da HP, na análise dos meios de comunicação de massa. Discorre o pesquisador que isso se dá pelo fato das mensagens serem produzidas e transmitidas em uma construção simbólica significativa, e a interpretação da doxa pode ajudar a “ilustrar as regras e pressupostos implícitos no processo de produção, incluindo pressupostos sobre a audiência e suas necessidades, interesses e capacidades” (THOMPSON, 1998, p. 393). Esquematiza Thompson como se dá o desenvolvimento metodológico para analisar a mídia, de acordo com a HP: a) na produção e transmissão, temos a análise sócio-histórica e interpretação da doxa; b) na construção da mensagem, temos a análise formal ou discursiva; c) na recepção e apropriação do conteúdo veiculado. Tendo essas três etapas à mão, podemos interpretar o caráter ideológico das mensagens (THOMPSON, 1998, p. 395).

Essa forma de realizar a interpretação ou reinterpretção por meio da HP é sustentada pelo fato de associarmos a compreensão dos fenômenos sociais e formas simbólicas às suas condições sócio-históricas, meios de produção e recepção e os processos que estruturam seus

padrões e efeitos (VERONESE; GUARESCHI, 2006). Isso nos dará uma visão acerca do objeto pesquisado que foge dos reducionismos e simplismos, partindo para uma reflexão crítica, que não é pacífica, mas sim, abre possibilidades para um conflito interpretativo, que também faz parte das apreensões retiradas da análise. Justificar a interpretação das formas simbólicas como ideológicas é, portanto, desenvolver argumentos à luz da construção de seus significados em contextos sociais específicos, onde elas são produzidas, transmitidas e recebidas.

Assim, demos início ao nosso trabalho com as contextualizações espaços-temporais do “Diário de Notícias”, como parte da análise histórica da Hermenêutica em Profundidade. Portanto, traçamos considerações sobre o período que envolveu os anos de 1961 a 1967, principalmente, com a deflagração do golpe civil-militar de 1964, além dos apontamentos referentes à relação da Igreja com os meios de comunicação social e, em especial, com a América Latina. Também trouxemos apontamentos teóricos, principalmente, sobre as questões que envolvem o jornalismo local e a imprensa do interior, que são características importantes e essenciais na definição do DN.

Para melhor visualização do que pretendemos analisar no estudo dos editoriais do “Diário de Notícias”, enumeramos as seguintes categorias, de acordo com a análise formal ou discursiva: 1) aspectos gerais: características e diagramação; 2) A Doutrina Social Cristã como solução; 3) Reforma Agrária e o homem do campo; 4) Do jornal aos sindicatos: Frente Agrária; 5) A Editorial Comunitária “Diário de Notícias” S/A; 6) A “Revolução” e o governo Castelo Branco. Muitos dos assuntos se relacionam e mantêm um diálogo entre si, portanto, essa divisão nos serviu como base para as inferências, que agrupou os temas, demonstrando a linha de raciocínio e o posicionamento político do matutino. Durante a leitura preliminar, alguns temas já foram observados, com dados brutos que incluíam a Doutrina Social Cristã, as ideologias comunista e capitalista, o golpe civil-militar, os sindicatos e a situação do homem do campo. Após a análise aprofundada, chegamos a essas categorias, que foram organizadas em subitens do Capítulo “Do Campo de Análise”.

A análise foi feita em uma planilha do Excel, em conjunto com fichamentos de cada editorial lido. As tabelas eram separadas em abas por ano, que continham as seguintes colunas: ano do jornal (em algarismos romanos), ano de publicação (ex: 1961, 1962...), mês de publicação, data, edição, dia da semana, quantidade de editoriais presentes na edição, textos usados na análise, nome da coluna, título do texto, localização do editorial (em qual página), qual o assunto

abordado (breve resumo), palavra-chave para definir o texto e a quantidade de fotos digitalizadas na edição. Foi a partir das “palavras-chave” que pudemos elencar as categorias de separação de análise. O fichamento de cada editorial continha o nome do jornal, a data, o dia da semana, o número da edição, o título e trechos que foram destacados do texto, seguido de breves considerações interpretativas sobre o conteúdo do discurso. O tratamento deu-se em nível qualitativo, priorizando os textos com temática política.

A seguir, discriminamos cada uma das categorias e como procedemos para escolher os textos que seriam considerados na análise.

- 1) **Aspectos gerais: características e diagramação:** parte da observação de como se estruturava o DN, incluindo seus aspectos gráficos, organização das notícias, número de páginas, presença de materiais de agências de notícias, presença de elementos fotográficos e cartunistas, método de produção das mensagens e organização do corpo editorial. Essa análise nos dará informações que permitem enxergar a composição do objeto, bem como compreender os aspectos jornalísticos propriamente ditos, que cercam o diário.
- 2) **A Doutrina Social Cristã como solução:** essa categoria foi criada a partir da pré-leitura do material, que constatou uma defesa forte em nome dos princípios defendidos pela Doutrina Social Cristã. Além disso, o nosso recorte temporal se localiza na publicação das Encíclicas Papais que defendiam essa teoria eclesial. Dessa forma, é por esse elemento que veremos o diálogo do DN com a Igreja Católica e, mais ainda, com a imprensa católica em geral. É também nessa categoria que constatamos os comentários que cercavam as ideologias comunista e capitalista, evidenciando a dicotomia existente no período da Guerra Fria. Para o jornal, nenhuma dessas políticas seria ideal para a transformação do mundo e emancipação do homem, sendo que apenas a Doutrina da Igreja teria essa capacidade. Ou seja, o jornal se posicionava enquanto órgão defensor das Encíclicas e teorias eclesial, mantendo uma posição que não era a favor nem do comunismo, nem do capitalismo (embora, em alguns momentos, o DN se aproximou das concepções da esquerda).
- 3) **Reforma Agrária e o homem do campo:** de acordo com os apontamentos de Correia (2008), Sant’Ana (2010) e Oliveira (2005), o DN tinha grande interesse na questão agrária. Por isso, resolvemos nos basear nesses estudos predecessores e, assim,

levamos em conta os textos que falavam das reformas estruturais de base, em especial, a agrária. Além disso, essa categoria também incluiu comentários acerca das administrações de Jânio Quadros e João Goulart, principalmente, do último, que foi responsável pela criação do projeto das Reformas. Além disso, também foram destacados textos que defendiam a emancipação do homem do campo, já que para o DN, o setor rural brasileiro convivia em péssimas condições e era necessário conscientizar os trabalhadores de seus direitos. Esta categoria mostra como o jornal se posicionava diante dos acontecimentos políticos nacionais e o porquê da preocupação com a área ruralista, que era motivada pela antecipação da Teologia da Libertação, bem como as pregações da Igreja na América Latina, que encarava os problemas do campo como os resultados da exploração político-econômica.

- 4) **Do jornal aos sindicatos: Frente Agrária:** segundo os dados bibliográficos, o diretor do DN, o Pe. Celso Ibson Syllós, mantinha fortes laços com a comunidade ribeirão-pretana e, por meio do diário, divulgava seus atos, bem como a sua opinião. Além disso, o religioso também era coordenador da Frente Agrária Paulista, movimento que defendia a sindicalização do campo e a alfabetização de trabalhadores rurais, através do método Paulo Freire. Essa categoria tem uma nítida aproximação com a “Reforma Agrária e o homem do campo”, além de demonstrar a proximidade do DN e de seu diretor com a comunidade.
- 5) **A Editorial Comunitária “Diário de Notícias” S/A:** apesar de dirigido pela Arquidiocese Católica de Ribeirão Preto, o DN era uma empresa jornalística consolidada, que tinha como preocupação informar e orientar os leitores. Por isso, além dos padres-diretores, também havia a presença de leigos e jornalistas que trabalhavam no veículo, bem como artigos escritos por intelectuais e membros da sociedade. Dessa maneira, o jornal promoveu campanhas, em que ele se posiciona abertamente, tanto como empresa, como representante do clero. É notável as questões referentes à criação da “Editorial Comunitária “Diário de Notícias” S/A”, empreendimento promovido pelo Pe. Celso nos anos de 1963 e começo de 1964, com o objetivo de tornar o DN um órgão com participação de membros da sociedade civil.
- 6) **A “Revolução” e o governo Castelo Branco:** com a instauração do golpe civil-militar de 1964, o DN e o Pe. Celso Ibson Syllós sofreram perseguições por parte da

polícia local. Esse item demonstra a ruptura da trajetória do periódico, ocasionada pelo regime autoritário. Com a instauração da Ditadura, o DN faz menções ao governo de Castelo Branco e utiliza o termo “Revolução” para referir-se ao golpe. Nesse momento, o Pe. Celso Ibson Syllos não está mais à frente do jornal e, por isso, percebe-se uma mudança editorial e ideológica. Também será abordado o fechamento do DN pelos golpistas e apoiadores militares e civis, logo após o dia 1 de abril de 1964, bem como as perseguições de membros do clero de Ribeirão Preto.

7 DO CAMPO DA ANÁLISE

Este capítulo é dedicado à análise propriamente dita de nosso objeto de estudo, o “Diário de Notícias”. Ressaltamos que só chegamos a esse ponto do percurso, devido ao aprofundamento bibliográfico apresentado nos capítulos anteriores, bem como o desenvolvimento da metodologia de pesquisa, a Hermenêutica em Profundidade, que nos propiciou a interpretação que aqui expomos. Construímos sete tópicos, tendo como base as unidades de registro separadas metodologicamente, intitulados “O jornal dos padres”, “Aspectos gerais: características e diagramação”, “A Doutrina Social Cristã como solução”, “Reforma agrária e o homem do campo”, “do jornal aos sindicatos: Frente Agrária”, “A Editorial Comunitária “Diário de Notícias” S/A” e “A “Revolução” e o governo Castelo Branco”.

Na primeira parte, vamos tratar do desenvolvimento do “Diário de Notícias”, desde o seu surgimento, até o seu fechamento total em 1980. É nesse momento, que veremos a relação do jornal com o período, bem como com os demais periódicos que circulavam em Ribeirão Preto. O histórico do matutino revelará as mudanças de posicionamento e ideologia da folha em diferentes épocas e, também, se o DN seguiu o que era pregado pela Igreja Católica de uma forma geral. Dessa maneira, é possível não apenas conhecer a trajetória do veículo, mas também compreender como se portavam os leigos e religiosos que escreviam em suas páginas, além da própria atuação da Arquidiocese Católica do município, que permaneceu na direção do jornal por um longo período (de 1943 até a década de 1980)

No subitem “Aspectos gerais: características e diagramação”, esboçaremos as características gráficas e estruturais do jornal e da empresa jornalística DN. Assim, questões como número de páginas, organização das notícias e textos opinativos, presença de ilustrações e fotografias e o corpo editorial do diário, como repórteres, editores e colaboradores. Para melhor visualização, optamos por colocar algumas figuras do periódico, que serão um complemento às nossas descrições.

Em seguida, trataremos da questão da Doutrina Social Cristã, no tópico “A Doutrina Social Cristã como solução”. Essa teoria eclesial apareceu durante a pré-leitura dos editoriais, sempre associada como solução aos regimes comunistas e capitalistas liberais. Dessa forma, traçaremos o pensamento da Arquidiocese de Ribeirão Preto, aliada com a Igreja Católica progressista latino-americana, que podem demonstrar uma aproximação de ambos, no que se refere aos princípios doutrinários.

No item “Reforma Agrária e o homem do campo” priorizamos os textos que tratavam do governo João Goulart e a proposta das reformas estruturais de base. Percebemos que havia uma preocupação maior do DN com a questão agrária e, conseqüentemente as condições dos trabalhadores rurais. Essa parte do texto será o gancho para tratar da questão regional, já que é notável a participação do Pe. Celso em movimentos do campo, na parte “Do jornal aos sindicatos: Frente Agrária”. Também dedicamos essa parte a outros assuntos que representavam movimentos em Ribeirão Preto e que, de certa forma, contribuíam para dar o caráter de imprensa regional e católica do “Diário de Notícias”.

A “Editorial Comunitária “Diário de Notícias” S/A” trata-se de um empreendimento comercial promovido pelo Pe. Celso, em 1963 e primeiros meses de 1964, com o objetivo de incitar a participação civil no jornal. A promoção desse projeto demonstra, entre muitos pontos, o caráter comunitário do DN, bem como a preocupação do diretor com o povo e com o popular. Além disso, é também nesses textos que percebemos o posicionamento do diário de forma aberta, já que os editoriais ressaltam, muitas vezes, qual a linha e intencionalidades da folha.

Por fim, analisamos o período pós-golpe, no tópico “A “Revolução” e o governo Castelo Branco”, em que o Pe. Celso é afastado da direção do DN, perseguido e preso pela polícia política da região. Nesse momento, é nítida a mudança de posicionamento do jornal, não só pela nova direção, que ficou ao encargo do Pe. Angélico Sândalo Bernardino, mas também, porque percebemos o apoio aos militares, pela bandeira do anticomunismo e as esperanças ante ao governo Castelo Branco. Outro ponto elogiado pela folha é o projeto “Estatuto da Terra”, que é visto como o novo começo para promover as Reformas Estruturais de Base, já elaboradas na administração de João Goulart. É importante ressaltar que o jornal continua defendendo a Doutrina Social Cristã, mas se afasta aos poucos da Teologia da Libertação e, também, dos movimentos sindicalistas do setor rural ribeirão-pretano. Além disso, em vários momentos o matutino não toca no assunto de política, preferindo traçar comentários sobre o Concílio do Vaticano II ou outros encontros da Igreja, sempre falando em Fé. Resta refletir se essa aproximação com o governo militar e, em contrapartida, o afastamento com editoriais políticos constitui uma tentativa estratégica do jornal para se manter em circulação, pois muitos periódicos da cidade deixaram de existir logo após o 31 de março de 1964, bem como evitar novas prisões de membros do clero e leigos que escreviam na folha, já que o sentimento de medo era constante.

7.1 O jornal dos padres

O “Diário de Notícias” nasceu em 1 de julho de 1928, pela ação de José da Silva Lisboa³¹, que permaneceu à frente do jornal até 1935. Após esse período, o jornalista foi convidado para dirigir a “Gazeta de Notícias” e a seção comercial do “Diário da Noite”, no Rio de Janeiro, deixando o DN para seu irmão, Oswaldo Silva Lisboa (CORREIA, 2008, p. 582). Até 1931, a redação e a oficina do jornal estavam localizadas na Rua Duque de Caxias, no. 106 (FRANÇA, 2013, p. 90), região central da cidade. De acordo com os dados levantados por França (2013), no ano seguinte a sede do diário foi transferida para a Rua Saldanha Marinho, no. 205, onde permaneceu até 1943, também no centro.

Segundo Sant’Ana (2010), em 1943 o jornal foi vendido para o professor Oscar de Moura Lacerda, que permaneceu por pouco tempo à frente da direção. Ainda no mesmo ano, no auge do fascismo europeu, o periódico foi ameaçado de empastelamento pelos integralistas da época. No ano seguinte, o “Diário de Notícias” foi adquirido pela Cúria Arquidiocesana de Ribeirão Preto (SANT’ANA, 2010). A pesquisadora relata que nesse período o matutino possuía uma linha editorial agressiva contra o comunismo, reproduzindo os discursos da Guerra Fria e publicando duras críticas ao regime de esquerda. De certa forma, o jornal seguia o que era dito pela Encíclica *Rerum Novarum*³², do Papa Leão XIII, de 15 de maio de 1861, que pregava sobre as condições dos operários, principalmente, diante do regime comunista. A afirmação principal estaria no direito à propriedade privada. O documento comemorativo ao aniversário de 40 anos da Encíclica, escrito pela Igreja e intitulado “Aos Patrões e Operários – A única solução da Questão Social” cita a *Rerum Novarum* ao defender que:

Os socialistas (...) instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens de um indivíduo qualquer devem voltar para os municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicarem um remédio eficaz aos males presentes. (...) Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de por termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Outrossim, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, vicia às funções

³¹ José da Silva Lisboa nasceu em 11 de maio de 1902, no município de Casa Branca, filho de Manoel da Silva Lisboa e Felicidade da Silva Lisboa. De acordo com França (2013), José iniciou a carreira no jornalismo no ano de 1921, quando foi gerente do “Diário da Manhã” e, em 1928, desligou-se do jornal para fundar o “Diário de Notícias”.

³² A *Rerum Novarum* está disponível na íntegra no site do Vaticano. Cf: IGREJA CATÓLICA. Papa (1810-1903: Leão XIII). **Carta Encíclica Rerum Novarum:** a todos os veneráveis irmãos patriarcas, primazes Arcebispos, e Bispos do mundo católico em graça e comunhão com a sé apostólica. 15 de maio de 1861. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em 20/08/2017.

do Estado e tender a subverter completamente o edifício social (IGREJA CATÓLICA. Papa (1810-1903: Leão XIII) apud SEM AUTOR, 1931, p. 9).

Nos anos de 1960, o DN tinha uma tiragem de quase 8.500 exemplares, circulando não apenas em Ribeirão Preto, mas também nos municípios adjacentes. De acordo com Carneiro Júnior (2002), em 1953 o periódico assumiu como linha editorial os princípios adotados pela Ação Católica, muito pela interferência do arcebispo D. Luís do Amaral Mousinho³³. O Pe. Francisco de Assis Correia (2008, p. 587) diz que a conduta do DN era extremamente moralizante, na defesa pela “boa imprensa e pela família”. Dom Luís escrevia semanalmente no diário, na coluna intitulada “Esclarecimentos Necessários”, defendendo que a imprensa de Ribeirão Preto deveria oferecer “resistência às doutrinas, crônicas, fotografias e anedotas contrárias aos sãos princípios da moral cristã” (CORREIA, 2008, p. 588).

Para Silva e Freitas (2011), Dom Luís preparou a diocese da cidade para uma intensa vivência pastoral e evangelizadora. Ele atuava ao lado das comissões da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e propiciou inúmeras atividades da Igreja Católica em Ribeirão Preto e região, ampliando a influência da instituição religiosa na cidade. Afirmam os pesquisadores que teve destaque a inauguração do Seminário Maria Imaculada, em 1961, no município de Brodowski-SP (SILVA; FREITAS, 2011).

A partir de 1957, Pe. Francisco Correia relata que a insistência moralizante do DN passou a ser uma insistência social. Essa nova postura é apontada pelo padre como consequência da 4ª Assembleia da CNBB, realizada em Goiânia, nos dias 03 a 11 de julho de 1958. Para ele, “a Assembleia de Goiânia foi um passo a mais no sentido de ação social, de abertura para a sociologia religiosa e para a pastoral de conjunto” (CORREIA, 2008, p. 589). Assim, a Arquidiocese deu início às campanhas que visavam emancipação do homem, principalmente, no concerne ao trabalhador rural. Viu-se a necessidade de discutir soluções justas para os camponeses, de acordo com as pregações do Evangelho, e o DN aparecia como divulgador desses princípios e informativo de ações eclesiais. Pe. Francisco destaca a veiculação dos acontecimentos que envolveram a “Semana de Estudos sobre a situação do Homem do Campo”, realizada nos dias 18 a 21 de setembro de 1961, em Brodowski-SP.

Indicado por Dom Luís, o Pe. Celso Ibsen Syllos assumiu a direção do periódico já em 1956. De acordo com registros do próprio jornal, de 1961 a janeiro de 1962, Pe. Celso esteve em

³³ Dom Luís do Amaral Mousinho foi arcebispo de Ribeirão Preto de 1952 a 1958.

viagem a Roma, para realizar um curso sobre os problemas sociais, deixando a redação nas mãos de Pe. Angélico Sândalo Bernardino. Em fevereiro de 1962, Pe. Celso volta do Velho Continente e assume novamente a direção do veículo. Seguindo os princípios sociais compartilhados por Dom Luís do Amaral Mousinho, o diretor promovia encontros de profissionais do campo e divulgava os ideais libertadores nos editoriais do DN. É notável a organização da associação conhecida como Frente Agrária Paulista, no qual Pe. Celso era líder, tendo como objetivo sindicalizar o homem da roça e fomentar a consciência crítica, pela metodologia de Paulo Freire. A Arquidiocese passa a organizar melhor o seu trabalho com o meio rural, e o jornal oferece amplo espaço para abordar a questão. Assim, o DN foi se politizando cada vez mais, com editoriais que condenavam “os maus patrões que exploram em demasia seus trabalhadores, suscitando grande reação dos proprietários rurais” (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 15).

Carneiro Júnior prossegue sua dissertação dizendo que tanto Dom Luís, quanto o Pe. Celso encontraram na Encíclica *Mater et Magistra*, publicada em 15 de maio de 1961, no septuagésimo aniversário da *Rerum Novarum*, o respaldo teórico-religioso que necessitavam para empreender suas obras de mudança social. O documento foi redigido pelo Papa João XXIII e tinha como cerne a evolução da questão social à luz da Doutrina Social Cristã. Levando em conta os apontamentos do documento papal, o projeto base de Dom Luís e do Pe. Celso era formar lideranças sindicais na área rural, como forma de organizar os trabalhadores aos olhos da Igreja. Porém, de início, não houve uma ampla participação dos trabalhadores, visto que os representantes líderes eram, em sua maioria, urbanos (CARNEIRO JÚNIOR, 2002). Dessa forma, o pesquisador nos mostra que foi o Pe. Celso, com suas lutas em nome dos direitos dos trabalhadores do campo, que conseguiu criar lideranças de origem campesina. Pinheiro e Tomicioli (2000) comentam que o Pe. Celso não ficou restrito ao campo espiritual. Também não aceitava “política e religião como assuntos distintos. Não apoiou o Golpe Militar de 1964. Não marchou com a Família e com Deus pela Liberdade” (PINHEIRO; TOMICIOLI, 2000, p. 29).

Dom Luís faleceu em abril de 1962, deixando a Arquidiocese e, conseqüentemente, o DN para Dom Agnello Rossi. Pe. Celso Ibson Syllos permaneceu na direção do periódico até 1964, época registrada por Correia (2008) como a mais conturbada do veículo, que culminaria em seu fechamento pelos militares logo após o golpe. O padre separa seis características principais do diário no pré-golpe, evidenciando seu caráter como

- ser **denunciador** das injustiças sociais, mormente as cometidas contra os trabalhadores rurais;

- ser **defensor** dos trabalhadores, principalmente rurais;
- ser **defensor** dos sindicatos, principalmente rurais;
- ser **defensor** da reforma agrária;
- ser **defensor** e **promotor** da alfabetização popular através do “método Paulo Freire”;
- ser **defensor** e **promotor** da participação popular, principalmente, da área rural e, dentre essa, a do volante (“boia-fria”) (CORREIA, 2008, p. 591).

Antes mesmo de ser deflagrado o golpe, o DN suspendeu suas atividades em fevereiro de 1964, voltando algumas semanas depois. Carneio Júnior (2002) defende que esse fechamento deu-se por questões políticas, embora o jornal alegasse que os motivos eram financeiros. Era muito difícil para a época manter em circulação um jornal católico militante, visto que grande parcela da sociedade, em especial a elite local, defendia que a Igreja deveria se preocupar com a Religião, e não com questões políticas (CARNEIRO JÚNIOR, 2002, p. 119).

No início de abril de 1964, o jornal foi fechado a mando dos militares locais. Pe. Celso foi perseguido pela polícia e difamado pela sociedade como “agitador comunista”, o que o levou a fugir de Ribeirão Preto (CARNEIRO JÚNIOR, 2002). Conta Correia (2008) que na manhã do dia 2 de abril de 1964, Dom Agnello recebeu na porta de sua casa três delegados que perguntavam sobre o paradeiro do Pe. Celso. Correndo boatos de que o mesmo se encontrava na residência episcopal, os militares revistaram todo o local no dia seguinte, mesmo contrariando as palavras do arcebispo. No dia 05 de abril, Dom Agnello, em uma postura contraditória, saudou a vitória da chamada “Revolução”, em uma missa realizada no 3º Batalhão Policial da cidade. No mesmo dia, o religioso elogiou as tropas militares que desmantelaram a trama comunista em marcha pelo país, e que havia sim, necessidade de expurgos, mas sem excessos (CORREIA, 2008, p. 597).

Semanas depois, o arcebispo localizou Pe. Celso, que se encontrava no Rio de Janeiro. Em carta, pediu que voltasse a Ribeirão Preto e se apresentasse aos DOPS local. Relata o Pe. Francisco Correia que Pe. Celso apresentou-se ao 3º BP e foi preso; logo depois, o Pe. Angélico Sândalo Bernardino também fora entrevistado pelos policiais, em função de suas publicações no DN. Em contrapartida, no dia 06 de abril, a cidade foi para as ruas na “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade”, com a participação de Dom Agnello, que compareceu apenas como “cidadão”, em suas próprias palavras (CORREIA, 2008).

Pinheiro e Tomicioli (2000), em seu livro reportagem “O preço da luta – A Igreja Católica como ponto de partida” mostram que não apenas o então diretor do “Diário de Notícias” sofreu com retaliação policial, mas também, inúmeros clérigos de Ribeirão Preto foram obrigados a prestar depoimento e, conseqüentemente, presos. Isso acontecia porque esses religiosos eram

alinhados às doutrinas progressistas, e manifestavam seu apoio aos estudantes e militantes do município. Não poderíamos deixar de mencionar o caso da Madre Maurina, relatado pelas jornalistas como um dos mais polêmicos da região. A religiosa responsável pelo orfanato de meninas “Lar Sant’Anna” foi presa e torturada em 1969, acusada de acobertar militantes das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)³⁴ e portar o jornal informativo da entidade, “O Berro”, no porão da instituição de adoção (BOTOSSO, 2000; PINHEIRO; TOMICIOLI, 2000).

São controvérsias as informações acerca do que aconteceu com o Pe. Celso, após o ano de 1964. Segundo uma entrevista do próprio religioso, que está arquivada no Museu Pedagógico Washington Luiz de Batatais, gravada em VHS, ele acabou por abandonar a batina, após sua prisão. Pe. Angélico Sândalo Bernardino, agora Cônego, também afirmou em entrevista ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, que Pe. Celso acabou se desligando do clero, mas não abandonou sua luta, tornando-se vereador em Ribeirão Preto e assumindo a causa dos trabalhadores rurais organizados³⁵.

Ter em mente esses acontecimentos que cercavam o “Diário de Notícias” é importante para relacionar a postura do jornal, com o campo sócio-histórico em que ele se encontrava. Desse modo, justificamos nosso caminho pela metodologia da Hermenêutica em Profundidade, em conjunto com o aprofundamento bibliográfico, que foram as âncoras para interpretar o conteúdo que vai além do estudo das mensagens, mas também, o contexto que envolve o *corpus* de pesquisa do objeto de estudo.

7.2 Aspectos Gerais: características e diagramação

No ano de 1961, o DN estava em seu 33º aniversário e comemoraria mais um ano de vida no dia 1 de julho do mesmo ano. Em mais de 30 anos de existência, o jornal tornou-se um dos órgãos mais representativos de Ribeirão Preto, circulando não somente na cidade-sede, mas também em toda a região metropolitana e municípios adjacentes, principalmente, em Brodósqui-SP, onde está localizado o Seminário da Arquidiocese.

³⁴ De acordo com Botosso (2000), a FALN era um grupamento armado dissidente do Comitê Municipal do PCB, formado, em sua maioria, por estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), de Ribeirão Preto. O autor diz que a organização se espalhou por mais de 40 municípios, tendo como destaque a atuação de Vanderley Caixe, Áurea Moretti e Mário Blugliani. A entidade viveu por pouco tempo, entre 1967 a 1969, pois uma ampla porcentagem de participantes, incluindo os três mencionados acima, foi presa e acabou cumprindo pena por agitação comunista (BOTOSSO, 2000).

³⁵ Para ver o conteúdo da entrevista do Côn. Angélico Sândalo Bernardino, acesse: <http://labpensamento.blogspot.com.br/2013/07/angelico-sandalo-bernardino-e-o-clero.html>.

De 1961 a janeiro de 1962, o Pe. Angélico Sândalo Bernardino esteve à frente da folha, enquanto o seu verdadeiro diretor nomeado, Pe. Celso Ibson Syllos, encontrava-se em viagem à Roma. Pe Celso voltou ao controle do diário em fevereiro de 1962, permanecendo até 1 de abril de 1964, quando fora perseguido pelos golpistas militares. Após esse período, o jornal volta para o Pe. Angélico Sândalo Bernardino, sendo chefiado pelo arcebispo Dom Agnello Rossi, que fiscalizava todas as publicações. É importante salientar que não apenas padres e religiosos escreviam no matutino, mas também jornalistas leigos, fazendo do jornal uma verdadeira empresa jornalística estruturada, levando em conta os princípios modernizantes iniciados nos anos de 1950, em São Paulo e Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2007).

No período mencionado, o DN circulava de terça a domingo, folgando no dia seguinte às datas comemorativas. Possuía formato *standard* (52,5cm x 29,7cm), impresso em papel jornal, com quatro, seis, oito ou doze páginas, podendo variar nas edições especiais e extras, com custo de Cr\$5,00.

Na primeira página, o cabeçalho continha o nome do jornal “Diário de Notícias”, em letras garrafais serifadas, seguido do slogan (e frase bíblica) “A César o que é de César e a Deus o que é de Deus – Mt. XXII, 21”. Além disso, o DN também mantinha serviços de telégrafo direto da *Asapress United Press International*, agência nacional de assessoria de imprensa que enviava releases e notícias para o periódico, evidenciando essa parceria logo abaixo do slogan, com o dizer: “Serviço Telegráfico DIRETO da ASAPRESS INTERNATIONAL – Ag. Nacional”. No canto superior direito da primeira página, ao lado do nome da folha, o logo da *Asapress* estava carimbado. Ainda no cabeçalho, seguia por fim o ano do jornal, o nome da cidade, data (com o dia, mês por extenso e ano) e o número da edição. No canto superior esquerdo, um pequeno box trazia, por vezes, uma informação ou lembrete para os leitores, ou uma pequena notícia de agência. Para melhor visualização, recortamos o cabeçalho da edição no. 12.179, do dia 6 de janeiro de 1961.

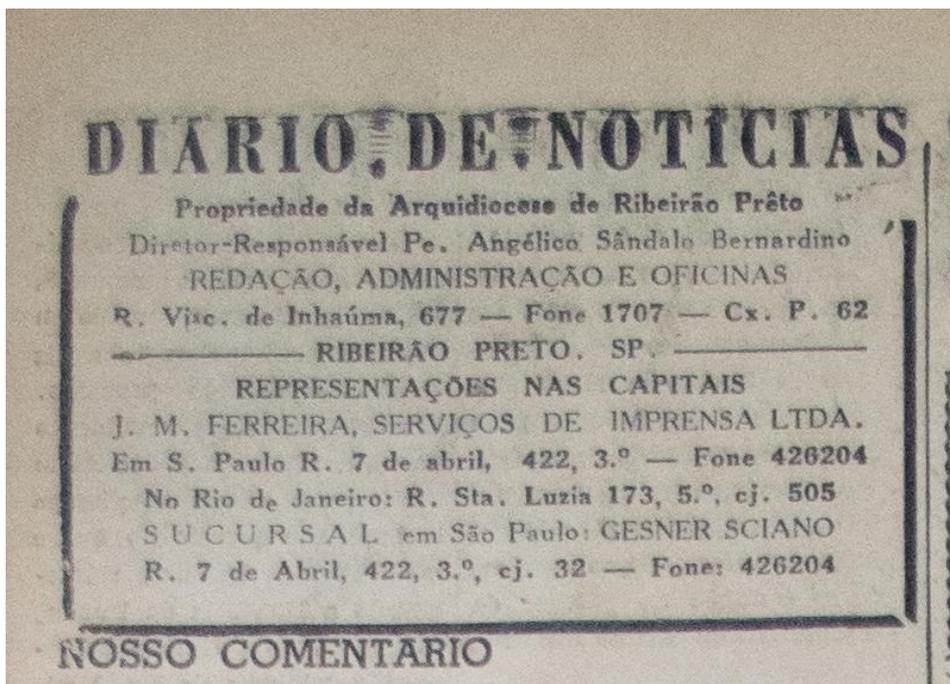
Figura 1 - Recorte Cabeçalho. Diário de Notícias. 06/01/1961. P. 1.



Fonte: Diário de Notícias (1961)

O quadro que mostrava o corpo editorial estava localizado no canto superior esquerdo da segunda página, com a abertura “Propriedade da Arquidiocese de Ribeirão Preto”, seguindo o nome do diretor responsável (por exemplo, Pe. Angélico Sândalo Bernardino) e o endereço da redação da empresa jornalística: “R. Visconde de Inhaúma, 677 – Fone 1707 – Cx. P. 64. – Ribeirão Preto, SP”. O interessante é que ainda no mesmo espaço, o jornal informa que ele tem representação na capital, através do “J. M. FERREIRA, SERVIÇOS DE IMPRENSA LTDA. Em S. Paulo, R. 7 de abril, 422, 3º – Fone 426204. No Rio de Janeiro: R. Sta. Luzia 173, 5º, cj. 505. SUCURSAL em São Paulo: GESNER SCIANO. R. 7 de abril, 422, 3º, cj. 32 – Fone: 426204”. Essas informações demonstram que o jornal se organizava notavelmente como empresa jornalística, possuindo correspondência e sucursal com as grandes capitais do sudeste do Brasil. A figura a seguir, do dia 03 de janeiro de 1961, edição 12.177, mostra o quadro do corpo editorial do “Diário de Notícias”:

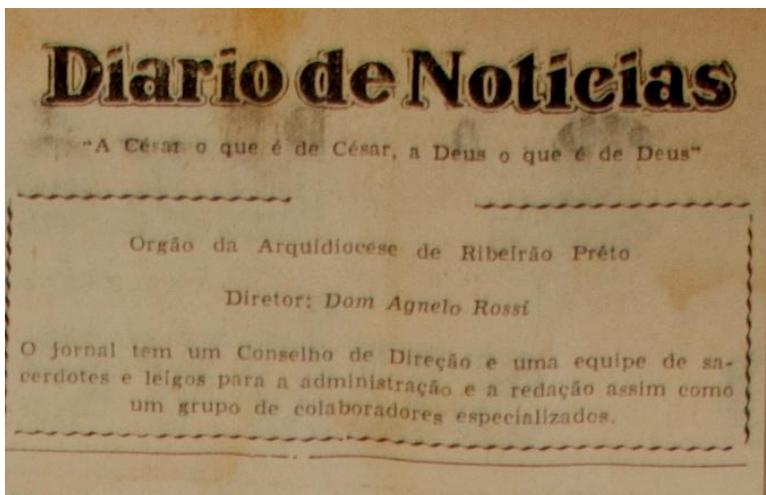
Figura 2 - Recorte Corpo Editorial. Diário de Notícias. 03/01/1961. P.2.



Fonte: Diário de Notícias (1961)

A partir de maio de 1964, esses dados foram suprimidos do corpo editorial, constando apenas: “Órgão da Arquidiocese de Ribeirão Preto. Diretor: Dom Agnelo Rossi. O jornal tem um Conselho de Direção e uma equipe de sacerdotes e leigos para a administração da redação, assim, como um grupo de colaboradores especializados”, como pode ser observado na figura 3, da edição 12.909, de 09 de maio de 1964.

Figura 3 - Recorte Corpo Editorial. Diário de Notícias. 09/05/1964. P.2.



Fonte: Diário de Notícias (1964)

As notícias das agências eram facilmente identificadas, pois antes do texto aparecia o nome da cidade em caixa alta, a data (apenas o dia), e as siglas da assessoria. A Asapress era identificada pelas iniciais ASA. Percebemos que outras notícias eram da UPI, que inferimos ser da *United Press International*, agência de notícias internacional, fundada em 1907 por E. W. Scripps, com sede nos Estados Unidos, e que foi pioneira na cobertura de eventos e distribuição de notícias em nível mundial³⁶. Geralmente, esses releases se localizavam na primeira página do DN, sendo como um chamado para as principais notícias do dia. Os textos noticiosos eram estruturados em número variável de colunas, que acompanhava o tamanho das letras do título; também eram separadas geometricamente por quadros, sendo possível vislumbrar cada notícia separadamente. Geralmente, as notícias eram internacionais e nacionais, acompanhadas de fotografias, também oriundas de agências de notícias.

No que diz respeito à tipografia, o corpo do texto variava de tamanho 10 a 12, em uma formatação parecida com a Times New Roman, padrão que se torna hegemônico no jornalismo ocidental sob influência dos jornais norte-americanos. Os títulos e manchetes apareciam em destaque, com letras em negrito – algumas serifadas e outras sem serifa. Havia a presença do quadro “Aconteceu nas últimas 24 horas”, com pequenas notas sobre acontecimentos recentes. E pequeno box intitulado “Lembrete”, com uma chamada do redator de plantão que falava sobre o possível editorial presente no DN. A figura 4 mostra a estruturação da primeira página (optamos por utilizar a mesma edição da figura 1, a de no. 12.179, do dia 6 de janeiro de 1961):

³⁶ Dados retirados do *website* da *United Press International*: <http://about.upi.com>. Acesso em 25/07/2016.

Na segunda página estavam dispostos acontecimentos que envolviam a Cúria Metropolitana da Igreja Católica, em um box identificado por “Governo Arquidiocesano”. Dois quadros aparecem com frequência em algumas edições, porém não eram constantes: o “Bilhetes da Europa”, que eram textos escritos pelo Pe. Celso Ibson Syllos sobre seus estudos e ações em Roma, e a coluna “Catolicismo em Marcha”, que trazia informações sobre os acontecimentos que envolviam a Igreja em inúmeros países, como nomeações de cardeais pelo Papa, celebrações festivas e grandes eventos católicos. Importante observar também que é na segunda página, na coluna “Nosso Comentário”, em que se viam os editoriais do DN. Ele se localizava na parte esquerda da folha, em um box destacado, com uma coluna, abaixo do quadro com as informações do corpo editorial. Em algumas edições, o editorial aparece na quarta página.

A partir de 1963, o jornal passou a publicar quadrinhos do Maurício de Souza, na parte inferior da segunda página. Nota-se que há uma mudança na organização da folha no decorrer dos anos, sendo que algumas edições não continham o box “Governo Arquidiocesano”, que fora substituído por obituários e outras notícias de agência. Também a presença do quadro “Indicador Médico”, que trazia o contato de cirurgiões e profissionais da saúde de Ribeirão Preto, em suas áreas de especialidade.

A figura 5 mostra a organização da segunda página, na edição 12.180, do dia 08 de janeiro de 1961, enquanto a figura 6 ressalta a modificação de design e a introdução de novos boxes temáticos nos anos de 1963, com a edição no. 12.633, de 03 de abril de 1964:

Figura 5 – Organização da segunda página em 1961. Diário de Notícias. 08/01/1961. P.2.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
 Propriedade de Associação de Ribeirão Preto
 Rua do Comércio, 100 - Ribeirão Preto - SP
 Fone: 422.32 - 422.33 - 422.34 - 422.35 - 422.36 - 422.37 - 422.38 - 422.39 - 422.40 - 422.41 - 422.42 - 422.43 - 422.44 - 422.45 - 422.46 - 422.47 - 422.48 - 422.49 - 422.50 - 422.51 - 422.52 - 422.53 - 422.54 - 422.55 - 422.56 - 422.57 - 422.58 - 422.59 - 422.60 - 422.61 - 422.62 - 422.63 - 422.64 - 422.65 - 422.66 - 422.67 - 422.68 - 422.69 - 422.70 - 422.71 - 422.72 - 422.73 - 422.74 - 422.75 - 422.76 - 422.77 - 422.78 - 422.79 - 422.80 - 422.81 - 422.82 - 422.83 - 422.84 - 422.85 - 422.86 - 422.87 - 422.88 - 422.89 - 422.90 - 422.91 - 422.92 - 422.93 - 422.94 - 422.95 - 422.96 - 422.97 - 422.98 - 422.99 - 423.00

ROSSO COMENTÁRIO
VELHO TEMA
 IMPRESSIONADO com o "passado de investigação e desenvolvimento que sempre pôde ser visto, há mais de 2 mil anos no velho pensamento grego moderno..."

AVISO DA CURIA
CAMPEONATO INTERPAROQUIAL DA O. V. S.
 Esta Curia avisa os Reverendos, Srs. Párocos e Vigários que o campeonato interparoquial da O. V. S. termina impreterivelmente a 15 de janeiro próximo...

SEMINÁRIO ARQUIDIOCESANO
 Leva esta Curia ao conhecimento dos Reverendos, Srs. Párocos e Vigários o seguinte:
 1) A abertura do Seminário para os antigos alunos será a 13 de fevereiro de 1961.
 2) A abertura do Seminário para os novos alunos será a 13 de fevereiro de 1961.
 3) A sessão anual para 1961 será de Cr. \$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

AVISO
 A Associação de Ensino de Ribeirão Preto, tendo em vista a necessidade de manter o funcionamento normal das aulas, comunica aos interessados que em 1961, iniciará o curso de 1.º e 2.º graus...

GOVERNO ARQUIDIOCESANO
PLANTAS DE FARMACIAS
 Conservação aberta da (DOMINGOS), a 11 horas...
 Família Lelo, Rua Salgado Maranhão, 372.
 Família Lemos, Rua São Paulo, Rua Álvaro Cabral, 971.
 Família Lemos, Rua São Paulo, Rua Álvaro Cabral, 971.
 Família Lemos, Rua São Paulo, Rua Álvaro Cabral, 971.

AVISO DA CURIA
CAMPEONATO INTERPAROQUIAL DA O. V. S.
 Esta Curia avisa os Reverendos, Srs. Párocos e Vigários que o campeonato interparoquial da O. V. S. termina impreterivelmente a 15 de janeiro próximo...

SEMINÁRIO ARQUIDIOCESANO
 Leva esta Curia ao conhecimento dos Reverendos, Srs. Párocos e Vigários o seguinte:
 1) A abertura do Seminário para os antigos alunos será a 13 de fevereiro de 1961.
 2) A abertura do Seminário para os novos alunos será a 13 de fevereiro de 1961.
 3) A sessão anual para 1961 será de Cr. \$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

AVISO
 A Associação de Ensino de Ribeirão Preto, tendo em vista a necessidade de manter o funcionamento normal das aulas, comunica aos interessados que em 1961, iniciará o curso de 1.º e 2.º graus...

AVISO
 A Associação de Ensino de Ribeirão Preto, tendo em vista a necessidade de manter o funcionamento normal das aulas, comunica aos interessados que em 1961, iniciará o curso de 1.º e 2.º graus...

PLANTAS DE FARMACIAS
 Conservação aberta da (DOMINGOS), a 11 horas...
 Família Lelo, Rua Salgado Maranhão, 372.
 Família Lemos, Rua São Paulo, Rua Álvaro Cabral, 971.
 Família Lemos, Rua São Paulo, Rua Álvaro Cabral, 971.
 Família Lemos, Rua São Paulo, Rua Álvaro Cabral, 971.

AVISO DA CURIA
CAMPEONATO INTERPAROQUIAL DA O. V. S.
 Esta Curia avisa os Reverendos, Srs. Párocos e Vigários que o campeonato interparoquial da O. V. S. termina impreterivelmente a 15 de janeiro próximo...

SEMINÁRIO ARQUIDIOCESANO
 Leva esta Curia ao conhecimento dos Reverendos, Srs. Párocos e Vigários o seguinte:
 1) A abertura do Seminário para os antigos alunos será a 13 de fevereiro de 1961.
 2) A abertura do Seminário para os novos alunos será a 13 de fevereiro de 1961.
 3) A sessão anual para 1961 será de Cr. \$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

AVISO
 A Associação de Ensino de Ribeirão Preto, tendo em vista a necessidade de manter o funcionamento normal das aulas, comunica aos interessados que em 1961, iniciará o curso de 1.º e 2.º graus...

AVISO
 A Associação de Ensino de Ribeirão Preto, tendo em vista a necessidade de manter o funcionamento normal das aulas, comunica aos interessados que em 1961, iniciará o curso de 1.º e 2.º graus...

CATOLICISMO em marcha
"A Igreja e o Corpo Místico de Cristo"
 O fenômeno dia e noite é a medida normal dentro da qual se realiza a evolução do universo...

AVISO DA CURIA
CAMPEONATO INTERPAROQUIAL DA O. V. S.
 Esta Curia avisa os Reverendos, Srs. Párocos e Vigários que o campeonato interparoquial da O. V. S. termina impreterivelmente a 15 de janeiro próximo...

SEMINÁRIO ARQUIDIOCESANO
 Leva esta Curia ao conhecimento dos Reverendos, Srs. Párocos e Vigários o seguinte:
 1) A abertura do Seminário para os antigos alunos será a 13 de fevereiro de 1961.
 2) A abertura do Seminário para os novos alunos será a 13 de fevereiro de 1961.
 3) A sessão anual para 1961 será de Cr. \$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

AVISO
 A Associação de Ensino de Ribeirão Preto, tendo em vista a necessidade de manter o funcionamento normal das aulas, comunica aos interessados que em 1961, iniciará o curso de 1.º e 2.º graus...

AVISO
 A Associação de Ensino de Ribeirão Preto, tendo em vista a necessidade de manter o funcionamento normal das aulas, comunica aos interessados que em 1961, iniciará o curso de 1.º e 2.º graus...

PR-7 RADIO CLUBE DE RIBEIRÃO PRETO
 Você que GOSTA
 Você que sempre GOSTOU
 Você GOSTARA mais ainda da SUA
 PRA-7 em 1961!
 A "campanha de audiência em todo o interior do Brasil" reserva para VOCE novas e agradáveis surpresas com uma bem planejada NOVA LINHA DE PROGRAMAÇÃO!
 NINGUEM PERDE POR ESPERAR!!!
 Ondas Médias 730 KCS - Ondas Curtas 154.15

Fonte: Diário de Notícias (1961)

As páginas de miolo seguiam mais ou menos a mesma disposição visual. Todas eram organizadas em colunas, com boxes e destaque para os títulos. Era comum a presença de ilustrações e propagandas. Optamos por agrupar as figuras 7, 8 e 9 que tratam das modificações estruturais e gráficas da terceira página ao longo dos anos, após a descrição da folha.

Na terceira encontravam-se artigos de membros do clero e de leigos, que falavam sobre os mais diversos assuntos, desde questões da Igreja Católica, como críticas de obras literárias. Em 1961, o quadro “Lutando pela Justiça Social” se encarregava de informações sobre os Círculos Operários e Sindicatos de Ribeirão Preto e região, como nomeações de diretores, encontros, seminários e informações sobre movimentos (greves, reuniões e passeatas). Essa coluna foi gradativamente se perdeu nas edições dos anos posteriores, mas ela ainda aparecia esporadicamente na terceira ou quinta página, dependendo da edição. O final da folha era preenchido com o “Guia Profissional de Ribeirão Preto”, com o contato e endereço de diversos prestadores de serviço da cidade, ou alguma outra propaganda, como pode ser observado na figura 7, edição 12.179, do dia 6 de janeiro de 1961.

Nas edições de 1962, aparece na terceira página o quadro “A mulher no lar e na sociedade”, de responsabilidade da Profa. Rosa Maria de Britto Cosenza. Essa coluna se dedicava à mulher, com dicas de comportamento, moda e cozinha³⁷. Em muitas ocasiões, a terceira página passou a ser preenchida apenas com assuntos femininos, tornando-se uma espécie de caderno especial do jornal. Na figura 8, da edição no. 12.281, de 04 de fevereiro de 1962, é possível perceber que até mesmo as propagandas são dedicadas às mulheres. Em 1963, vemos um forte caráter regionalista na terceira página, com o quadro “Notícias da Região”, com notas sobre os municípios vizinhos de Ribeirão Preto, o “Falando da Região”, que normalmente, trazia notícias sobre a Frente Agrária Paulista, entidade coordenada pelo Pe. Celso Ibson Syllós, e informações sobre os municípios da região, separados por nome de cada urbe (por exemplo, Altinópolis, Mococa, Brodósqui...). Para ilustrar, seguindo a lista de imagens da organização da página 3, temos a figura 9, edição no. 12.610, de 07 de março de 1963.

³⁷ Analisamos a representação e a participação da mulher no “Diário de Notícias”, com o artigo: KOBORI, N. & PÁDUA, A. F. Representação e participação da mulher no jornalismo regional: Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (1950-1960). **PENSACOM BRASIL**. São Paulo, 2016. De acordo com nossas considerações sobre a imagem da mulher no DN, se sobressai o discurso voltado para a visão tradicional do universo feminino, abordando temas ligados à beleza, moda, cuidados com o lar e filhos. Nota-se, no DN, que o corpo editorial tinha como preocupação reforçar discursos hegemônicos com relação à mulher, mantendo como seus atributos ser “esposa, mãe e dona-de-casa” (FRANÇA, 2013).

Figura 9 – Organização da terceira página em 1963. Diário de Notícias. 07/03/1963. P.3.

SALES OLIVEIRA Presidente do Sindicato Rural denuncia situação Esclarece situação de miséria que ronda os campos

Salando da região

FRENTE AGRÁRIA LUTA PELA PROMOÇÃO DA ROÇA

FRENTE AGRÁRIA Regional de Ribeirão Preto, pelo o qual se luta para que seja melhor avaliada a situação da roça, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais, realizou uma reunião com o objetivo de discutir os problemas da roça e promover o trabalho de esclarecimento e mobilização dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

CAMPONESES, algumas pelo negro, não aceitam a situação atual da vida e que os salandeiros não se preocupam com a situação econômica e social dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

MUITOS FAZENDOS não permitem a saída dos produtores rurais para trabalhar em outras regiões, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

CRÁVINOS

A Câmara Municipal de Crávinos, em sessão extraordinária, realizou uma reunião com o objetivo de discutir os problemas da roça e promover o trabalho de esclarecimento e mobilização dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

Altinópolis

Trabalhadores rurais de Altinópolis, em sessão extraordinária, realizou uma reunião com o objetivo de discutir os problemas da roça e promover o trabalho de esclarecimento e mobilização dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

Mococa

Arrojado plano de trabalho para a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

São Simão

O Hotel Municipal de São Simão, em sessão extraordinária, realizou uma reunião com o objetivo de discutir os problemas da roça e promover o trabalho de esclarecimento e mobilização dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

Ijuverava

Constituição da comissão de trabalho para a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

GAO - RAPIDAS - ÚLTIMAS - REGIÃO - RAPIDAS

Dr. Gabriel A.M. de Barros Dr. Francisco M. Junqueira

ADVOCACIA EM GERAL
AMÉRICO BRASILEIRO 394
4-A Andar - Fone: 13-34
Telefex: 3661.

Empresa Fomercária NICACIO

TELEFONES: 1375 e 1431



Dr. Gilberto Ribeiro Arantes

Clinica de Crianças

7-3-1963

Trabalhadores rurais de Altinópolis, em sessão extraordinária, realizou uma reunião com o objetivo de discutir os problemas da roça e promover o trabalho de esclarecimento e mobilização dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

CRÁVINOS

Chefe do Executivo solicitou licença Vice-Prefeito assume pela 4.ª vez

CRÁVINOS, 6 (SB) — O Prefeito Municipal solicitou licença para o tratamento que atualmente faz em Estância Hidromineral e o Dr. José Eduardo Vieira Palma deverá ficar afastado do cargo cerca de um mês.

O Dr. Joaquim de Azevedo Filho, Vice-Prefeito, deverá assumir pela quarta vez a Prefeitura possuindo que é de grande importância administrativa e grande disponibilidade para fazer uma boa gestão, com que pese o curto período que estará em atividade.

Notícias da Região

ALTINÓPOLIS A sessão camarista foi tumultuada Edis critica em Prefeito Municipal

Em 1.º de Março, a sessão camarista do Conselho Municipal de Altinópolis, em sessão ordinária, realizou uma reunião com o objetivo de discutir os problemas da roça e promover o trabalho de esclarecimento e mobilização dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

Em 1.º de Março, a sessão camarista do Conselho Municipal de Altinópolis, em sessão ordinária, realizou uma reunião com o objetivo de discutir os problemas da roça e promover o trabalho de esclarecimento e mobilização dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

Dr. Edgard Carlos G. Pagnano

CIURURGIA PLÁSTICA

Clínica de Especialidade em Cirurgia Plástica de São Paulo e Clínica de Cirurgia Plástica, Cirurgia Estética e de Nariz em São Paulo.

MOCCOA

D. David proferiu aula inaugural

MOCCOA, 4 (SB) — O Sr. Fernando Fernando Molinari, em sessão extraordinária, realizou uma reunião com o objetivo de discutir os problemas da roça e promover o trabalho de esclarecimento e mobilização dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

MOCCOA

D. David proferiu aula inaugural

MOCCOA, 4 (SB) — O Sr. Fernando Fernando Molinari, em sessão extraordinária, realizou uma reunião com o objetivo de discutir os problemas da roça e promover o trabalho de esclarecimento e mobilização dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

BRODSQUI

PREFEITO OFERECE PREMIO A QUEM DENUNCIAR AUTORES DA DESTRUIÇÃO DE ARVORES PLANTADAS NAS PRINCIPAIS RUAS

PREFEITURA MUNICIPAL OFERECE PREMIO

CONCLUSÃO

BATATAIS

ROTARY TEM NOVA DIRETORIA

BATATAIS, 4 (SB) — TOMAZ HENRIQUE RODRIGUES, em sessão ordinária, realizou uma reunião com o objetivo de discutir os problemas da roça e promover o trabalho de esclarecimento e mobilização dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

MOCCOA

D. David proferiu aula inaugural

MOCCOA, 4 (SB) — O Sr. Fernando Fernando Molinari, em sessão extraordinária, realizou uma reunião com o objetivo de discutir os problemas da roça e promover o trabalho de esclarecimento e mobilização dos produtores rurais, visando a melhoria da situação econômica e social dos produtores rurais.

CASA DAS MÁQUINAS

VENDEMOS SEMPRE POR MENOS

Máquinas de Costura

R. Duque de Caxias

Fonte: Diário de Notícias (1963)

Já a quarta página mostrava notícias locais, relacionadas à vida social, como casamentos e celebrações, com textos de jornalistas que trabalhavam no DN. Também contava com presença de fotografias e publicidade. A quinta página seguia o mesmo estilo, dando continuidade aos assuntos locais, fofocas, propagandas e divulgação e prestação de serviços, como contatos de médicos, advogados, etc., e horários de cinema e peças teatrais. Já a sexta página, era dedicada ao esporte, com foco aos campeonatos regionais. O responsável pela seção esportiva era o jornalista Antônio Claret. Na última página, o cabeçalho estava presente novamente, com o nome do jornal seguido de seu slogan. Nesse momento, podemos ver a presença de notícias políticas locais, com ênfase no box “Situação Política”, com comentários sobre a Prefeitura. As matérias que integravam essa página também faziam referências aos princípios cristãos, sem deixar de lado a questão jornalística e a preocupação social. A seguir, separamos algumas fotos que irão ilustrar a forma do “Diário de Notícias”. Para melhor visualização, separamos as figuras 10, 11, 12 e 13, que trazem as organizações das páginas 4, 5, 6 e 7, respectivamente.

As figuras 10 e 11, quarta e quinta página, são da edição no. 12.180, de 08 de janeiro de 1961, e as 12 e 13, de 06 de janeiro de 1961, edição no. 12.179.

Figura 11 – Organização da quinta página. Diário de Notícias. 08/01/1961. P.5.

VOZ SOCIAL

POEMA DE 60 ANOS DE PADRE

A 60 anos de fundação, o Diário de Notícias, em 18 de Janeiro de 1891, comemora o seu aniversário. É uma data importante para a cidade de Vila Rica, pois este jornal foi o primeiro a ser publicado aqui. O tempo passou, mas a importância deste jornal permanece. Ele acompanha a história da cidade e do Brasil, trazendo notícias, opiniões e análises. É uma fonte valiosa de informação e um reflexo da sociedade brasileira.

VOZ SOCIAL

VOZ SOCIAL

Este espaço contém artigos de opinião e notícias locais. Aborda temas relevantes para a comunidade, como educação, saúde e desenvolvimento urbano. Os textos são escritos por membros da comunidade e oferecem diferentes perspectivas sobre os acontecimentos locais e nacionais.

AUTARQUIA MUNICIPAL D.A.E.T.

REESTRUTURAÇÃO DO FUNCIONARIADO

A Prefeitura Municipal de Vila Rica está realizando um processo de reestruturação do seu quadro funcional. Este processo visa otimizar os recursos humanos e melhorar a eficiência dos serviços públicos. A comissão encarregada está analisando as necessidades da administração e propondo mudanças necessárias.

PARCERIAS

Este bloco contém informações sobre parcerias comerciais e profissionais. Destaca-se a parceria entre a família de Saúde e a Hala Zehenne Secaf, visando oferecer melhores serviços e produtos aos clientes. Outras parcerias envolvem setores de educação e saúde.

CONVITE-MISSA DE 6 MESES

A Família de Saúde convida todos os pais e amigos para assistirem à Missa de 6 meses do seu filho(a), com a celebração na Catedral Metropolitana de São Sebastião, dia 10 de Março, às 19 horas. Este é um momento importante para celebrar o crescimento do seu filho e agradecer a Deus.

para CALÇADOS de alta QUALIDADE

Você sempre encontra o melhor em **Seraldo calçados**

Fascinantes modelos Luiz XV e "salto cinco" com a rara elegância do toque europeu - o que há de mais fino e novo em calçados femininos!

VENUDOME
Salto cinco "basse noir"
Em confortável e elegante couro Pécara branca, gola de natural.

Também com salto cinco "basse noir". Em couro Pécara, branco, preto ou Havana.

NOVADACE
e **ASSOCIATA**
Salto francês de alumina Madrisa variadas em couro branco ou preto.

MOCCASSINO
couro de cabra sem sola. Conforto e elegância.

G símbolo de conforto e qualidade

rua Vis. de Inhaúma, 526 - fone. 4031 rua São Sebastião, 433 - fone. 4032

CINE SÃO JORGE

Diversões Triângulo Mineiro S.A. - Fone: 1656
HOJE - Domingo, 8 de Janeiro de 1961 - HOJE
4 horas às 11:30 - 17:45 - 19:30 e 21:30 horas
Cineclube em sua NOVA FAZENDA de prêmios, equipamentos, aparelhos.
Bolinhas Livres - Abre na Berlú - Gilda Cavali - Dorian Gray - Antonio Callado. No Cinemaclube e Technicolor de "Cary Grant".

"FÉRIAS EM MAJORECA"
A mais deliciosa festa de cinema da temporada está fora do mundo de diversão. Já está ficando disponível para ser visto em 14 cinemas da região de Vila Rica entre OTÍMO E BOM Intermex até 14 dias.

PRÓXIMO LANÇAMENTO:
Terra e Gentes - 11 e 12 e 13
Uma apresentação de NÍLO MACHADO com ANOELA FERREIRA - NELA FAZTA e um grande show.
"O FRIO DE UM DESEJO"
Um filme que está rotulado "Clássico" com uma produção extraordinária e uma interpretação excepcional.
Reapresentação proibida até 14 dias.

A partir de 6h 15 - Donald Woods - Barbara Stinson - Vários Bônus no Technicolor de Universal - "BÁSICO DE VAMPIRO" - Agnieszka.

CINE CENTENARIO

Diversões Triângulo Mineiro S.A. - Fone: 3406
HOJE - Domingo, 8 de Janeiro de 1961 - HOJE
HOJE Tem Espetáculo em 1200 Horas da Manhã em 200-240 com o Filme em Technicolor
"A CANÇÃO DO SUU"
Um Dos Grandes Espetáculos de Walt Disney (Proibido até 1 Anos)

A partir de hoje, às 11:30 - 13:00 - 16:00 e 21:30 horas
A M.G.M. apresenta em Metrocolor - Elizabeth Taylor com John Ferra - Dennis Hopper - Gaudete Hoy e Eva Cavali - Yari.

"GATA EM TETO DE ZINCO QUENTE"
Sobretudo um homem era e nada de sua personalidade... e uma mulher e a paixão (Proibido até 14 anos)

Próximo Lançamento:
DÉCADA-FÉRIAS, dia 19. A M.G.M. apresenta em Technicolor com Gregory Peck - Jane Wyman e Claude Rains em...
"VERTICE SELVAGEM"
Um dos maiores e mais emocionantes espetáculos de Gregory Peck.
Apresentação às 11h 15, 13h 15, 15h 15, 17h 15, 19h 15 e 21h 15.
Apresentação em Technicolor "La Volupté" - Alinea Cavali e José Serey em...
"A ULTIMA CANÇÃO"
Um filme espetacular de bela época e de grande produção de RITA MONTYLL.

CINE MARROCOS

Diversões Triângulo Mineiro S.A. - Fone: 3968
HOJE - Domingo, 8 de Janeiro de 1961 - HOJE
AVISO - Um Espetáculo às 13:45. Sem entrada.
"A CANÇÃO DO SUU"
Um dos Grandes Espetáculos de Walt Disney (Proibido até 3 Anos)

A Noite Seraldo - 16:45 e 20:45 horas
A M.G.M. apresenta em Metrocolor e Metrocolor com cinema Ford - Dennis Hopper - Gaudete Hoy e Eva Cavali - Yari.
"COMECOU O M UM BELÍO"
O suspense fazemos uma boa noite em Vila Rica. E com bastante personalidade! (Proibido até 14 anos)

PRÓXIMO LANÇAMENTO:
Para Quarta e Quinta-feira às 11 e 13
Com Robert Mitchum - Julie London - Gary Merrill - Pedro Armendáriz e outros no Technicolor de Walt Disney.
"TERRA MARAVILHOSA"
Um homem diferente - Seraldo. Um espetáculo em Fatura 1 (Proibido até 10 Anos).

CINE SANTANA

Diversões Triângulo Mineiro S.A. - Fone: 5415
HOJE - Domingo, 8 de Janeiro de 1961 - HOJE
AVISO - Um Espetáculo às 13:45. Sem entrada.
"A CANÇÃO DO SUU"
Um dos Grandes Espetáculos de Walt Disney (Proibido até 3 Anos)

A Noite Seraldo - 19:30 e 21:30 horas
A M.G.M. apresenta em Cineclube e Metrocolor com cinema Ford - Dennis Hopper - Gaudete Hoy e Eva Cavali - Yari.
"COMECOU O M UM BELÍO"
O suspense fazemos uma boa noite em Vila Rica. E com bastante personalidade! (Proibido até 14 anos)

PRÓXIMO LANÇAMENTO:
Para Quarta e Quinta-feira às 11 e 13
Com Robert Mitchum - Julie London - Gary Merrill - Pedro Armendáriz e outros no Technicolor de Walt Disney.
"TERRA MARAVILHOSA"
Um homem diferente - Seraldo. Um espetáculo em Fatura 1 (Proibido até 10 Anos).

Fonte: Diário de Notícias (1961)

Figura 12 – Organização da sexta página. Diário de Notícias. 06/01/1961. p.6.

Galhofadas & Cornetadas

AGIU ACERTADAMENTE O COMERCIAL CEDENDO O SEU CRAQUE CARLOS CESAR AO CORINTIANS.
AFINAL CARLOS CESAR NAO FAZ FALTA. ELE SO COBRA AS FALTAS!

ÓTIMO NEGÓCIO FEZ O BELMACHIA VENDU O CARLOS CESAR POR 2 MILHÕES AO CORINTIANS.
— BELMACHIO PODE RA AGORA COMPLETAR QUANTOS DIZIA O D. SANTIAGO E NALDO LIMA QUISER!

CARLOS CESAR JA FOI O COMERCIAL TAMBEM VAI AINDA ESTE ANO!

O CORINTIANS JA LEVOU O CARLOS CESAR. FALTA AGORA LEVAR SENE, PARA QUE A TORCIDA DO COMERCIAL TORÇA A TORÇER PARA O CORINTIANS PAULISTA!

HOJE todo o técnico Brava de Juventus pergunta a termo se estava tudo pronto, para ir ao jogo!
— Queer. Se falta de, pedir a família.

FATO EM FOTO

O AMERICA DE RIO PRETO "AFRONTA" ONTEM PARA RECEBER A VISITA DO JUVENTUS.

Dizem que Carlos Cesar é para o Corinthians porque despota uma chuteira sem time grande.
— Afinal, o Comercial aguentou!

MÃNCHETE
SONHO DE CARLOS CESAR PODERA SER PESADELO PARA O LEAO DO NORTE.
— HOJE VOCE NAO PODE DEIXAR DE IR A MISSA! HOJE E DIA SANTO DE GUARDA. — NAO YOU. NAO SOU GUARDA...

RECLAMAÇÕES
 A fim de que possam evitar judicialmente reclamações referentes a entrega de jornal, solicitamos aos nossos prezados assinantes que se facam sempre no PERÍODO DE 8 AS 12 HRS. pelo telefone 1787, no mesmo dia que ocorre a irregularidade.

STUDIO — Arte e Percepção
 Entrega rápida
 Reportagem em Geral
ATENDE SE A NOITE
FOTO KAMADA
 Rua Duque de Caxias, 445
 Telefone: 4566
 Ribeirão Preto, São Paulo

CASA DAS CASIMIRAS
 CASIMIRAS — TROPICAIS E LINHOS
 Atouza — Sauronino — Santista — Maiber — Adamastor — João Pastor — Venúzia — João Peri-Peri — Maracani — Tropicais Itapicema com 10% de desconto — Xoré — Sírcia — Talibex — Braspéria — Tete — Brudester com 10% de desconto
 General Osório, 171 — ATSCADO E VAREJO — Telefone 3223

Panterinos reassimem na manhã de hoje

Craques do tricolor voltam, após 27 dias de inatividade — Conhotinho será apresentado aos seus novos pupilos — Marcada para às 8 horas a apresentação em 'Luz Pereira'

Após quase um mês afastado dos campos de jogo, os panterinos voltam a atuar hoje no campo de jogo de Luz Pereira, após 27 dias de inatividade. Os jogadores do time de futebol de campo, que foram afastados devido a uma gripe que se espalhou entre os jogadores, voltam hoje a atuar. O técnico do time, Luiz Carlos, espera que os jogadores estejam totalmente recuperados e prontos para o jogo de hoje.

o DIÁRIO Esportes

Supervisão de Antônio CLARIF

SESI - Calendário anual - 1961

JANUÁRIO — Reconexão de jogadores e contratação de atletas.

FEBREIRO — Campeonato de Futebol de Campo da Cidade.

MARÇO — Competição de Futebol de Campo da Cidade.

ABRIL — Competição de Futebol de Campo da Cidade.

MARÇO — Competição de Futebol de Campo da Cidade.

ABRIL — Competição de Futebol de Campo da Cidade.

MARÇO — Competição de Futebol de Campo da Cidade.

ABRIL — Competição de Futebol de Campo da Cidade.

MARÇO — Competição de Futebol de Campo da Cidade.

ABRIL — Competição de Futebol de Campo da Cidade.

MARÇO — Competição de Futebol de Campo da Cidade.

ABRIL — Competição de Futebol de Campo da Cidade.

Em meio a uma manhã de chuva, os jogadores do time de futebol de campo, que foram afastados devido a uma gripe que se espalhou entre os jogadores, voltam hoje a atuar. O técnico do time, Luiz Carlos, espera que os jogadores estejam totalmente recuperados e prontos para o jogo de hoje.

VENDESE
 Um imóvel, situado em uma das melhores ruas da cidade, com área de 100 metros quadrados, para venda por R\$ 100.000,00.

CONSTRUTORA PROJETO
 SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Carlos Cesar no S.C. Corinthians
 DESCONTENTAMENTO DA TORCIDA

HOJE A POSSE
 Será hoje a posse da nova Diretoria da Associação dos Cronistas e Locutores Esportivos da Capital, no salão da Associação. O cronista Jaime Stuliano, o novo presidente, apresentará a oportunidade a relação das atividades previstas para o ano de 1961.

PAOLA
 O técnico de futebol do Brasil, há muito afastado pelo Boca Juniors, segue viagem para Buenos Aires.

CHILENO
 O técnico de futebol do Chile, há muito afastado pelo Boca Juniors, segue viagem para Buenos Aires.

BRASILEIRO DE CESTOBOL
 Amanhã, em Fortaleza, terá início o Campeonato Brasileiro de Cestobol. Os cestobolistas de São Paulo seguiram ontem para a Capital cearense.

COMERCIAIS TREINARAM
 Na tarde de ontem os profissionais do Comercial voltaram a atuar, realizando um treino em conjunto sob a batuta de Procopio, Savério e Antônio foram as novidades do apronto, tendo deixado São Paulo para o seguinte.

INTERESSE DA FERROVIARIA
 Continúa a Ferroviaria interessada no concurso de quiper Aldo, do Corinthians Paulista. Todavia, o interesse da Ferroviaria pelo atleta de futebol não é o mesmo que a AFE considera adequado.

CANHOTINHO CHEGOU
 Chegou ontem a nossa cidade o técnico Milton Medeiros (Canhotinho), novo técnico do Botafogo. Comenta-se, a boca pequena, que o novo técnico panterino receberá trezentos mil cruzeiros de salário e ordenados de quarenta mil.

O PERADO
 O médico Walle, a mais recente aquisição da Prefeitura de Desportos, já operou este manhã (hoje) em um paciente. Somente voltará a bater bola dentro de alguns dias.

GUARDADOS
 Luiz Carlos, jogador mineiro, está sendo guardado pelos dirigentes panterinos para realizar um período de testes no Botafogo. É esperado também o centroavante Alex.

TORNEIO DE VERAO
 Tere início a noite de anteontem, com a realização de quatro combates o Torneio de Verão, no Pacatumbi o Corinthians Paulista. Todavia, o Fluminense, caindo pelo escorço de 2 a 1. No Maracanã, por 2 a 2. Nos demais jogos da rodada, o São Paulo logrou um empate com o Vasco, foram apontados os seguintes resultados: River Plate 1 a 1 Cerro 1 em Buenos Aires e Nacional 0 a 0 Boca Juniors 0 em Montevideo.

COMPARE Nossos Preços - CANHE A DIFERENÇA

TRAPICHAL CORER FURMO	10 cacos metro	75,00
MARCA TIVO CARRETTI	10 cacos metro	215,00
TRAPICHAL TIVO INCO	10 cacos metro	200,00
TRAPICHAL VITREJA 100 X 100	10 cacos metro	200,00
GABARINSE PORE-EPOR LIDA	10 cacos metro	200,00
TRAPICHAL EXTRA 100 X 100	10 cacos metro	200,00
GABARINSE SANITIZANTE EXTRA	10 cacos metro	200,00
AGROVA SOLTES LENO E LENTILADO	10 cacos metro	200,00
MARACANA SUPER VITALEZADO	10 cacos metro	200,00

6-1-1961 **DIARIO DE NOTÍCIAS** SEXTA PAGINA

Fonte: Diário de Notícias (1961)

Figura 13 – Organização da última página. Diário de Notícias. 06/01/1961. p.7.

PONTO FACULTATIVO

... POR SER CONSIDERADO FACULTATIVO, O DIA DE HOJE (DIA DOS SANTOS REIS), NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE NAS REDAÇÕES MUNDICAPAS.

Diário de Notícias

Ribeirão Preto, Sexta-Feira, 6 de Janeiro de 1961

HOSPITAL SANTA LUZIA

A diretoria do Hospital Santa Luzia, após a realização de uma reunião, decidiu que as consultas internas serão realizadas no prédio da Faculdade de Medicina, a partir de amanhã.

REGALHA - COOPERATIVA DOS MOTORISTAS

ENLANCE GLAYDE AYLROY

Terça-feira, manhã, às 11 horas, na Igreja São José, de frente à sede redatora do P. Antônio Sabião Bernardino, a reunião do Conselho Nacional da Regalha, presidida pelo Sr. Enlance Glayde Aylroy, com a presença de Sr. João Batista de Moraes, Sr. João Batista de Moraes e Sr. João Batista de Moraes.

AOS COLECCIONADORES DE DISNEYLANDIA

Comunicamos aos colecionadores de Disney-landia que, em virtude do grande sucesso que vem alcançando a Campanha de arrecadação de fundos para a construção de uma réplica da Disney-landia em São Paulo, o Conselho Nacional da Regalha, presidido pelo Sr. Enlance Glayde Aylroy, decidiu que, a partir de hoje, os colecionadores de Disney-landia poderão adquirir, diretamente, os selos de arrecadação de fundos para a construção de uma réplica da Disney-landia em São Paulo, no valor de R\$ 1,00 cada um.

Haverá dia 9 importante reunião na Sociedade e Auxiliadora dos Chauters - nosa reportagem Dr. Lício Martucci e sr. Jorge Couvreur

Terça-feira, manhã, às 11 horas, na Igreja São José, de frente à sede redatora do P. Antônio Sabião Bernardino, a reunião do Conselho Nacional da Regalha, presidida pelo Sr. Enlance Glayde Aylroy, com a presença de Sr. João Batista de Moraes, Sr. João Batista de Moraes e Sr. João Batista de Moraes.

COOPERATIVA DOS MOTORISTAS

A reunião da diretoria da Cooperativa dos Motoristas, realizada no dia 4 de janeiro, decidiu que a entidade irá solicitar a criação de uma reserva de emergência para garantir o pagamento das indenizações aos membros da entidade.

MOVIMENTO DE EMPRÉSTIMO DE LIVROS E CONSULTAS EM

Terça-feira, manhã, às 11 horas, na Igreja São José, de frente à sede redatora do P. Antônio Sabião Bernardino, a reunião do Conselho Nacional da Regalha, presidida pelo Sr. Enlance Glayde Aylroy, com a presença de Sr. João Batista de Moraes, Sr. João Batista de Moraes e Sr. João Batista de Moraes.

DOENTE (NA RUA) ABANDONADO DE SOCIEDADE

Um doente abandonado na rua, após ser socorrido por um médico, foi levado para o Hospital Santa Luzia, onde está sendo tratado.

COMANDANTE JOSÉ GURJA RIBEIRO PRETO

O Comandante José Gurja Ribeiro Preto, comandante da Polícia Militar de Ribeirão Preto, foi promovido a Major.

SITUAÇÃO POLITICA

... A situação política em São Paulo é bastante tensa, devido à disputa entre os partidos políticos em torno da eleição para governador do Estado.

PLANTAO DE FARMACIAS

Um plantão de farmácias será realizado no dia 9 de janeiro, com o objetivo de atender a população durante o período de férias.

MOVIMENTO DE EMPRÉSTIMO DE LIVROS E CONSULTAS EM

Terça-feira, manhã, às 11 horas, na Igreja São José, de frente à sede redatora do P. Antônio Sabião Bernardino, a reunião do Conselho Nacional da Regalha, presidida pelo Sr. Enlance Glayde Aylroy, com a presença de Sr. João Batista de Moraes, Sr. João Batista de Moraes e Sr. João Batista de Moraes.

« Faculdade e Filosofia já foi criada »

Afirmações do Dr. Oscar de Moura Lucena: "Oserci ao governo o prédio da IUML" - "E" di ficillimo manter no interior Faculdade eficiente - Formação de legítim acatle intelectual no Brasil - "Curs os noturnos tendem a ser abolidos"

(Reportagem de SALVADOR DEL LAMA)

... A criação da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais em Ribeirão Preto é considerada um marco importante na história da educação superior no interior do Estado.

Dr. Julio Costa

CONSULTAS das 8 h às 11 h e das 4 h às 6 h

Higiene Mental de Infância

CONSULTORIO Rua E. Sabatini, 748 (Jardim)

Fones 8128

RESIDENCIA Rua Caracena, 531

DOENÇAS DE CRIANÇAS

CLUBERIE

Diário de Notícias

Parque - Rapidez

MENINOS

Previsão de milhões para entrega de...

FACULDADE DE FLOTOA

Dr. Orlando Landgraf, aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura a Ribeirão Preto, anunciou que...

TRATOR

Pronta Entrega

(Pelo Ministério da Agricultura)

Colheiteiras Combinada Automotriz

Modelo de esteira para destoca e terraplanagem

Preço: Cr \$ 1.107.000,00

Colheiteiras Combinada Automotriz

Modelo de esteira para destoca e terraplanagem

Preço: Cr \$ 1.107.000,00

Fonte: Diário de Notícias (1961)

Além dos colaboradores leigos Antônio Claret e a Profa. Rosa Maria de Britto Cosenza, também escreviam no DN o radialista e prefeito de Ribeirão Preto Welson Gasparini; o poeta Alcides Pieri; um colunista identificado por D. A. Gabarra; o correspondente de Sertãozinho Walter Furtado; José Theodoro; o Pe. Milton Santana; reprodução de textos de Alceu Amoroso Lima³⁸, sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde; Yvone Aurea Basile da Silva; o estudante na época, Vicente de Paula Faleiros; o jornalista Bráulio Geraldo; José Carlos Vieira; colunas assinadas pelo codinome K. I. Pira; Guy Antônio Leonetti; Gilberto Bellini; Antônio de Barros, responsável pela redação; o jornalista esportivo Wilson Roveri; o Pe. Aryclese R. Barbosa, com notas sobre a cidade de Serrana-SP; J. J. N. Cunha; e os próprios Pe. Angélico Sândalo Bernardino e Pe. Celso Ibson Syllós. Em 1963, o Conselho de Direção é representado por E. P. Assef; Antônio Duarte Nogueira; Welson Gasparini; J. E. Dutra de Oliveira; G. G. Duarte; J. R. Teruel; C. Xavier; J. L. Nogueira; Hemil Riscalá; R. S. Flório; e D. Gabarra. É possível que outros intelectuais de Ribeirão Preto e região tenham feito parte da redação do DN, mas devido aos poucos dados bibliográficos, não conseguimos contemplar todos os colaboradores do jornal. Os nomes aqui mencionados foram retirados durante a análise dos exemplares disponíveis nos anos de 1961 a 1967.

A segmentação do DN em seções se torna cada vez mais nítida, com o decorrer dos anos. As diferentes seções de esporte, cultura, religião, vida social, notícias regionais, nacionais e internacionais, comentários e colunas de opinião se organizam de uma forma mais clara, demonstrando a preocupação do periódico em organizar a sua estrutura gráfica. Notamos que é a partir da direção do Pe. Celso que a seção “Notícias da Região” se faz presente, dando ao DN uma forte característica regionalista e exaltando sua postura como jornal do interior. Além do regional, o diretor tinha uma forte preocupação social, sendo a partir de 1962 aparece o quadro “Lutando pela justiça social”, sem página fixa, que tratava sobre diversos assuntos políticos que poderiam influenciar o trabalhador. Aumenta o número de matérias sobre movimentos da Frente Agrária, junto com promoção de campanhas da organização. Tais fatos colaboram para as afirmações do Pe. Francisco Correia (2008), ao relatar o caráter social do “Diário de Notícias” nos anos de 1960 e a aproximação com os trabalhadores rurais.

³⁸ Alceu Amoroso Lima foi advogado, escritor, pensador, crítico literário e importante líder católico. Foi professor catedrático de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia, e um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-RJ (PUC-RJ). Dados retirados de: <http://www.academia.org.br/academicos/alceu-amoroso-lima-pseud-tristao-de-ataide/biografia>. Acesso em 28/07/2016.

O DN aparecia como um jornal moderno em seus aspectos gráficos e textuais, levando em conta a modernização da imprensa que ocorria em todo o território nacional, a partir dos anos de 1950 (RIBEIRO, 2007). As notícias veiculadas atendiam aos critérios de noticiabilidade formuladas por Traquina (2005)³⁹, principalmente, os de proximidade e o de relevância. Como órgão pertencente à Arquidiocese Católica de Ribeirão Preto, ele não deixava de informar eventos, missas e outras ações que envolviam as igrejas do município, bem como defendia com veemência os princípios cristãos em suas matérias. Em uma cidade que, durante os anos de 1960, era formada majoritariamente por católicos, o jornal atendia ao interesse desse público, mas também, à camada não religiosa, já que tratava de diversos assuntos, fazendo-se presente como parte importante da imprensa ribeirão-pretana.

No que diz respeito aos jornalistas, leigos e religiosos que escreviam na folha, percebemos a presença de muitos intelectuais da cidade, como médicos, advogados e professores, que se faziam presentes também no cenário político. Isso dá aos colaboradores do DN, vestes de atores sociais, sendo participantes ativos e influentes na opinião pública da urbe. É importante destacar que a presença de mulheres na redação, demonstra o caráter moderno do diário, visto que na época, já se encarava a mulher como consumidora de produtos midiáticos, mas ainda eram poucas que participavam ativamente da imprensa convencional (ORMANEZE, 2013)⁴⁰.

7.3 A Doutrina Social Cristã como solução

As mudanças ocorridas nas relações humanas após a 2ª Guerra Mundial e as dicotomias políticas da Guerra Fria fizeram com que a Igreja tomasse como preocupação a questão social, principalmente, nos países latino-americanos. Como porta-voz da Arquidiocese Católica de

³⁹ O conceito de noticiabilidade refere-se ao conjunto de critérios e operações que transformam o acontecimento em fato jornalístico. Ou seja, para merecer lugar no jornal, o ocorrido deve apresentar certo potencial, relativos à característica, os efeitos sociais, políticos, culturais e econômicos e a própria escolha do jornalista que irá processar a informação. Traquina (2005) aponta como principais critérios de noticiabilidade os fatores de notoriedade, proximidade, relevância, tempo, novidade, notabilidade e o conflito. O autor ainda aponta que certos acontecimentos sempre ganharão destaque, como é o caso da morte, por exemplo, que é de interesse público e “onde há morte, há jornalistas” (TRAQUINA, 2005, p. 79). No referente ao jornalismo de interior, a **proximidade** aparece como critério-chave, devido à questão geográfica e demais apontamentos que já mencionamos no capítulo II, na discussão bibliográfica, no item sobre História e jornal local.

⁴⁰ É importante ressaltar que apesar do DN ter a presença de mulheres na sua redação, como a Profa. Rosa Maria de Britto Cosenza e Yvone Aurea Basile da Silva, as mesmas não se dedicavam seus textos às temáticas feministas, mas sim, reproduziam discursos da mulher como mãe, dona de casa, esposa dedicada e preocupada com a beleza. As matérias, geralmente, giravam em torno de assuntos sobre cultura, moda e cozinha. Não aprofundamos o estudo dos textos para mulheres no “Diário de Notícias”, mas deixamos em aberto uma brecha para futuras pesquisas que tratam a questão da mulher no periódico ou em outros diários locais.

Ribeirão Preto, o DN compartilhava desses mesmos anseios e inquietações, fornecendo como alternativa a Doutrina Social Cristã, que é um conjunto de escritos (cartas, encíclicas, declarações papais) sobre a questão social, de acordo com o pensamento católico. Ela aparece como uma terceira via ao comunismo e ao capitalismo, apoiada nos princípios de dignidade humana, bem comum, subsidiariedade e solidariedade (CAMACHO, 1995). Esse pensamento foi muito comum entre o clero latino nos anos de 1960 e, no caso do DN, era representado pelos editoriais escritos durante a direção do Pe. Angélico Sândalo Bernardino (1961-1962). Para o jornal, ambas as ideologias excluía o trabalhador, o operário, o que era “uma aberração no plano de Deus”⁴¹. Percebemos, assim, a afirmação do diário com a classe trabalhadora e, por esse motivo, revela-se que a Doutrina Social Cristã era a opção libertária e democrática que poderia reger a sociedade.

O comunismo cresce e crescerá tanto mais ou menos até que encontre maior ou menor resistência no campo das ideias. O capitalismo liberal, desumano e negador de Deus na prática, porquanto desconhecedor da dignidade humana, não possui credenciais para fazer frente ao comunismo que se nos apresenta, embora falsamente, como libertador do homem econômica e socialmente esmagado por estruturas infernais. Urge, pois, lancemos mão à doutrina social da Igreja, única força capaz de libertar o homem da tirania do capitalismo liberal e o comunismo ateu. Doutrina social da Igreja que prega a dignidade da pessoa humana, seus deveres e limitações frente ao bem comum⁴².

Apesar de condenar tanto o comunismo, quanto o capitalismo, as críticas à primeira forma de governo são mais incisivas. Isso se deve aos princípios dotados pela *Rerum Novarum*, de Leão XIII, que defendia o direito da propriedade privada. Segundo o DN, o comunista utiliza como argumento a libertação da classe operária pela luta de classes e, que assim, os povos seriam livres, já que deixariam de ser explorados pelos interesses capitalistas. Ressalta a folha que essa afirmação é contraditória, uma vez que “o regime comunista – é fácil mostrá-lo – se transforma rapidamente em CAPITALISMO DE ESTADO. A classe privilegiada “burguesa” foi substituída por uma classe privilegiada COMUNISTA”⁴³. E continua dizendo que tal ato cria um “regime de corrupção e de opressão, isto é, a ditadura totalitária”⁴⁴.

A solução para a América Latina não estaria na luta de classes, mesmo que a exploração e subdesenvolvimento econômico sejam desencadeados pela “mentalidade capitalista-liberal, que condiciona nas estruturas econômicas, agravando a situação precária dos setores de

⁴¹ **A Igreja e o operariado.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 15/01/1961. P. 2.

⁴² **A grande força.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 12/01/1961. P. 4.

⁴³ **Refutando um argumento.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 27/01/1961. P. 4.

⁴⁴ *Idem, ibidem.*

infraexploração das riquezas nativas”⁴⁵. Continua dizendo que “a pobreza, fruto da iniquidade, da exploração, é o grande pecado de nossa sociedade capitalista liberal”⁴⁶, e que a única forma de superar essa situação seria por meio de uma revolução espiritual. Postula Pe. Angélico que “a Doutrina Social da Igreja que hoje fazer valer a dignidade humana, diante do sistema capitalista que reduziu o homem à engrenagem de produção”⁴⁷ e que o comunismo “também não pode trazer soluções para o problema social, pois também peca pela base, ao tentar definir o homem”⁴⁸. Portanto, a solução proposta seria:

A estes dois flagelos modernos, comunismo e capitalismo liberal, ambos desumanos e cruéis, a Igreja rejeita, propondo uma doutrina de paz que nasce na justiça e caridade. Humanização do trabalho, salário justo, superação do regime salarial, contrato coletivo de trabalho, previdência... são alguns capítulos desta doutrina capaz de libertar o homem escravo da máquina e do dinheiro⁴⁹.

Na visão do DN, o que mais condenaria o comunismo é a “sonegação de Deus e da sonegação do Homem, para afirmar, exclusivamente, a realidade do Estado”⁵⁰. Ou seja, o jornal afirma que o regime comunista seria ateu e “não de um ateísmo passivo, mas ativo. Onde se enraíza o comunismo, combate-se sistematicamente, impiedosamente a religião e a ideia de Deus”⁵¹, e por esse motivo, não traria benefícios para a sociedade. Diz que o comunismo é anticristão e “vale-se do nome de Cristo para extirpar Cristo da sociedade. Fala a cada passo em nome do Cristianismo rigoroso, a Igreja de Cristo deve retornar às catacumbas, ou ele busca desintegrá-la e corrompê-la desligando-a de suas fontes”⁵².

O periódico condena as propagandas a favor da URSS e da China comunista no Brasil, afirmando o caráter anarquista e totalitário do regime. Nesse sentido, a Juventude Católica (JC) desempenharia um importante papel contra a propaganda soviética no país, mobilizando-se em torno dos “valores autênticos, não apenas assumindo uma posição contrária a um inimigo como o soviétismo”⁵³, em torno da exaltação “ao calor de um cristianismo vívido”⁵⁴. Aceitando esse desafio, a JC travaria não apenas uma luta política, “mas uma guerra religiosa em que a fé e a

⁴⁵ **Solução para o bloco ocidental.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 14/02/1961. P. 2.

⁴⁶ **Pobreza, exploração e silêncio.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 08/02/1961. P. 4.

⁴⁷ **Visão do capitalismo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 16/02/1961. P. 2.

⁴⁸ *Idem, ibidem.*

⁴⁹ **Capitalismo e comunismo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 22/02/1961. P. 2.

⁵⁰ **Onde a cooperação é válida.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 03/03/1961. P. 2.

⁵¹ **O que o comunismo quer.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 17/01/1961. P. 2.

⁵² *Idem, ibidem.*

⁵³ **Missão à Juventude.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 04/04/1961. P. 2.

⁵⁴ *Idem, ibidem.*

concepção de vida dos cristãos precisam opor-se à mística marxista ou idolatria fidelista”⁵⁵. Demonstrando cada vez mais temor ao comunismo e contribuindo para fortalecer um preconceito ideológico na sociedade, o DN reafirmava que a propaganda comunista não visava apenas conquistar os jovens, mas também “formar, sob orientação de agentes de um país estrangeiro, a futura elite de cada país, segundo conceitos e objetivos totalmente opostos às tradições de nossa cultura cristã e de nossos sentimentos democráticos”⁵⁶.

Além disso, os editoriais da folha defendem que a revolução marxista não acontece pela vontade das classes mais humildes, mas sim pelas elites, e que “o papel das massas é de servirem as forças mais ou menos dóceis e poderosas ao plano dos líderes”⁵⁷. Ora, dessa forma afirmava o DN que “os operários não são comunistas. Pelo contrário, o trabalhador brasileiro, como os seus irmãos em todos os países livres, sabe que uma organização sindical forte e livre, associada ao direito de voto, assegura à classe assalariada todos os direitos e vantagens”⁵⁸. Percebemos que já há uma inclinação do periódico com a causa sindical, que irá se tornar mais forte a partir de 1962 e 1963, com a direção do Pe. Celso e a Frente Agrária. Continua nessa linha de raciocínio, salientando que “se há uma classe que deve lutar pela democracia e contra o comunismo e o fascismo, esta é a classe operária”⁵⁹. Assim, relata que justamente ao meio em que a propaganda comunista mais se dirige, o operariado, é onde tem menos influência, e justifica essa posição por entender que os trabalhadores compartilham do posicionamento que o regime não zela pelas doutrinas cristãs. No editorial “Operários e Estudantes, Intelectuais, etc.”, em um parágrafo extenso reafirma:

O operário brasileiro não demonstra, quase sempre, o mínimo interesse pelas ideias comunistas. Com extraordinário bom senso de que costuma ser dotado, bem como certo o espírito crítico facilmente contradição, percebe o embuste de uma doutrina que, falando em paz e progresso social, prega o ódio e a luta de classes. Percebe que aquelas ideias são visceralmente opostas ao que prega o Cristianismo, no que se refere, por exemplo, às relações entre os homens e o modo de entender o homem. Percebe que uma doutrina que, tentando dar grandes novidades à humanidade, em matéria de autorrealização, harmonia e bem-estar geral, deixa de lado o próprio Deus – não pode ser coisa que preste. Quem mostra maior receptividade a tais tipos de ideias, ao menos entre nós, são pessoas que têm tempo bastante à disposição para perderem a focalização natural do bom senso. Certo tipo de intelectuais de má formação ou simplesmente desorientados diante das exigências superiores da vida, muitas vezes evadidos de preconceitos contra Religião, contra a Moral, ou embebidos de influências tais como o positivismo, o

⁵⁵ **Juventude Católica passa à ofensiva.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 13/04/1961. P. 2.

⁵⁶ **Com a juventude.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 28/04/1961. P. 2.

⁵⁷ **Missão Imperialista.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 10/05/1961. P. 2.

⁵⁸ **Onde estão os democratas?.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 21/05/1961. P. 2.

⁵⁹ **Operários em defesa da democracia.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 27/05/1961. P. 2.

pragmatismo, o materialismo em geral, através de ideias superficiais, facilmente atraentes a quem não se acostumou a ver as coisas pelas raízes: e por isso pessoas em busca de novidade que se adaptem a sua falsa visão da realidade. É evidente, também, que uma vida moralmente desviada é um bom campo de cultura para os conceitos revolucionários do comunismo, porque afinal também aqui se projeta uma tendência a uma subversão de valores, coisa tão típica do comunismo⁶⁰.

Necessário notar que o DN também se referia à Revolução Cubana, como parte da infiltração comunista internacional. Ora, para o jornal Cuba sofria restrições de liberdade, inclusive religiosa, que acarretava em um regime autoritário e contra os princípios democráticos⁶¹. Na edição do dia 16 de janeiro de 1962, a manchete “Apoiar Cuba é aceitar o regime marxista”⁶² estampava a primeira página, dando um caráter negativo às relações diplomáticas e demonstrações de apoio à ilha cubana. A utilização dos termos “campanha comunista”, “ameaça vermelha” e “terrorismo” denotam o posicionamento contrário ao regime marxista, pois eles abalariam a democracia. Segundo o diário, era preciso “que o Governo assumira atitude enérgica quer contra os terroristas, quer contra os agitadores comunistas”⁶³. Acusa o periódico que o perigo maior seria por parte do comunismo internacional, que anda “ativo na política, anda ativo na imprensa falada e escrita, anda ativo nos escaninhos da sociedade, sobretudo, entre estudante e os meios intelectuais”⁶⁴. Também declara que Cuba é uma “cabeça-ponte de Moscou”⁶⁵, aparelhada para

(...) empregar a mesma técnica confundista: promover desordens, instigar as classes menos aparelhadas de recursos ou mais ingênuas – proletários ou estudantes – a greve e a indisciplina, espalhar intrigas no mundo político, encaminhar militares à rebeldia, numa palavra conturbar o ambiente, para depois extrair o proveito desejado, ou seja, a expansão ideológica, prólogo da revolução política, tudo planejado na URSS para os patriotas russos na América. E estes estão obedecendo às ordens passivamente⁶⁶.

Em defesa de seu ponto de vista, comenta o DN que ele condena qualquer tipo de exploração das massas, e “se fustigamos o comunismo, é porque muita gente atira-se contra o capitalismo libera desumano, apresentando como solução o imperialismo soviético. E hoje, essa tática de substituição de um monstro pelo outro está ganhando simpatia de nossa gente”⁶⁷. Como

⁶⁰ **Operário e Estudantes, Intelectuais, etc.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 04/10/1961. P. 4.

⁶¹ **Que falso de Cuba.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 27/06/1961. P. 2.

⁶² **Apoiar Cuba é aceitar o regime marxista.** Diário de Notícias. 16/01/1962. P. 1.

⁶³ **Comunismo e Terrorismo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 16/01/1962. P. 2.

⁶⁴ **Brasil novo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 15/06/1961. P. 4.

⁶⁵ **O comunismo em ação.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 08/07/1961. P. 2.

⁶⁶ *Idem, ibidem.*

⁶⁷ **Infiltração e inércia.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 15/09/1961. P. 2.

método de superar esse impasse de regimes políticos e econômicos, o veículo novamente defende a Doutrina Social Cristã como alternativa justa para a questão social, já que é “fonte perena de verdade e justiça”⁶⁸, que “gera paz, e não rancores estéreis e desuniões de todo reprováveis. Ela não desliga da própria missão da Religião no mundo: alarga a mensagem evangélica à complexa vida de relações entre os homens”⁶⁹. Para isso, cita as Encíclicas *Rerum Novarum* e *Mater et Magistra*⁷⁰ e o *Quadragesimo Anno*⁷¹ para embasar sua tese.

De acordo com o DN, a *Mater et Magistra* tem como principal prerrogativa o “desenvolvimento em liberdade, sem perda dos direitos essenciais ao homem”⁷², que se mantém “fiel à linha tradicional, é contudo extremamente moderna e toma conhecimento dos novos problemas surgidos no mundo, das transformações ocorridas nos últimos setenta anos, isto é, desde a publicação da *Rerum Novarum*”⁷³. Assim, a Doutrina Social Cristã tem a sua chave o Bem Comum, equilibrada nos valores da pessoa e da comunidade. “A questão social ou crise das relações humanas será relaxada num regime de trabalho humanizado e do capital democratizado. Nem ditadura estatal do comunismo, nem escravidão ao liberal-capitalismo”⁷⁴.

Notamos que ao assumir a direção do DN novamente em 1962, Pe. Celso continua defendendo a Doutrina Social da Igreja, mas toma o liberal-capitalismo como ênfase das suas críticas. De acordo com o diretor, o “sistema de injustiças sociais, de desigualdades legal e juridicamente invencíveis, não foi nem uma experiência de totalitarismo comunista, nem uma experiência de cristianismo social. O que aí está é fruto direto do capitalismo liberal”⁷⁵. Ou seja, enquanto Pe. Angélico dedicava seu tempo aos textos enfáticos contra o comunismo, Pe. Celso se

⁶⁸ **Encontros promissores.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 07/11/1961. P. 4.

⁶⁹ **Sementes para o mundo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 29/09/1961. P. 2.

⁷⁰ É possível consultar a Encíclica *Mater et Magistra*, através do site do Vaticano. Cf: IGREJA CATÓLICA. Papa (1958-1963: João XXIII). **Carta Encíclica Mater et Magistra:** aos veneráveis irmãos patriarcas, primazes, arcebispos, bispos e outros extraordinários do lugar, em paz e comunhão com a Sé Apostólica, bem como a todo o clero e fiéis do orbe católico – Sobre a recente evolução da questão social à luz da Doutrina Cristã. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso 11/08/2017.

⁷¹ É possível consultar a Carta Encíclica *Quadragesimo anno*, através do site do Vaticano. Cf: IGREJA CATÓLICA. Papa (1922-1939: Pio XI). **Carta Encíclica Quadragesimo Anno:** aos veneráveis irmãos, primazes, arcebispos, bispos e demais ordinários em paz e comunhão com a Sé Apostólica, bem como todos os fiéis do orbe católico – sobre a restauração e aperfeiçoamento da Ordem Social, em conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da Encíclica de Leão XIII “*Rerum Novarum*”. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso: 11/08/2017.

⁷² **Luta contra o subdesenvolvimento.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 28/07/1961. P. 2.

⁷³ **A nova Encíclica Social.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 22/07/1961. P. 2.

⁷⁴ **Coletivismo contra individualismo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 05/06/1962. P. 2.

⁷⁵ **Onde estão esses homens?.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 02/06/1962.

ocupa da ideologia de extrema direita. Para ele, o liberalismo seria incapaz de criticar o marxismo, já que

(...) suas teses sociais e econômicas são inconsistentes e frágeis e também errôneas demais para alcançar crítica de valor sobre o socialismo marxista. Se este oferece falsos rumos para o homem, desconhecendo-lhe sua verdadeira natureza, também o individualismo liberal NÃO pode blazonar-se de conhecer o homem. Para o coletivismo estatal pregado pelo marxismo o homem não conta como pessoa livre e digna, senão apenas vale a coletividade impessoal. Para o individualismo liberal o valor supremo é “a liberdade e autonomia individual”, nada valendo as riquezas da natureza igual e comum em todas as pessoas. Se o resultado da primeira tese errada são os sacrifícios da LIBERDADE pessoal e a consequente proibição do sistema de livre-iniciativa, por outro lado, a tese do liberalismo acaba colocando a LIBERDADE a serviço da minoria mais inteligente, mais ousada, mais forte com o sacrifício da maioria que não consegue “ter vez”⁷⁶.

E ressalta:

Não é difícil enganar a opinião pública através do conceito de liberdade que, dentro da doutrina liberalista e do regime capitalista, toma sentido TOTALMENTE diverso do conceito de liberdade pregado pelo cristianismo da Igreja. Capitalismo liberal é regime construído pelo liberalismo. Nós repetimos: no regime capitalista o culto do próprio “eu” e da liberdade chega a torna-lo indiferente à sorte dos semelhantes. O homem da alma capitalista não vê no próximo o seu irmão. Seu pequeno deus é a “liberdade”. Liberdade onimoda e total, em cujo nome o egoísmo e a ganância perpetraram as injustiças mais revoltantes. Em holocausto a essa “liberdade”, os mais fracos são deglutinados impiedosamente, na luta pela vida, pelos mais fortes e audazes. A Igreja católica não poderia, sem trair o Evangelho do Senhor Jesus, canonizar essa estrutura de regime⁷⁷.

Mesmo assim, Pe. Celso não abandona a posição contrária à ideologia comunista, dizendo que é necessário combater a “ameaça vermelha” em nome do bem comum, e que “por índole, nenhum povo é comunista”⁷⁸. Além disso, ressalta que a única forma de impedir o avanço comunista no Brasil (que encontra campo fecundo para fermentar as ideias marxistas, devido à estrutura liberalista do país) é pelas “reformas fortes preconizadas pela Doutrina Social Cristã, cuja chave é o conceito do Bem Comum, poderá marcar uma saída certa, justa e pacífica para as desorientações que aí estão”⁷⁹.

A Doutrina Social Cristã começa a aparecer não só como alternativa aos regimes comunistas e liberalistas, em um novo regime próprio de uma América Latina vista apenas aos olhos católicos, mas também como reação à situação dos trabalhadores rurais. Pe. Celso dá os

⁷⁶ **Nem comunismo, nem capitalismo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 03/06/1961. P. 4.

⁷⁷ **Igreja contra o capitalismo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 23/05/1961. P. 2.

⁷⁸ **Sobre o comunismo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 09/06/1962. P. 4.

⁷⁹ **Repressão ao entreguismo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 14/06/1962. P.4.

contornos de sua preocupação com o homem do campo, destacando na maioria de seus textos as condições dos camponeses. Nesse quesito, diz em editorial que a promoção que se faz contra o homem da roça e a constituição dos sindicatos rurais constituem “atitude anticristã e anticatólica. É fruto da falta de conhecimento da Doutrina Social Cristã ou da mais deslavada má fé”⁸⁰.

Em 1963 e 1964 tornam-se menos frequentes os textos que dissertam sobre o comunismo ou o capitalismo liberal. O foco do DN com questão social agrária ganha contornos mais nítidos, com destaque para a proposta política de Reforma Agrária do Presidente João Goulart e, em nível local, para a Frente Agrária. Percebemos, portanto, uma preocupação maior com as questões que envolviam o regional, sem deixar de lado os princípios cristãos, o Bem Comum e o coletivismo, que são pregados pela doutrina da Igreja.

7.4 Reforma Agrária e o homem do campo

As reformas estruturais de base, como a agrária, bancária, eleitoral, fiscal, urbana, administrativa e universitária tornaram-se a tônica do governo presidencialista de João Goulart. A pretensão do Chefe do Executivo era modificar as estruturas da sociedade brasileira, atendendo as reivindicações há muito levantadas por movimentos sociais. Desde os governos anteriores à administração janguista, as Ligas Camponesas⁸¹ já se organizavam em nome da Reforma Agrária, pedindo a alteração da Constituição de 1946, no que definia a desapropriação de terras mediante indenização. Goulart entendia que a aplicação de seu plano reformista traria um equilíbrio entre a burguesia nacional, os trabalhadores, os nacionalistas e o setor das Forças Armadas; embora, o que se viu foi uma chuva de reacionários, que rotularam o presidente de uma forma pejorativa e que afirmavam (baseados em preconceitos e estigmas) o desejo de Jango em modificar o regime democrático para o socialista. A história que se seguia foi a de imposição da Ditadura civil-militar de 1964, mergulhando a Nação em 20 anos de autoritarismo.

Compartilhando do ideal de João Goulart, o DN empreendia ampla campanha em prol das reformas estruturais de base, em especial, a agrária. Isso se dava pela simpatia do jornal com a questão do trabalhador rural, além de seguir a mesma linha de defesa da CNBB. Na visão do

⁸⁰ **Ignorância ou má fé.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 26/08/1962. P. 4.

⁸¹ As Ligas Camponesas eram associações de trabalhadores rurais, que tinham como objetivo defender a Reforma Agrária, que tiveram intenso movimento nos anos de 1955 a 1964. Muitas possuíam articulação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), visto que ele já iniciava um movimento em prol dos trabalhadores rurais, desde o governo autoritário de Getúlio Vargas. Com a deflagração do golpe civil-militar, membros do PCB e das Ligas Camponesas foram perseguidos e presos, acusados de simpatizarem com a ideologia de esquerda e representar risco à nação brasileira. Fonte: <http://www.infoescola.com/historia/ligas-camponesas/>.

matutino, promover a reforma estaria de acordo com o princípio cristão, já que com ela cairiam as estruturas dominantes, “para que, de fato, reinem a fraternidade, bem estar entre milhares de brasileiros que labutam no campo”⁸². Assim, toma o plano de Jango como argumento da incorporação da Doutrina Social Cristã nos países latino-americanos, falando sobre a necessidade de processar as reformas “com equidade em moldes humanos, ou surgirá quem levante essa bandeira para causas totalitárias”⁸³; e continua a tese já apresentada de que nem o capitalismo liberal, nem o comunismo, poderiam “empenhar-se pela igualdade, então recordemos que o caráter cristão nos impõe o terceiro termo, a fraternidade, que vem a ser expressão de sua própria essência, pois participa da caridade e da justiça”⁸⁴. Importante notar que ao mesmo tempo em que defendia o direito da propriedade privada, de acordo com os postulados da *Rerum Novarum*, o “Diário de Notícias” também afirmava seu posicionamento próximo à Reforma Agrária, desde que feita segundo os princípios cristãos.

O diário ressaltava que o Congresso Nacional deveria ocupar-se da situação do homem do campo, que vivia em “lastimável estado a que uma inveterada situação da injustiça relegou o trabalhador rural”⁸⁵. Por isso, era dever da “República, através de seus três poderes, assim como a atenção de todas as entidades, capazes de influir a começar pela Igreja, que já assumiu posição decidida a favor de uma revisão agrária a processar-se dentro da ordem e da justiça”⁸⁶. Por esse motivo, o DN se coloca ao lado também do presidente Jânio Quadros, que em 1961, junto com o Conselho Nacional de Economia estudava “os termos estruturais da reforma agrária. Promessa de candidato item de plataforma, a antiga questão vai agora receber alento de vida”⁸⁷. E ainda que essa reformulação da sociedade, não poderia ocorrer em moldes do capitalismo liberal, ou do comunismo ateu, mas sim, por métodos democráticos. Continua o jornal:

Entre nós, de algum tempo pra cá o tema é objeto de controvérsias entre os “conservadores”, temerosos da perda de certas situações, e os que reivindicam uma mudança. Em ambos os setores contam-se são poucos pregoeiros que falam sem conhecimento das realidades. Os que são a favor da reforma, às vezes, estimam ampliar o seu idealismo, sonhando com diversas expressões irrealis e utópicas. Mas, os que são adversos ou se apegam ao seu bem-estar, ou então preferem a técnica do avestruz, passando em branco sobre o problema. A verdade é que a situação de infra-humanidade em que jaz o trabalhador rural não pode perdurar. A questão social, com correlativa luta de classes, - FATO que importa reconhecer,

⁸² **Reforma Agrária aqui e lá.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 24/01/1961. P. 4.

⁸³ **Reforma Agrária: questão inevitável.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 25/01/1961. P. 4.

⁸⁴ *Idem, ibidem.*

⁸⁵ **Presidente e problemas.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 01/02/1961. P. 4.

⁸⁶ *Idem, ibidem.*

⁸⁷ **Reformas conosco, ou contra nós.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 21/04/1961. P. 2.

embora não erigindo em PRINCÍPIO de ação – vem de mais de dois mil anos. E a condição de milhões de seres vegetando abaixo da média normal de vida no que se refere à moradia, trabalho, instrução, alimentação e outras necessidades do ser civilizado constitui espaço atual desta luta e desta questão⁸⁸.

O jornal reforça que a “Reforma Agrária tem de acontecer mais dias, menos dias. Se não colaborarmos, procurando imprimir feição ao mundo novo que está surgindo, não faltará quem esteja pronto para distorcer as mudanças inadiáveis com intuitos subversivos”⁸⁹, referindo-se ao Comício Nacional da Reforma Agrária, instalado em Brasília, em junho de 1961. Na opinião do DN, para empreender as mudanças na divisão de terras, sem demagogia, deveríamos nos centrar nos “pronunciamentos oficiais da Conferência Nacional dos Bispos e de numerosas outras entidades eclesiais, todas em perfeita sintonia quanto à substância do que se deve fazer”⁹⁰.

Ou seja, muito mais do que no plano político, o projeto reformista deveria se basear nos princípios da Igreja Católica e postulados da CNBB, demonstrando que o jornal defendia a participação religiosa nos assuntos político-administrativos, econômicos e sociais. Nesse sentido, diz o jornal católico que a Igreja não se omitia diante da realidade brasileira, mas sim, prevenia os “desastres que se aproximam, orientando os povos, advertindo os governantes, os padrões, defendendo os direitos e impondo deveres, apresentando, enfim, remédio necessário para os males e os problemas que as transformações econômicas e sociais vieram criando”⁹¹. Para o matutino, essa relação entre a instituição religiosa e a política se intensificava com o interesse pela Doutrina Social Cristã, que inspiraria a ação sobre o Estado. “As leis brasileiras devem ser inspiradas na doutrina da Igreja. Afinal, somos ou não somos uma nação católica?”⁹².

Levando em conta esses apontamentos, voltamos a discutir a questão da Reforma Agrária, partindo dos princípios cristãos. Ressalta o DN que os governos deveriam dedicar-se mais aos trabalhadores rurais e “fazer justiça a estes que se entregam quotidianamente à labuta da terra, mas costumam ficar em segundo plano nas cogitações oficiais, ou pelo menos, nas atividades oficiais de caráter concreto e prático”⁹³. Apesar da intensa defesa em nome da Reforma Agrária, pondera o matutino é necessário um planejamento de desapropriação, com o aproveitamento de terras, indenizações e sem violência.

⁸⁸ *Idem, ibidem.*

⁸⁹ **Reforma Agrária.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 09/06/1961. P. 2.

⁹⁰ **Uma definição sobre Reforma Agrária.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 24/06/1961. P. 2.

⁹¹ **Mater et Magistra.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 15/08/1961. P. 2.

⁹² **Católicos e a questão social.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 20/08/1961. P. 2.

⁹³ **Atenção para o homem do campo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 04/11/1961. P. 2.

(...) A expressão reforma agrária, como aliás muitas outras que andam por aí, tende a assumir um caráter mágico, onde as simples palavras ganham uma força desligada de suas origens. Dizer, assim, que a reforma agrária é uma necessidade do Brasil pode querer dizer nada. Depende do que se queira entender por reforma agrária. Depende, antes de tudo, do tipo de reforma agrária que é referida. Se entende por reforma agrária um programa de ação que inclui uma inopinada e iníquo apossa-se de terras que pertencem a particulares pelo governo, sem qualquer indenização, mesmo a fim de distribuí-las segundo um plano de aproveitamento da terra, então não há reforma agrária: há qualquer coisa assim como roubo, violência e arbitrariedade oficial. Pode-se conservar o nome, mas o nome, com toda a sua sugestibilidade, designa algo inteiramente admissível. Pelo contrário, se por reforma agrária queremos, entre outros aspectos, significar o aproveitamento de terras licitamente adquiridas pelo governo, segundo uma política inspirada na justiça e no respeito à lei natural – então é claro que a reforma agrária pode tornar-se uma coisa muito estimável⁹⁴.

E continua:

Fala-se agora muito, talvez excessivamente, em reforma agrária. Há talvez certa tentação em considerar algo como a reforma agrária como a chave miraculosa que resolverá por si muitos problemas angustiantes do povo brasileiro. E há, o que é pior, perigo de se ficar na magia do termo, não importando então que espécie de coisa é a reforma agrária que deve ser adotada, desde que se intitule reforma agrária⁹⁵.

Podemos notar que apesar da preocupação com o homem do campo e fazer jus ao plano das reformas estruturais de base, o DN não ignora que realizar uma revisão agrária apenas distribuindo terras, não traria justiça ao povo. Ou seja, era preciso respeitar o direito à propriedade privada, realizando a distribuição de terras democraticamente e de forma cristã. Para o jornal, reforma agrária sem resguardar direitos do indivíduo era uma mentira utilizada para a publicidade, e que isso só instigaria o “ódio social, ambiente propício para medrarem as doutrinas totalitárias”⁹⁶, referindo-se ao comunismo.

Essa ponderação do jornal, dá-se pelos pressupostos defendidos na *Mater et Magistra*, nos quais o veículo se apoia. Distribuir terras sem indenização seria macular a propriedade privada, que é defendida pelo Papa João XXIII, como direito natural do homem. Nas palavras do DN, a propriedade privada é necessária ao indivíduo, como meio de regular sua subsistência, também “ao pai de família para educar seus filhos e fornecer-lhes os meios de provocarem por si mesmos a subsistência, ao homem como pessoa, quer dizer, como indivíduo racional e livre, para

⁹⁴ **As palavras.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 30/11/1961. P. 2.

⁹⁵ **Atenção com o homem do campo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 03/12/1961. P. 2.

⁹⁶ **Demagogia e confusão.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 18/01/1961. P. 4.

assegurar sua independência”⁹⁷. Entretanto, o povo estaria “amadurecendo para a reforma. Pois tudo depende da reforma constitucional”⁹⁸. Ressalta que

Urge que se concretize a reforma agrária. Mas, se realmente se deseja fazer obra séria, patriótica, que seja um benefício para o povo e para o País, para o progresso e para a paz, não se há de realizá-lo de improviso e desordenadamente, com apelos apelo ao Presidente da República, reforma agrária não é tirar terra de um para dar ao outro, nem é simplesmente distribuir terra. Se não se atendem exigências diversas que o problema envolve, pode a reforma agrária se transformar em desordem agrária⁹⁹.

Sendo assim, o empreendimento da reforma agrária teria inspiração cristã, com “a preocupação de valorizar o trabalhador rural como cristão, que pelo seu trabalho está prestando serviço ao próximo, está colaborando com Deus na própria criação”¹⁰⁰. Para o jornal, é um complexo plano de reestruturação, necessária em todo o Brasil e América Latina, que estaria ganhando força com João Goulart. Prorrogar a implantação das medidas reformistas produziria sérias consequências sociais, principalmente, devido ao “grupo de inimigos da democracia sempre disposto a valer-se pelas reações. No momento atual, quanto à reforma agrária, qualquer movimento reacionário de direita somente servirá aos interesses do grupo comunista”¹⁰¹. Mais uma vez, joga o diário o temor ao comunismo, ao mesmo tempo em que preconiza as reações da direita conservadora, já que a própria estrutura do Congresso, formada em sua maioria por grupamentos capitalistas, não tem nenhum interesse “em aprovar medidas profundas que viessem a perturbar sua própria posição de comunidade burguesa”¹⁰².

Por isso, o jornal condena àqueles que são contrários ao plano de reformas de base, já que ela iria de “encontro à sociedade dos homens livres”¹⁰³. Conclui o DN que a Reforma Agrária torna-se fundamental, e que a opinião pública já tomou conhecimento de sua necessidade. A estrutura agrária brasileira e a “atual divisão de propriedade não está funcionando para o bem comum e, mais ainda, está prejudicando e impedindo de maneira acintosa o acesso de milhões de brasileiros ao mesmo direito de propriedade, que é comum a todos os cidadãos”¹⁰⁴. E apelam aos leitores cristãos que

⁹⁷ **Propriedade particular na Mater et Magistra.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 20/01/1961. P. 2.

⁹⁸ **Uma constituição nova.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 31/01/1961. P. 2.

⁹⁹ **Reforma Agrária.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 01/02/1961. P. 4.

¹⁰⁰ **Bem Comum sim; demagogia, não.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 02/02/1961. P. 2.

¹⁰¹ **Ante-projeto.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 16/02/1961. P. 2.

¹⁰² **Perspectivas pré-eleitorais.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 30/03/1962. P. 2.

¹⁰³ CEZAR, L. **A razão de um anti.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 11/08/1962. P. 2.

¹⁰⁴ **Reforma Agrária para valer.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 22/03/1963. P. 2.

Os cristãos autênticos estão ao lado da Reforma Agrária. Lutam por ela, na certeza de que estão solicitando uma medida importante dentro da conjuntura social, capaz de modificar este quadro negro de miséria que reina na zona rural com consequências nas zonas urbanas e no próprio país¹⁰⁵.

No discurso do Dia do Trabalho, proferido por João Goulart em 01 de maio de 1963, o presidente afirma que as reformas serão concretizadas. Empolgado com a manifestação do Chefe do Executivo, o jornal afirma que tais palavras trazem esperança ao povo, que mesmo com as “pressões dos grupos privilegiados que não admitem o avanço progressista, a nação brasileira, em dias próximos, construirá um sistema social baseado em relações que mais se aproximem da Justiça social”¹⁰⁶. Disserta que “no Brasil democrático e cristão, a realidade clama pelas Reformas de Base, pró-povo e contra privilégios”¹⁰⁷. Em 14 de março de 1964, um dia após o Comício das Reformas de Base, o DN escreve o editorial “Ao cair das estruturas”, comemorando a implantação das reformas pelo presidente, que traria uma nova fase de desenvolvimento socioeconômico para o Brasil.

(...) saudamos com entusiasmo, as reformas que estão sendo introduzidas no Brasil e clamamos por outras mais. As reformas de base exigidas pelo Manifesto do Episcopado Nacional, porque justas, devem ser colocadas à prática. Reformas que devem ser efetuadas por homens bem intencionados, desejosos de um Brasil verdadeiramente cristão¹⁰⁸.

Importante observar que a partir da direção do Pe. Celso Ibson Syllós, a questão da Reforma Agrária também se volta para nível regional. Ele pontua que “no Brasil, a reforma agrária terá forçosamente que ser regional, senão municipal”¹⁰⁹, e a questão do homem do campo é contemplada na área rural de Ribeirão Preto, com destaque para o movimento da Frente Agrária, que atuava na sindicalização dos camponeses do município.

¹⁰⁵ **Reforma Agrária.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 29/03/1963. P. 2.

¹⁰⁶ **Definição popular.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 09/05/1963. P. 2.

¹⁰⁷ **Pró-povo e contra privilégios.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 03/01/1964. P. 2.

¹⁰⁸ **Ao cair das estruturas.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 14/03/1963. P. 2.

¹⁰⁹ **Reforma Agrária.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 01/02/1961. P. 4.

7.5 Do jornal aos sindicatos: Frente Agrária

As considerações que cercam o DN em torno da Frente Agrária Paulista¹¹⁰ e a sindicalização do trabalhador rural tem início com a direção do Pe. Celso Ibson Syllós, a partir de fevereiro de 1962, justamente pelo clérigo ser líder do grupo na região de Ribeirão Preto. Não descartamos que o Pe. Angélico Sândalo Bernardino também se preocupava com a questão agrária, já que durante sua direção, inúmeros editoriais traziam à tona as péssimas condições do camponês e do campo, relacionando com a necessidade da Reforma Agrária. O jornal passa, portanto, a atender aos interesses do movimento sindical, sem perder os princípios religiosos que seguiam a trajetória do periódico, defendendo a Doutrina Social Cristã em nome de uma sociedade fraterna e igualitária.

O Côn. Arnaldo A. Padovani diz que o “Diário de Notícias” sempre teve como fundamento a “justiça social, caridade, verdade, vida da Graça, leigos militantes e obra das vocações sacerdotais”¹¹¹, em uma missão evangelizadora da boa imprensa. Para ele, a folha era a “expressão do pensamento da Família Católica arquidiocesana. Um jornal de doutrinação aberta, de posição definida, coerente e corajosa, de luta nobre”¹¹². É o que complementa Pe. Celso, ao escrever que o diário obedece às linhas como imprensa católica, mas que se dedica, sobretudo, “às causas de Ribeirão Preto”¹¹³, se portando como símbolo do jornalismo da localidade da cidade.

Destacamos que o DN compreendia as dimensões práticas do jornalismo do interior. Ao promover a II Convenção do “Diário de Notícias”, o periódico aponta que a empresa jornalística almeja progredir conforme as exigências dinâmicas de Ribeirão Preto. Isso estimularia o matutino e os profissionais a vencer as dificuldades comuns existentes na imprensa regional. Sobre isso, escreve o diretor:

Qualquer leitor atento sabe muito bem o quanto é difícil fazer jornal do interior. Além de todas as dificuldades inerentes no setor do jornalismo, há de se compreender que as limitações do interior dificultam enormemente o esforço da luta. Os próprios leitores muitas vezes não exigem o verdadeiro jornalismo, e se contentam com qualquer

¹¹⁰ A Frente Agrária Paulista (AFP) é identificada como “movimento sindical” pelo próprio “Diário de Notícias”. Entendemos que o termo pode ser plausível de dúvidas, muito mais pelas questões teóricas que o envolvem, já que o termo aparece desconectado do que é visto pelas Ciências Humanas e Sociais como “sindicato” ou “movimento social”. Entretanto, optamos por nos referir à FAP como “movimento sindical”, conforme nos apresenta os textos analisados.

¹¹¹ PADOVANI, Côn. A. P. **Diário de Notícias**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 02/07/1961. P. 2.

¹¹² *Idem, ibidem*.

¹¹³ **Primeiras homenagens**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 13/03/1962. P. 2.

mediocridade. No entusiasmo de defender tudo quanto leve o sabor “local”, acabam omitindo-se na necessária exigência de algo sempre melhor e mais perfeito. Se os leitores não exigem, o jornal fica marcando passo na mediocridade das limitações locais¹¹⁴.

Ocupa-se, portanto, a dar maior destaque para os acontecimentos regionais, fortalecendo o diário como símbolo da imprensa católica no município, e que representava não apenas os interesses da ordem Católica, mas também, da comunidade inserida geograficamente no território de circulação da folha. Ainda atenta o DN que pretende “no futuro, agir de maneira mais atuante ainda, estando presente em todas as campanhas que tenham por objetivo a justiça social”¹¹⁵.

Para o jornal, “a força dos trabalhadores é bastante grande, para neste momento crítico, pressionar Autoridade e, sobretudo, legisladores. Temos tido comprovações indiscutíveis dessa força democrática, desde que os trabalhadores estejam unidos e coesos em seus sindicatos”¹¹⁶. É nesse sentido, que se constroem os discursos sobre a Frente Agrária Paulista (FAP). Relata o DN que a entidade “vem desenvolvendo em toda região intenso trabalho no sentido de conseguir a efetiva promoção do homem do campo”¹¹⁷, e que tem tido grande receptividade por parte dos trabalhos, que reconhecem a mensagem cristã que está sendo pregada, em nome da solução dos problemas sociais. A Frente Agrária era “integrada por líderes cristãos e democratas, que estão visitando a zona rural, alertando os trabalhadores e proprietários, para a necessidade de uma arregimentação de emergência para exigir do Governo Federal a política ruralista”¹¹⁸. Dessa forma, consegue o movimento liderar todo o em torno municipal ribeirão-pretano, em um “grande movimento de redenção do trabalhador da roça”¹¹⁹. Ela mostra que “através da Doutrina Social Cristã serão resolvidos os problemas que afligem a nossa sociedade e o nosso povo. Soluções democráticas para problemas de tantos séculos”¹²⁰.

Segundo propaganda do movimento sindical nas páginas do periódico, a sede da FAP, localizada na Rua São Paulo, 716, em Ribeirão Preto-SP, e atendia pelos telefones 1707 (Gilberto Bellini ou Dejanira Fuzaro) ou 4338 (Romualdo Simões Flório). Qualquer cidadão poderia atuar como sócio-colaborador da entidade, por uma quantia de cem cruzeiros mensais. Os cadastros

¹¹⁴ **IIa. Convenção do DN.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 12/01/1963. P. 2.

¹¹⁵ **Agentes e correspondentes.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 13/01/1963. P. 2.

¹¹⁶ **Trabalhadores coesos.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 15/05/1962. P. 2.

¹¹⁷ **Problemas do campo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 10/07/1962. P. 6.

¹¹⁸ *Idem, ibidem.*

¹¹⁹ **Frente Agrária.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 02/08/1962. P. 2.

¹²⁰ *Idem, ibidem.*

eram feitos na própria sede da Frente, e o DN disponibilizava uma ficha para os interessados, contendo nome, endereço e cidade.

O diário passa a dar voz aos encontros da Frente Agrária, com o intuito de evidenciar e chamar seus leitores a apoiar as causas rurais. Apesar de defender que o trabalho da agremiação se concretiza nos objetivos e roteiros da Doutrina Social Cristã e da *Mater et Magistra*, acreditamos que há uma antecipação do Pe. Celso com o espírito da Teologia da Libertação e a opção pelos pobres, em algo próprio da América Latina. O padre dá espaço aos explorados pelo capitalismo liberal, criticando o regime como já apontamos anteriormente, aproximando das campanhas reformistas de João Goulart, em nome dos trabalhadores rurais do interior do estado de São Paulo. Em um dos editoriais, informa o diretor:

Realiza-se hoje, na sede da Frente Agrária Paulista (FAP), mais uma reunião de trabalhadores rurais de municípios da região nordeste do Estado com o objetivo básico de politização. É já o 3º círculo realizado por essa nova entidade com a presença e a participação crescente de líderes rurais. O sistema dessas reuniões dominicais com palestras e círculos de manhã e à tarde teve início no último mês de setembro, dia 9. O êxito das duas primeiras reuniões dá a entender que a FAP encontrou mais um método de ação junto ao meio rural¹²¹.

Também discorre sobre campanhas realizadas em cidades adjacentes, como Altinópolis-SP. Comenta em editorial:

No próximo domingo, na cidade de Altinópolis, será instalado mais um Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Representará mais um largo passo da Frente Agrária na sua luta pela promoção do homem do campo. Os observadores já perceberam que os homens do campo estão reagindo de maneira notável à grande campanha desenvolvida pelos líderes da Frente Agrária, acreditamos mesmo, muito breve, grandes conquistas serão registradas nesta região¹²².

De acordo com o DN, o seu posicionamento estava atrelado aos movimentos da classe operária, lutando em nome do reconhecimento do direito dos trabalhadores. Dessa forma, o jornal “esteve ao lado dos ferroviários, dos empregados nas indústrias de fiação e tecelagem, dos estudantes nos movimentos de alerta sobre a realidade brasileira e, principalmente, esteve esse jornal a serviço dos trabalhadores do campo, num apoio incondicional à Frente Agrária”¹²³. Assim, afirma que é “um jornal a serviço do povo e a serviço de Deus”¹²⁴. O jornal coloca a sua

¹²¹ **Politização do homem da roça.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 21/10/1962. P. 2.

¹²² **Sindicatos rurais.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 08/03/1963. P. 2.

¹²³ **Ano novo, vida nova. Diário de Notícias.** Coluna Nosso Comentário. 01/01/1963. P. 4.

¹²⁴ *Idem, ibidem.*

participação em movimentos sociais e sindicais como parte ativa de seu fazer jornalístico, destacando que

Queremos que as mensagens da doutrina social cristã sejam conhecidas e difundidas, teoricamente através de comentários especializados e na prática através de uma constante luta de apoio e incentivo àqueles que estão em pleno campo de batalha, tentando modificar as estruturas desumanas que atualmente regulam as relações sociais¹²⁵.

Continuando os textos sobre o trabalho da Frente Agrária, afirma o periódico que uma das ações do grupo está em politizar camponeses, formando-os como “elementos capazes de assumir a direção dos sindicatos em organização”¹²⁶. Assim, os trabalhadores estavam entendendo que “a união e um sindicato significam a esperança de dias melhores”¹²⁷, como forma de atingir a justiça social e modificar as condições de exploração na sociedade.

O Pe. Celso Ibson de Syllos também exalta a preocupação pedagógica para com os camponeses e, para isso, se utiliza do método Paulo Freire, ao lado das defesas da Doutrina Social Cristã, para conscientizar os trabalhadores rurais de Ribeirão Preto. Contudo, os ensinamentos freirianos eram considerados subversivos e, por esse motivo, o então diretor do DN foi julgado considerado agitador. Em editorial, defende o método como:

O sistema “Paulo Freire” é muito mais do que um complexo método para ensinar adultos a ler e escrever. É uma criação formulada a partir da tese de que o aprendiz humano é causa eficiente de sua própria cultura e educação; daí se pressupõe logicamente que não há professores de verdade, se não meros coordenadores ou suscitadores do processo cultural “do outro”, sem dominação de cima para baixo; tudo se processa em plano horizontal, não mais no conceito de “classe”, mas de círculo-de-cultura. Evidentemente, o professor Paulo Freire e sua equipe conseguiram criar dados claros para a conceituação mais científica do que seja, na verdade uma Cultura Popular. Firmaram-se nos dois polos – comunicação e democratização da cultura – para alcançar os dados necessários à definição da Cultura Popular: abrir todos os canais de comunicação para todos os cidadãos, não apenas no sentido materialmente técnico, se não, sobretudo, no sentido espiritual da não-dominação; e depois, democratizar ao máximo todo o tipo e todo grau de cultura¹²⁸.

Além dos editoriais na coluna “Nosso Comentário”, as contribuições da Frente Agrária aparecem em artigos assinados, reportagens jornalísticas e, até mesmo, em pequenas campanhas, que viriam como propaganda nas páginas do DN. Como é o caso da “Campanha do papel velho

¹²⁵ **Uma grande campanha.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 23/01/1963. P. 2.

¹²⁶ **Levante de camponeses.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 06/02/1963. P. 2.

¹²⁷ **Contratos escritos.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 05/03/1963. P. 4.

¹²⁸ **O Estadão e a verdade (II).** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 01/02/1964. P. 2.

da Frente Agrária”¹²⁹, em que o movimento sindical pede doação de papel para os seus leitores, assemelhando às ações de reciclagem. Outro exemplo é o texto de Gilberto Bellini, no quadro “Falando da região”, seção que apresentava notícias de Ribeirão Preto e arredores. Diz Bellini:

Frente Agrária regional de Ribeirão Preto tem uma série de campanhas de esclarecimento popular e um dos pontos que estão sendo bem evidenciados é o seguinte: a luta tem se desenvolvido no sentido de promover a roça, estudar os problemas agrários e promover o camponês; visa também a promoção do pequeno proprietário; não se luta contra ninguém e sim a favor dos injustiçados e na atual conjuntura quem necessita de apoio, de solidariedade e estímulo são os camponeses¹³⁰.

Pedidos de doação também eram feitos em nome do movimento sindical. Na primeira página do dia 06 de julho de 1963, a palavra “COLABORE” ocupa lugar junto às manchetes das principais notícias nacionais e internacionais. O DN escreve:

COLABORE com os trabalhadores-camponeses (colonos de café), residentes numa Fazenda no município de Batatais, que estão em real dificuldade. Colabore com gêneros alimentícios e roupas. Telefone, nos dias úteis, para 1707 ou remeta a oferta para a FRENTE AGRÁRIA, à Rua São Paulo, 716, RIBEIRÃO PRETO (qualquer hora) ou para Lodeira Mesquita, 37, BATATAIS¹³¹.

O alinhamento com os movimentos sindicais, as campanhas realizadas em nome da Frente Agrária e as constantes críticas à elite da cidade, colocou o jornal em uma cruzada contra a burguesia local. Antes do golpe, o DN foi fechado em 21 de fevereiro de 1964, com alegações de crise financeira. Entretanto, o que nos diz Carneiro Júnior (2002) é que a interrupção do periódico é justificada pelo desagrado das classes privilegiadas. Mesmo assim, de acordo com o autor, no dia de seu fechamento, um grande número de ativistas e simpatizantes se concentraram na redação da folha, oferecendo apoio e solidariedade ao diretor Pe. Celso Ibson Syllós. A interrupção de atividades do matutino impactou a cidade, e outros periódicos, como o “Diário da Manhã” e o prefeito Welson Gasparini começaram uma campanha para convencer o arcebispo, D. Agnello Rossi, a trazer o DN de volta. A campanha obteve sucesso, e no dia 04 de março do mesmo ano, o diário retorna e da continuidade ao seu projeto de acordo com a Frente Agrária e prol movimentos sociais.

¹²⁹ **Campanha do papel da Frente Agrária.** Diário de Notícias.02/07/1963. P. 3.

¹³⁰ BELLINI, G. **Frente Agrária luta pela promoção da roça.** Diário de Notícias. Quadro Falando na Região. 07/03/1963. P. 3.

¹³¹ **COLABORE.** Diário de Notícias. 06/07/1963. P. 1.

O fato triste do fechamento temporário do jornal ocasionou bem imenso: despertou, sacudiu, a comunidade para o problema. Jornal independente, batalhador valoroso das boas causas, principalmente daquelas que exigem novas e justas estruturas no campo econômico-social, necessitava do jornal de apoio decidido da comunidade. Esta ajuda foi dada, alicerçada na vontade de luta do grupo que tomou sobre seus ombros a responsabilidade dura pela continuidade do DN¹³².

Depois de deflagrado o golpe, o jornal foi impedido de circular por cerca de dois meses. Em 01 de abril de 1964, data de sua última edição antes de interromper suas atividades, o DN fala sobre o novo regime “indisciplinado”, em busca de “disciplina”, em suas palavras.

Uma coisa é evidente. A História da conturbada Pátria já começou ontem o registro entristecedor da violência aos direitos mais primários da liberdade e da ordem. Confirma-se a previsão do Presidente João Goulart, estabeleceu-se um regime de indisciplina e desordem no País, em nome da “disciplina” e da “ordem”. (...) Tudo indica que, nos territórios já marcados macabramente pelos campeões do golpe, a imprensa será cerceada em sua liberdade; os líderes reformistas serão apreendidos; os Centros Universitários coagidos ao silêncio; o Povo mantido em “ordem e paz”, sem poder se manifestar na espontaneidade do clima democrático¹³³.

Com a interrupção do DN e a prisão do Pe. Celso Ibson Syllós, acusado de “agitador cripto-comunista”, o jornal passa a ser dirigido novamente pelo Pe. Angélico Sândalo Bernardino e, ao que podemos perceber de início, seus editoriais passaram a ser menos enfáticos. A continuação de nossa pesquisa caminha no sentido de perceber de que modo o conceito de justiça social ainda permanecia no diário, após o golpe, e quais foram às estratégias adotadas que permitiram a continuidade do matutino até o final do período militar. Segundo os dados da Faculdade de Filosofia e Teologia, o DN permaneceu com a Igreja até 1978, quando foi vendido para a Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). A partir daí, são falhos os registros que apontam para o fim da folha; alguns dados indicam que foi por falta de financiamento e anúncios publicitários que decretaram o fechamento das portas do jornal em meados dos anos de 1980.

7.6 A Editorial Comunitária “Diário de Notícias” S/A

Com a pretensão de ser “um jornal capaz de servir sempre aos verdadeiros interesses da comunidade”¹³⁴, o “Diário de Notícias” lança o projeto “Editorial Comunitária “Diário de Notícias” S/A”, promovido pelo Pe. Celso Ibson de Syllós. A intenção era reformular o matutino,

¹³² **A serviço da verdade.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 04/03/1964. P. 4.

¹³³ **Luta pela Paz.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 01/04/1964. P. 2.

¹³⁴ **Revelamos o preconceito.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 15/01/1964. P. 2.

como forma de garantir a participação popular na redação, sendo que cada contribuinte do projeto, ganharia uma parcela do diário. A campanha é publicada, pela primeira vez, no dia 17 de novembro de 1963.

O nosso jornal “Diário de Notícias” está em fase de transformação total. A única proprietária, que é a Arquidiocese de Ribeirão Preto, concedeu a possibilidade de colocar todo o patrimônio existente, que sobe a quase CEM MILHÕES de cruzeiros, com base para a formação de nova Organização.

O trabalho está iniciado por um grupo de amigos do DN, que hoje atinge precisamente 147 pessoas, cada qual tendo subscrito pelo menos uma cota de fundação e transformando em propagandista da iniciativa. A cadeia está sendo formada entre um número ilimitado de futuros sócios fundadores da EDITORIAL COMUNITÁRIA “Diário de Notícias” S/A¹³⁵.

É importante ressaltar que tal empreendimento visava a “irradiação de mais genuína cultura popular”¹³⁶, sempre levando em conta os princípios da *Mater et Magistra* e da Doutrina Social Cristã. A Editorial Comunitária mostra-se um projeto antenado com os princípios defendidos pelo DN, principalmente, pelo Pe. Celso. Promovendo interações com a sociedade civil, os objetivos principais eram “atender, sempre com maior precisão de objetividade, à realidade brasileira; buscando a seguir os caminhos de solução autêntica fornecidos pela concepção cristã de vida”¹³⁷.

Por isso mesmo, o DN aconselha a fazer parte dos contribuintes da Editorial Comunitária apenas os cidadãos que se alinhavam aos posicionamentos do jornal. Dessa forma, também podemos observar os preceitos defendidos pelo veículo, colocando-se como órgão pluralista, em defesa da comunidade e da concepção cristã do mundo. É, portanto, alinhado com um catolicismo social, preocupado em defender o povo e comunitário.

(...) é questão de bom senso que todo cidadão desajustado aos objetivos de um intenso e muito extenso trabalho na faixa da Opinião Pública e da Cultura Popular, na linha de uma lúcida concepção cristã do mundo e do Homem, dentro do mais exigente respeito pelo realismo da atual convivência PLURALISTA da História, todo cidadão desajustado a tal filosofia-de-vida substancialmente SOLIDÁRIA e COMUNITÁRIA não tem nada a fazer com seu dinheiro na empresa que estamos formando. Uma autocrítica de bom senso tem feito e fará, nas consciências, a seleção natural entre os que acreditam no Homem e os que somente creem nas riquezas acumuladas e prepotentes¹³⁸.

¹³⁵ **Editorial Comunitária “Diário de Notícias” S/A.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 17/11/1963. P. 4.

¹³⁶ Idem, ibidem.

¹³⁷ **Reta Final.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 01/12/1963. P. 2.

¹³⁸ **...Não venha conosco.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 15/12/1963. P. 4.

Caso a Editorial Comunitária atingisse seus objetivos políticos, jurídicos e sociais, ela selaria um compromisso com a realidade brasileira, tendo “compromisso com a Verdade, no exame das realidades e no estudo das soluções para o Homem e para o mundo-dos-Homens”¹³⁹. De fato, a intenção era promover a consciência cristã, com tônica na Doutrina Social Cristã para a emancipação do povo.

Não sabemos se a formação da Editorial Comunitária também foi um dos pretextos para o primeiro fechamento do DN, em fevereiro de 1964, já que não há informações suficientes para traçarmos inferências sobre a campanha e a relação dela com a interrupção de circulação do jornal. Porém, quando o matutino volta às bancas, em março do mesmo ano, ele retoma a campanha em busca de contribuintes, dizendo que o grupo responsável pelo periódico “está verdadeiramente disposto a levar avante sua urgente e corajosa pregação por uma sociedade mais humana e fraterna”¹⁴⁰. Assim, caminhando para a consolidação do empreendimento da Editorial Comunitária, os membros do jornal e contribuintes elaboram a “Carta de Princípios”, advogando sobre o posicionamento e objetivos do projeto.

A Arquidiocese de Ribeirão Preto coloca todo o acervo da “Empresa DIÁRIO DE NOTÍCIAS” em mãos de um valoroso grupo, disposto a tudo empreender solidária e cristãmente, “firmado na Verdade, Justiça, Amor e Liberdade para conduzir a um bom termo de reabertura do jornal “DIÁRIO DE NOTÍCIAS” e estruturar condições para garantir sua sobrevivência dentro de uma empresa comunitária, consolidada em forma S. A., na linha de pensamento e vivência social cristã”¹⁴¹.

E diz que, após o seu reaparecimento:

(...) o “DIÁRIO DE NOTÍCIAS” felizmente reaparecido, após dias tumultuosos e confusos, possa dar sua valiosa e positiva contribuição “no sentido de um desenvolvimento harmônico e equilibrado, no campo das reformas de base necessárias e inadiáveis”, promovendo “a pessoa humana, na sua dimensão e responsabilidade social, em demanda de sua finalidade eterna”, sem “o risco de um entreguismo de direita ou esquerda”¹⁴².

Na leitura, nota-se a preocupação do DN em deixar claro que o seu posicionamento não se alinha com a esquerda, nem com a direita, mas sim, com a pessoa humana. Essas considerações trazem como bagagem o que é pregado na Doutrina Social Cristã; ou seja, em todo o momento, o

¹³⁹ Idem, ibidem.

¹⁴⁰ **Homens solidários.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 07/03/1964. P. 2.

¹⁴¹ ROSSI, Dom Agnelo. **O “Diário de Notícias” em sua nova fase.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 04/03/1964. P. 2.

¹⁴² Idem, ibidem.

jornal reafirma o compromisso com esse princípio teológico. A Editorial Comunitária tem, portanto, essa visão ideológica dentro de sua Carta de Princípios, tornando o empreendimento mais uma atividade de vertente política-cristã.

Com o golpe civil-militar e a conseqüente prisão do Pe. Celso, o jornal passou a ser dirigido por Dom Agnello Rossi e Pe. Angélico Sândalo Bernardino, e a Editorial Comunitária tem sua caminhada interrompida. É nesse momento, que o jornal se afirma, novamente, como defensor de Deus, e impondo pela verdade, justiça e formação de consciências, primando por ser órgão católico, “cuja linha não tende para direita, nem para esquerda, simplesmente porque sua bússola está orientada para Deus”¹⁴³. Apesar disso, não foi possível continuar a Editorial Comunitária. Em comunicado, Pe. Celso adverte os contribuintes:

A todos os subscritores de cotas da “Editorial Comunitária Diário de Notícias S.A”, que hajam integralizado parcela ou total das mesmas, comunicamos que, por motivos alheios à nossa vontade, não tendo sido possível concretizar a fundação e organização do citado empreendimento, já se encontram à disposição dos interessados os cheques nominais, correspondentes à quantia integralizada, por nós emitidos contra o Banco Auxiliar de São Paulo S/A¹⁴⁴.

O jornal passa a enfatizar o seu compromisso com Deus, demonstrando a preocupação social de um modo mais brando. Diz o DN que ele não tem “preocupação política. Preocupa-nos a linha que fique de fora das competições partidárias, visando sempre melhor servir a coletividade, na justiça, verdade, amor e liberdade”¹⁴⁵. Apesar de defender essa linha de atuação, o jornal passa, após o golpe, a apoiar os militares e a defender Castelo Branco, como forma de manter-se em circulação e evitar represálias. Nenhum outro projeto como a Editorial Comunitária foi efetuado novamente.

7.7 A “Revolução” e o governo Castelo Branco

A deposição de João Goulart trouxe novas reflexões políticas, ancorados pelo espírito do anticomunismo e o medo da “revolução vermelha”. A sociedade civil, ao lado da grande mídia, bateram palmas para a marcha militar e a imposição do regime autoritário. Do mesmo modo, outros setores também fizeram coro ao golpe, como parte da Igreja Católica e partidos políticos

¹⁴³ BERNARDINO, Angélico Sândalo. **Mais um aniversário**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 01/07/1964. P. 2.

¹⁴⁴ SYLLOS, Pe. Celso Ibson de. **Editorial Comunitária “Diário de Notícias” S/A**. Diário de Notícias. 28/07/1964. P. 1.

¹⁴⁵ **Quando mandar rezar não resolve**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 02/10/1964. P. 2.

conservadores. Nesse momento, os movimentos com ideologias progressistas ou alinhadas à esquerda e ao nacionalismo foram perseguidos e acusados como “agitadores” e “subversivos”, ajudando a propagar as inverdades do autoritarismo.

Na cidade de Ribeirão Preto, a “Marcha da Família, com Deus pela Liberdade” contou com a presença de membros da Arquidiocese do município, como é o caso de Dom Agnello Rossi, mas ao mesmo tempo, não obteve apoio de todos os clérigos, demonstrando um posicionamento heterogêneo dentro da Igreja do município (CORREIA, 2008). O jornal “A Cidade” também apoiou o movimento militar, enquanto outros veículos como o “Diário da Manhã”, por exemplo, se posicionavam a favor de João Goulart e em defesa do princípio democrático (MARINO, 1998).

Assim, o “Diário de Notícias”, com a sua postura em favor da sociedade, da Doutrina Social Cristã e em consonância com as aspirações da Teologia da Libertação, acabou sofrendo represálias, logo após a deposição do então presidente Jango, em 31 de março de 1964. O diretor do jornal na época, o Pe. Celso Ibson de Syllos, foi perseguido e preso pelo DOPS, fato que o afastou das publicações jornalísticas. Segundo Welch (2014, p. 69), já nas vésperas da “Revolução”, o Pe. Celso afirmava que já havia todo um trabalho da burguesia e dos fazendeiros de Ribeirão Preto com o intuito de organizar um movimento contra a esquerda. Em seu último editorial, escreve o sacerdote:

Tudo indica que, nos territórios já marcados macabramente pelos campeões do golpe, a imprensa será cerceada em sua liberdade; os líderes sindicais reformistas serão apreendidos; os Centros universitários coagidos ao silêncio; o Povo mantido em “ordem e paz”, sem poder manifestar-se na espontaneidade do clima democrático¹⁴⁶.

Após a edição de 1 de abril de 1964, o DN é fechado pela segunda vez no mesmo ano, voltando em 9 de maio, com a edição no. 12.909. “No escritório do “Diário de Notícias”, a polícia apreendeu todas as cópias do jornal de fevereiro a março, não deixando nenhum vestígio do periódico desses meses críticos” (WELCH, 2014, p. 71).

Conta-nos Welch (2014) que o Pe. Celso passou todo o mês de abril de 1964 em Petrópolis-SP, em um santuário de franciscanos. Retornou a Ribeirão Preto em maio, e a polícia ainda não tinha ordem de prisão contra o religioso. Entretanto, o padre fora avisado pelo capitão Antônio Ribeiro de Andrade que grupos armados e apoiadores do golpe estavam à sua procura, e

¹⁴⁶ **Luta pela paz.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 01/04/1964. P. 2.

o aconselhou a ficar na cúria arquidiocesana da cidade. O clérigo foi preso no dia 3 de maio no “quartel da brigada, junto com outros perseguidos considerados inimigos do Estado. Padre Celso havia se oposto ao golpe e queria ser tratado como outros opositores e críticos do novo regime” (WELCH, 2014, p.73).

O sacerdote foi libertado apenas no dia 4 de junho de 1964, encontrando um cenário de restrição das atividades políticas, com as mínimas chances de ampliar o movimento camponês ou continuar suas ações sociais e de resistência. Pe. Celso tentou retomar suas atividades junto ao DN, mas foi recusado pelo arcebispo Dom Agnello Rossi (WELCH, 2014). Assim, nas mãos de Rossi e Pe. Angélico Sândalo Bernardino, o jornal passou por uma mudança de posicionamento, com um editorial de abertura que discursa sobre o reaparecimento do jornal e aspira ao novo governo, frisando sobre a necessidade de mudanças.

Reaparece o “Diário de Notícias” num momento decisivo para os destinos democráticos e cristãos do Brasil. E traz a sua pedra para o soerguimento do nosso País. Uma pedra que fica bem nos alicerces. Oculta, modesta, mas necessária para a segurança do edifício. Não terá o brilho nem a beleza de pedras esculpidas, mas a solidez e a resistência de pedras fundamentais¹⁴⁷.

Pouco se fala sobre a detenção do Pe. Celso. Em 20 de maio, Dom Agnello escreve uma nota de esclarecimento na primeira página, versando sobre os recentes acontecimentos que envolveram o ex-diretor e o posicionamento do DN. Diz que “por fatos pessoais do Pe. Celso, as autoridades policiais e militares enquadraram-no como agitador”¹⁴⁸, por esse motivo, o religioso tinha se apresentado às autoridades de Ribeirão Preto em 1 de maio e fora detido no Quartel, onde permanecera para prestar esclarecimentos. Acerca dos idealismos do Pe. Celso, Dom Agnello Rossi diz que o religioso tinha “sinceridade de seus propósitos e do seu ardor na defesa dos sagrados direitos dos trabalhadores, procurando organizá-los, sem compromisso com o comunismo”¹⁴⁹.

Apesar de defender a postura do Pe. Celso, a nova fase do DN é caracterizada pela defesa do movimento golpista, com a propagação de preconceitos sobre a esquerda e dizendo que o Brasil estava ameaçado pelo comunismo. Diz Pe. Angélio que “a polarização esquerdista se

¹⁴⁷ ROSSI, Dom Agnello. **O reaparecimento do “Diário de Notícias”**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 09/05/1964. P. 2.

¹⁴⁸ ROSSI, Dom Agnello. **Esclarecimento**. Diário de Notícias. 20/05/1964. P. 1.

¹⁴⁹ Idem, ibidem.

configurou alarmante e quebrou nitidamente o equilíbrio político que, bem ou mal, se vinha mantendo, provocando a passagem do problema civil para a área militar de 30 de março”¹⁵⁰. E continua a declaração sobre a “ameaça comunista”:

Esta ameaça, porém, parece desanuviar-se, quando meditamos sobre as declarações cristalinas do Sr. Presidente da República: “A revolução não foi feita para conservar privilégios”. Uma etapa é a limpeza do terreno, a outra do plantio. O país está sendo livre do perigo comunista – (que não haja, porém, exageros, tão comuns nesta época, de se acusar de comunista todo aquele que não participar de “nossas” ideias sociais)¹⁵¹.

Para os novos diretores, era perceptível nas declarações do Presidente Castelo Branco “muita coisa de positivo, nesta fase revolucionário em que vivemos”¹⁵². Pe. Angélico diz que “A grande tarefa da Revolução de 31 de março reside em colocar ordem no país, criar clima de paz, afim de que haja, realmente, prosperidade”¹⁵³. Anteriormente chamado de “golpe” pelo Pe, Celso, mas, agora, com ares de “Revolução”, o novo diretor do DN continua a afirmar que o jornal tem “cumprido o nosso dever de alertar a coletividade a respeito do perigo que o comunismo representa para as nossas instituições livres”¹⁵⁴. Na visão do matutino era urgente, portanto, afastar o país de “homens comunistas, agitadores, corruptos e corruptores no cenário nacional”¹⁵⁵. Defende o periódico:

O movimento militar de 31 de março, vitorioso poucas horas depois de sua eclosão, definiu-se como verdadeira revolução, destinada a por um fim à subversão e à corrupção no país. Subversão, para levar o país a uma ordem política, econômica e social de extrema esquerda. Corrupção, que campeava a coisa pública, facilitando a tarefa dos subversivos¹⁵⁶.

Assim, o “movimento revolucionário de abril varreu do cenário nacional os comunistas, e muitos corruptores”¹⁵⁷. Segundo o DN, “muitas tramas vermelhas foram desfeitas, muita

¹⁵⁰ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **O mal das polarizações, dos radicalismos**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 15/05/1964. P. 2.

¹⁵¹ Idem, ibidem.

¹⁵² BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **Pontos positivos**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 23/05/1964. P. 2.

¹⁵³ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **Nada de privilégios**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 03/06/1964. P. 2.

¹⁵⁴ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **Injustiças sociais**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 07/06/1964. P. 2.

¹⁵⁵ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **Cassações**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 10/06/1964. P. 2.

¹⁵⁶ **Revolução em reformas**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 21/07/1964. P. 2.

¹⁵⁷ BERNARDINO, Pe. Angélico. **A vez dos cristãos**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 17/06/1964. P. 2.

agitação destruída, o que, evidentemente é sumamente útil para o Brasil”¹⁵⁸. Com o fim da “ameaça comunista”, o jornal defendia que o caminho era através dos princípios cristãos, que era a “hora da sementeira. Nem corruptos, nem comunistas, atravancaram os caminhos para a concretização de uma Pátria nova de filhos verdadeiramente livres, vivendo na paz, porque trilharam as estradas da justiça e do amor”¹⁵⁹.

A maior justificativa do DN para defender o golpe estava na crença de que o regime militar promoveria as reformas estruturais de base, idealizadas anteriormente por João Goulart. Afirma o jornal:

Para aqueles que não acreditaram na boa intenção do movimento de 31 de março, o Presidente da República tem insistido sobre aquilo que podemos chamar o “teste de validade” da Revolução: as necessárias e profundas reformas em nossas corroidas e anti-humanas estruturas. Todos proclamam a necessidade de reformas, não de paliativos. Logo no início do seu governo, declarava o Sr. Castelo Branco: “Este movimento não foi feito para conservar ou aumentar privilégios”¹⁶⁰.

E continua, defendendo que “a nosso ver, está o Presidente da República desejoso de realizar o plano das reformas. Tememos, tão somente seja dificultado, “obstaculado”, nestes seus propósitos, que visam à libertação do povo”¹⁶¹. Por almejar as reformas nas estruturas do Brasil, o DN acreditava que “a ideologia da revolução é aquela que conduza o Brasil para frente, democraticamente”¹⁶². Desse modo “a revolução foi feita a favor da Democracia e da legítima liberdade. Veio para salvar, não para comprometer o povo”¹⁶³.

Não há questões que abordam a tomada de poder de forma ilegal pelos militares, nem a presença de reflexões sobre o autoritarismo do regime. De fato, o DN muda, em partes, o seu posicionamento progressista enfático, característico do momento anterior ao golpe, com a direção do Pe. Celso, embora continuasse a defender a Doutrina Social Cristã. Ainda em defesa das reformas, diz que “nós que temos procurado, com obstinação até, dizer sempre que o único e

¹⁵⁸ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **O teste**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 14/06/1964. P. 2.

¹⁵⁹ BERNARDINO, Pe. Angélico. **A vez dos cristãos**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 17/06/1964. P. 2.

¹⁶⁰ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **Necessidade de reformas**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 09/06/1964. P. 2.

¹⁶¹ Idem, ibidem.

¹⁶² BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **Mensagens ao Congresso**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 25/06/1964. P. 2.

¹⁶³ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **Contra a cupidez**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 14/07/1964. P. 2.

verdadeiro caminho que levará o Brasil as sólidas e justas reformas é aquele marcado pelos princípios corajosos da Doutrina Social Cristã”¹⁶⁴.

Em julho de 1964, não tendo o governo iniciado o projeto de reformas, o diário evidencia que o maior problema das mudanças estruturais “é e será a mentalidade individualista e interesseira”¹⁶⁵. Para combater esse pensamento, seria função da Igreja, no formato da Doutrina Social Cristã, “despertar a todos para a concepção cristã e democrática da sociedade. Missão que será cumprida apesar daqueles que teimam em arrolar entre os atos subversivos na difusão da Doutrina Social Cristã”¹⁶⁶. De acordo com o DN, foi o individualismo que impediu as reformas no governo Goulart e, agora, com Castelo Branco, havia a esperança que se concretizassem.

Muita gente não compreendeu ainda, que as reformas pregadas pelo ex-presidente Goulart não eram más e, sim, de urgência para a sobrevivência nacional. O que perdeu, na época, ao Brasil foi o fato de tais ideias estarem na mão de aventureiros que, sob o rótulo de necessárias reformas que não desejavam introduzir escondiam espúrios intentos individualistas ou grupais. As reformas pregadas por Goulart devem ser levadas avante de maneira real, sincera, não demagógicas e desnecessárias, mas claras, porque necessárias, são de máxima urgência, muito embora tenham sido exploradas para o mal pelo grupo deposto, na revolução de abril¹⁶⁷.

Contudo, de forma ambígua, o “Diário de Notícias” denuncia no dia 31 de julho de 1964, que o “movimento” de abril trouxe esperança para a sociedade, mas o “povo continuou a sofrer. Os grandes corruptos empoleirados no poder, desfrutando de enormes vantagens, enquanto o povo padece”¹⁶⁸. E que a alternativa para o regime não se perder seria “a união, mas a união sincera e desinteressada, das correntes democráticas brasileiras em torno do presidente da República”¹⁶⁹. E continua a afirmar que providências já deveriam ser tomadas e que

(...) o Movimento de 1 de abril já deveria ter definido melhor os rumos de sua atuação, com a presença ativa das verdadeiras forças populares. Todos sabem – a História é

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁵ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **O racismo, nós e a Igreja**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 04/07/1964. P. 2.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁷ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **Presidente quer reformas**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 08/07/1964. P. 2.

¹⁶⁸ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **A esperança**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 31/07/1964. P. 2.

¹⁶⁹ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **Evangelho e Revolução**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 07/08/1964. P. 2.

pródiga de exemplos – de que as soluções de cúpula, em matéria de interesse coletivo, pecam sempre por exclusivismo e parcialidade¹⁷⁰.

Aos poucos, a visão calorosa do DN em relação ao governo de Castelo Branco vai se dissipando. Segundo o jornal, “com o perpassar dos meses, porém, vemos que as reformas introduzidas, os planos enunciados, não coincidem bem com as exigências da Doutrina Social Cristã”¹⁷¹. Ou seja, o que antes era aclamado pela folha, como um governo que afastava os comunistas da política brasileira e promoveria as reformas, de acordo com os princípios da Doutrina Social Cristã, tão defendida pelos editores do DN, a administração militar passa a ser criticada, já que mudanças não eram perceptíveis. Segundo o diário, a única solução possível para a política é a solução cristã, pois “o capitalismo liberal e o comunismo não serão aceitos pelo povo, porquanto ambos são escravizadores. O povo não acredita em suas soluções. Espera a solução cristã”¹⁷².

Os interesses do governo autoritário giravam em torno de manter os domínios da elite conservadora, em torno de bandeiras que barravam o comunismo, a instauração de uma “república sindicalista” e, mais ainda, conter o avanço das reformas de base, que ameaçavam os interesses da burguesia, principalmente, a rural (HEIM; SILVEIRA, 2013). Com o objetivo de frear as reivindicações populares, Castelo Branco edita a chamada Lei do Estatuto da Terra (lei 4504/64), que diferenciava a política agrária da política agrícola. Segundo Mendonça (2010), o documento possui duas tendências: uma, aliada a democratização das propriedades rurais; outra concentrava os interesses capitalistas, promovendo uma “modernização conservadora da agricultura” (MENDONÇA, 2010, p. 42).

Para Heim e Silveira (2013), o Estatuto da Terra não era algo novo, sendo uma continuação das propostas formuladas por João Goulart, que aceitava a reforma agrária nos moldes da democracia-cristã. Contudo, a lei tinha como premissa maior controlar os movimentos rurais, camponeses e sindicatos, para que eles não ameaçassem o regime golpista vigente. Continuam os pesquisadores afirmando que o Estatuto da Terra era parte de um projeto hegemônico mais amplo, influenciado pelos Estados Unidos e acompanhado pela Aliança para o Progresso, propondo medidas de reforma agrária que aliviariam tensões sociais e revoluções.

¹⁷⁰ **Momento perigoso.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 08/08/1964. P. 2.

¹⁷¹ BERNARDINO, Pe. Angélico Sândalo. **Doutrina Social Cristã e a realidade brasileira.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 20/09/1964. P. 2.

¹⁷² *Idem, ibidem.*

Sendo assim, o alinhamento do projeto não era de caráter popular, mas sim, uma manobra política a fim de controlar o povo.

Com o Estatuto da Terra, o DN volta a apoiar o Presidente Castelo Branco, pela bandeira de que a lei estaria realmente promovendo a distribuição igualitária de terras, e continuando as propostas reformistas de Jango. Diz o jornal sobre a lei:

Este projeto de lei procura unir coisas que muitas vezes andam separadas: o direito de propriedade, e a função social da propriedade e a oportunidade de acesso à propriedade aberta a todos. Define qual a função social a ser desempenhada pela propriedade da terra: simultaneamente favorecer o bem-estar dos trabalhadores assim como os de suas famílias; manter níveis satisfatórios de produtividade; assegurar a conservação dos recursos naturais; criar e manter justas relações de trabalho entre os proprietários e os trabalhadores¹⁷³.

E ressalta:

O Estatuto da Terra que supera, em arrojo, todos os projetos pretendidos pelo ex-Presidente Goulart, é a prova de que o atual Presidente, ao falar em produção, não se esquece dos urgentes problemas referentes à justiça. Acreditamos mesmo que, em pouco tempo, o Brasil, internamente ganhará posição privilegiada, contrariamente ao que se dá no campo externo, onde continuamos a ser tristemente fraudados por grupos estrangeiros que sugam a economia nacional¹⁷⁴.

Apesar desse interesse pelo Estatuto da Terra, o DN, em mais uma atitude contraditória, se posiciona novamente contra o governo militar. De acordo com o jornal, as medidas tomadas pelo regime militar são “em grande parte antipopulares, visando, segundo dizem, em um futuro próximo, o bem-comum, marcadamente, do povo”¹⁷⁵. Entretanto, “o militarismo deve ser, custe o que custar, afastado do Brasil. Todos sabemos os grandes males que às ditaduras tem feito à humanidade”¹⁷⁶. É a primeira vez, desde a prisão de Pe. Celso Ibson de Syllos, que o diário utiliza a palavra “ditadura” em seus editoriais, ao se referir ao regime vigente.

No segundo semestre de 1965, o DN passa a desconfiar da eficiência do Estatuto da Terra, em consonância com o Manifesto dos Bispos do Brasil. Segundo o jornal, “depois de muitos discursos e promessas, a questão agrária continua paralisada”¹⁷⁷. E, ainda, que nenhuma reforma,

¹⁷³ **Estatuto da Terra**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 20/10/1964. P. 2.

¹⁷⁴ **Presidente “errado”**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 05/01/1965. P. 2.

¹⁷⁵ **Eleições hoje ou amanhã?**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 09/02/1965. P. 2.

¹⁷⁶ Idem, ibidem.

¹⁷⁷ **E a reforma agrária?**. Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 01/09/1965. P. 2.

com os princípios da Doutrina Social Cristã, tinha sido promovida pelo regime, fato que afastava a “Revolução” dos seus princípios moralizantes e de implantação de modificação atendendo aos ideais cristãos, de acordo com a visão do matutino.

O DN também enfatizava que a procrastinação das eleições era uma das atitudes não democráticas do governo autoritário. E, quanto mais se postergava as votações para novo Presidente, mais o país se aproximava de uma ditadura. O periódico afirma que “continuamos a proclamar que não reconhecemos, sob pretexto algum, regime democrático onde o povo não possa se manifestar”¹⁷⁸. E dá continuidade:

No Brasil, há muita gente com tendência à ditadura. Contemplando a situação de precariedade em que nos encontramos, são muitos os que apelavam para os governos “fortes” que deveriam ficar no poder, até que “as cousas se endireitassem”. Ora, a experiência de outros países tem sido amarga neste setor¹⁷⁹.

Em uma postura firme, o jornal defende que sem a tomada de poder pelo Exército, sem o consenso popular, “premidos por qualquer violência, não há democracia”¹⁸⁰. E esse era o grande perigo da política brasileira.

É também, em tom de crítica, que o “Diário de Notícias” enfatiza as precariedades no setor rural brasileiro, como fruto do golpe. Afirma o jornal que os “Sindicatos Rurais, Frentes Agrárias, devem continuar seus trabalhos interrompidos pelo movimento militar de abril, para que os trabalhadores da roça sejam levados ao conhecimento de seus direitos e deveres”¹⁸¹. Segundo a folha, o Estatuto da Terra seria uma das poucas medidas que iriam garantir o progresso da roça, já que “compete ao governo, repetimos, a defesa do direito à propriedade particular e a realização de sua função social”¹⁸².

Em outro momento, o jornal também denuncia que as cassações promovidas pelo governo militar “foram viciadas pelo protecionismo, de vez que não foram norteadas pela justiça”¹⁸³. Ou seja, em um posicionamento que contradiz o dito anteriormente pelo periódico, que a “revolução” teria impedido a “ameaça vermelha” em terras brasileiras, o DN mostra que os políticos que foram afastados do governo fizeram parte de uma estratégia, para manter centralizado o poder do

¹⁷⁸ **Não há democracia sem eleições.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 31/07/1965. P. 2.

¹⁷⁹ **Eleições e democracia.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 16/02/1965. P. 2.

¹⁸⁰ **Não há democracia sem eleições.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 31/07/1965. P. 2.

¹⁸¹ **A precária situação da roça.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 04/03/1965. P. 2.

¹⁸² **Justiça, propriedade e função social.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 10/03/1965. P. 2.

¹⁸³ **Povo, prefeito e Revolução.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 24/03/1965. P. 2.

regime autoritário. Escreve o matutino: “Nossa posição se baseia no fato puro e simples de que estas cassações foram sumárias. Todos nós protestamos contra as rápidas e injustas execuções levadas a efeito pelos tribunais militares”¹⁸⁴.

O diário também destaca que o movimento de abril levantou a bandeira do moralismo, mas acabou caindo na imoralidade, visto que muitas acusações de subversão não foram embasadas. Cita as “injustiças como, por exemplo, a prisão arbitrária de um Padre Celso Ibson de Syllos, a ridícula condenação de um Padre Lages a 28 anos de prisão, à prisão dos intelectuais, etc, etc, enquanto conhecidos corruptos e subversivos continuam suas atividades”¹⁸⁵. O DN clama pela prisão de Carlos Lacerda que, na visão do jornal, era um político violento e que não tinha interesses no bem comum do povo.

Assim, demonstrando mudanças na visão política sobre o golpe civil-militar, o DN evidencia que os primeiros ideais revolucionários foram corrompidos. Por esse motivo, o “processo revolucionário” se afastava de seus objetivos.

Algo está acontecendo no Brasil que não se situa nem nos objetivos visados por elementos conhecidos que desejam liquidar, popularmente e em todos os sentidos, as finalidades da Revolução de 31 de março, e muito menos por certas correntes que, colocado à margem do processo revolucionário, mas nem por isso inteiramente desligadas do desenvolvimento brasileiro de recuperação, só se colocam como forças marginais, à espera de evoluções diferentes e de afirmações talvez esdrúxulas, que lhes permitam novas tomadas de posições nem tanto ao mar, nem tanto a terra¹⁸⁶.

O posicionamento do DN em relação ao governo Castelo Branco permanece inconstante. Por vezes, dependendo dos pronunciamentos e decisões do Presidente, o jornal apoiava o regime militar; em outros momentos, defende a implantação de uma nova política, afastada do militarismo. Importante notar que não houve mudanças no que se diz respeito à Doutrina Social Cristã: o ensinamento foi defendido desde a direção de Pe. Celso Ibson de Syllos e se manteve com Pe. Angélico Sândalo Bernardino. Também a aproximação com as camadas espoliadas pelo capitalismo vigente, em um cenário típico latinoamericano, é ressaltado pela folha. Disserta o DN que “a Revolução está chegando aonde deve chegar, se quer realmente servir ao povo. (...) A Revolução chegou em sua fase mais crítica: a luta das aspirações democráticas do povo, contra os

¹⁸⁴ **Revisão das cassações.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 01/06/1965. P. 2.

¹⁸⁵ **Prendam Lacerda!.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 05/12/1965. P. 2.

¹⁸⁶ **Reafirmação oportuna.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 16/06/1965. P. 2.

interesses da burguesia até agora dominante”¹⁸⁷. Nessa mesma linha, diz que um dos objetivos da política do país é promover “uma orientação geral e moralizadora”¹⁸⁸, com a supressão dos privilégios das camadas privilegiadas.

Em mais um manifesto de defesa em prol do regime militar, o DN descreve que “A Revolução se fez para restaurar a ordem para recuperar o senso de valores, para recolocar coisas e homens nos seus devidos lugares”¹⁸⁹. E para concretizar as “boas intenções” do movimento, deveriam ser respeitadas as hierarquias existentes, para não cairmos na subversão novamente.

Ao final do ano de 1965, o DN escreve um editorial enfático, dizendo que o país caminhava para uma Ditadura. Enquanto o Pe. Celso já tinha um posicionamento claro de que a deposição de Goulart foi um golpe antidemocrático, a nova direção do jornal defendeu a marcha militar e, mais de um ano depois, reconheceu o autoritarismo do regime imposto. Ressalta que: “Quanto a nós, temos a nossa posição formada: a Ditadura é a pior coisa que poderá acontecer no Brasil”¹⁹⁰. Todavia, para o DN a Ditadura era resultado não de Castelo Branco e da cúpula militar de 1964, mas de políticos subversivos como Carlos Lacerda, que se apossavam dos ideais da “Revolução” e de uma “elite privilegiada composta de uns poucos, que continuam desfrutando, cada vez mais, de sua falsa posição”¹⁹¹.

Em uma passagem dura e reflexiva sobre os acontecimentos políticos nacionais, o DN resume claramente o seu posicionamento sobre os caminhos do golpe militar:

A Revolução de abril teve todas as características “ademocráticas” de conquista do poder. A Nação brasileira, conduzida por um grupo de irresponsáveis, caminhava a passos largos para a baderna. Um congresso conivente se calava. O Exército então se levanta – porque o movimento foi militar, jamais popular – com o propósito de colocar ordem à casa. Ideologicamente fraco, o movimento militar de abril anunciou propósitos de, inclusive, guiar o país pelos caminhos das reformas segundo a Doutrina Social Cristã. A cada dia que passa, porém, mais se evidencia a incapacidade de o Governo, realmente, tomar medidas concretas que nos levam à uma reforma social válida (...)¹⁹².

Como apontamos anteriormente, o DN acreditava que somente com os postulados da Doutrina Social Cristã poderia oferecer soluções para os problemas do Brasil, em uma política

¹⁸⁷ **Consciência burguesa e consciência cristã.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 18/07/1965. P. 2.

¹⁸⁸ **Novo privilégio.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 20/07/1965. P. 2.

¹⁸⁹ **Anti-revolução.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 24/07/1965. P. 2.

¹⁹⁰ **Ditadura à vista.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 17/10/1964. P. 2.

¹⁹¹ Idem, ibidem.

¹⁹² **Não acreditamos nessa democracia.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 27/10/1965. P. 2.

humanizada e voltada para o povo com Cristo¹⁹³. Por isso mesmo, o jornal teria saudado a “Revolução”, que teria “destruído várias estruturas absolutamente caducas que estavam empenhando o progresso da Nação”¹⁹⁴, mas que deveríamos ficar atentos, pois “o perigo maior reside na tentação dos direitistas e ditatorial que alicia a muitos homens encastelados no Governo”¹⁹⁵. Ora, mais uma vez, o DN se mostra favorável à tomada de poder pelos militares e diz que, os ares de Ditadura viriam de outros políticos, não sendo o ideal do golpe.

Em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional no. 2 é baixado, decretando o fim dos partidos políticos e a configuração de dois conglomerados: o ARENA, representando a política de situação, e o MDB, partido de oposição. Para o DN, “esse bipartidarismo imposto como está sendo, nasce a conduzir e a desenvolver dentro de si mesmo as células da autodestruição”¹⁹⁶. Torcendo o nariz para o ato presidencial, o diário acredita que a medida será provisória, já que o quadro se apresenta como “de um lado, partidos sem povo; o outro, um povo inteiro sem qualquer partido”¹⁹⁷.

O DN afirma, ainda, que a dissolução dos partidos implica em uma “ditadura disfarçada ainda mais, pela existência de um Partido e a ausência de outro, presente somente pelo nome, no panorama nacional”¹⁹⁸. A referência é de que apenas o ARENA, de situação, comandaria, enquanto o partido de oposição não teria forças suficientes para contestar o regime em vigência. Para uma democracia completa, “é preciso fugir à tentação de governar sem o povo”¹⁹⁹.

O jornal encarava a imprensa como “porta-voz das próprias exigências populares, em uma força de progresso que promove, no seu enorme campo de influência, o bem-estar e a segurança de um povo”²⁰⁰. Assim, seria dever do DN alinhar seu posicionamento em defesa das causas populares, fato que explica algumas mudanças de posicionamento ao longo do regime militar. Claro que, não podemos cair na ingenuidade de não compreender as relações políticas que envolviam o impresso, bem como as táticas utilizadas pelo jornal para manter-se em circulação. Mas, a defesa do povo, guiado pela Doutrina Social Cristã é frequente nos editoriais.

¹⁹³ **Quando as crianças morrem à espera de reformas.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 10/11/1965. P. 2.

¹⁹⁴ **Autenticidade em Doutrina.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 13/11/1965. P. 2.

¹⁹⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁶ **Povo sem partido.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 22/12/1965. P. 2.

¹⁹⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁸ **A ilusão do bipartidarismo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 13/01/1966. P. 2.

¹⁹⁹ **Partidos do governo e partidos do povo.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 27/02/1966. P. 2.

²⁰⁰ **Imprensa e o bem comum.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 10/02/1966. P. 2.

Também à crítica ao comunismo aparece em evidência. O matutino defendia o golpe, porque o movimento afastava à ideologia marxista do país; preconceito amplamente divulgado pela Guerra Fria. De acordo com o DN, “só há um modo eficiente de vencer efetivamente o comunismo: é lutar concretamente pela realização da justiça e do desenvolvimento e pelo respeito à liberdade real da pessoa humana”²⁰¹. Em uma volta ao que pregava o jornal no começo de 1960, diz que:

A grande verdade é uma só: não está no extremismo comunista de esquerda, nem no direito capitalista liberal, a solução para os grandes problemas que afligem o mundo. Somente a Doutrina Social Cristã oferece os dados para soluções definitivas do problema social. Até que essa doutrina seja praticada, teremos muita fome, muito golpe e muito sangue derramado²⁰².

O primordial do DN é deixar claro o seu afastamento dos ideais comunistas, já que “o comunismo, em qualquer campo, segundo as nuances mais variadas e os disfarces mais sutis é, basicamente, violência”²⁰³. E que tal pensamento estava de acordo com os princípios da CNBB, por isso, a Igreja “já tem bem definida sua posição no tocante à reformulação do mundo moderno em busca de um futuro melhor para a humanidade, de mais paz, de mais amor e de mais entendimento”²⁰⁴ – e que essa posição não poderia ser confundida com o marxismo. Afirma o DN que “não queremos fazer apologia aos regimes socialistas que se baseiam no ateísmo. Portanto, não aceitamos as teses fundamentais de Marx. Numa palavra, a única saída para o mundo é às fontes do Evangelho”²⁰⁵.

O periódico retoma o seu compromisso com a democracia. Para ele, alcançar uma democracia autêntica, que atenda os anseios sociais e seja pluralista, é necessário providenciar as “reformas que atinjam as próprias estruturas da sociedade e se estendam aos setores fundamentais da vida social”²⁰⁶. E para atingir esse objetivo existem as Encíclicas Sociais, como a *Rerum Novarum* e a *Mater et Magistra*.

²⁰¹ **Ideologia comunista.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 24/03/1966. P. 2.

²⁰² **Retomada do caminho.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 23/03/1966. P. 2.

²⁰³ **Violência convencional.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 13/03/1966. P. 2.

²⁰⁴ **Agir, não compactuar.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 21/04/1966. P. 2.

²⁰⁵ **A Igreja e a hora atual.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 15/04/1966. P. 2.

²⁰⁶ **Renovemos a democracia.** Diário de Notícias. Coluna Nosso Comentário. 12/04/1966. P. 2.

A maioria dos textos de 1966 e 1967²⁰⁷ faz pouca referência ao período político brasileiro. A atenção do DN volta-se para o Concílio do Vaticano II e para a Campanha da Fraternidade, projeto da Arquidiocese destinado à arrecadação de verbas. Ademais, o jornal mantém sua linha contrária ao comunismo e pregando a Doutrina Social Cristã como forma de emancipar a sociedade. Contudo, podemos inferir que a partir do governo de Castelo Branco e a consolidação do regime autoritário, o matutino trilhou caminhos diferentes do que antes era exposto pelo Pe. Celso Ibson de Syllos, dos anos de 1962 ao começo de 1964. Com editoriais mais brandos, ora apoiando, ora se afastando do golpe, o DN utiliza as palavras “Revolução” e “movimento” para referir-se à tomada de poder dos militares, e bate palmas para medidas como o Estatuto da Terra, e pela marcha de 31 de março livrado o país do comunismo.

Percebemos um discurso ensaiado no pós-1964, que muito se assemelhava aos ditos pela grande mídia e pela imprensa conservadora. Porém, em partes, o diário continua a defender a pregação do Evangelho, as reformas estruturais de base e os movimentos sociais em prol do homem do campo e dos trabalhadores espoliados pelo capitalismo, em uma postura que pende para os ideais de esquerda, principalmente, com o pensamento da Doutrina Social Católica, porém, demonstrando o apoio do governo militar. Esse tipo de posicionamento, contraditório e inconstante, pode representar certas táticas de autocensura, visto que diante da prisão do Pe. Celso e o fechamento do DN, a folha se viu ameaçada pelo novo governo e, por isso, decidiu ponderar o que seria publicado, com um controle feito pelos próprios jornalistas e pela empresa jornalística, devido ao desejo da imprensa de manter-se nas bancas.

²⁰⁷ Nenhum texto do ano de 1967 foi colocado na pesquisa, pois eles tratavam basicamente sobre os temas: Concílio do Vaticano II, preocupação com a educação de crianças e jovens, campanha da fraternidade e, até mesmo, sobre expansão demográfica mundial. Os editoriais que tratavam de política eram muito poucos, sendo que em alguns meses, não houve nenhum registro, e os textos considerados repetiam o discurso anticomunista, já esboçado pelos textos de 1966. Há a pretensão de analisar os textos de 1968, com o endurecimento do regime militar, e perceber se houve outra modificação de posicionamento com o AI-5. Tal estudo pode abrir brechas para novos projetos e pesquisas, dando continuidade às discussões aqui iniciadas e colaborando para complementar, cada vez mais, os estudos sobre História da Imprensa no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciávamos nossa pesquisa tínhamos em mente as seguintes perguntas de pesquisa: qual o posicionamento do “Diário de Notícias” nos anos de 1960, principalmente, no que se refere ao período de autoritarismo brasileiro, após o golpe de 1964? O clero de Ribeirão Preto apoiou ou negou a intervenção dos militares? Os representantes eclesiais que participavam do jornal eram membros de uma ala progressista ou conservadora da Igreja Católica? O que defendia o periódico? Como era o comportamento do jornal enquanto veículo pertencente à imprensa de uma determinada localidade? E qual a voz da Igreja no “Diário de Notícias”?

Em relação a primeira questão da pesquisa comprovamos que o DN aparece como órgão representativo da localidade de Ribeirão Preto, sendo um dos jornais com maior número de exemplares na região, ao lado do “Diário da Manhã” e o “A Cidade”. Nos anos de 1960, o periódico já estava nas mãos da Arquidiocese Católica do município, que vinha dirigindo a folha desde 1943. Durante o governo de Jânio Quadros (1961-1963) e na sequência da administração de João Goulart (1963), o DN defendeu as conquistas populares, ao mesmo tempo em que pregava o fim dos regimes comunistas e do capitalismo liberal. O posicionamento do jornal se identificou com a ala progressista da Igreja Católica, que defendia o povo, principalmente, o setor agrário da sociedade, ao mesmo tempo em que apoiou as Reformas Estruturais de Base se opondo à implantação do regime autoritário pelos militares, em 1964.

No que diz respeito ao clero, ficou evidente nas nossas análises que a Arquidiocese de Ribeirão Preto, como no restante do Brasil, não possuía uma postura homogênea em questões políticas. Ao mesmo tempo em que alguns membros defendiam o reformismo, outros se mantinham firmes ao lado do conservadorismo de direita, apoiando o golpe. O posicionamento heterogêneo influenciou as publicações do “Diário de Notícias”, ora em uma postura libertadora, ora em afirmação do regime autoritário.

Importante ressaltar que, apesar desse viés político, no que diz respeito às questões sociais, principalmente, aos “bons costumes” da família, o clero portava-se de forma semelhante. Ou seja, condenação do divórcio, a figura da mulher como “boa esposa e boa mãe”, as críticas às demais religiões que não se identificavam com o catolicismo e demais atos que, para a Igreja Católica, eram um ultraje à moral.

Já no item destinado a identificar o posicionamento do clero e seu engajamento na ala progressista o estudo verificou que os membros que apoiavam a política reformista e a Doutrina Social Cristã não apoiavam nem o comunismo, nem o capitalismo liberal, mas se identificava na defesa dos excluídos. Dessa forma podemos afirmar que a ala progressista da Igreja Católica em Ribeirão Preto, em especial, com a figura do Pe. Celso Ibson Syllós, antecipa as proposições de Puebla (1968), ao afirmar o espírito da Teologia da Libertação, em consonância com a Doutrina Social Cristã. Como consequência desse pensamento, padres e outros membros católicos progressistas foram perseguidos e presos pelos militares, considerados subversivos, já que esse posicionamento amedrontava as elites e o conservadorismo.

A questão relacionada ao posicionamento do periódico pode ser respondida da seguinte maneira, assentada na leitura e análise dos editoriais: em um recorte temporal, a ampla defesa da Doutrina Social Cristã, da emancipação do homem do campo, da política reformista e da administração de João Goulart. O destaque maior é com as condições rurais e, por esse motivo, o apoio às Reformas Estruturais de Base, principalmente, a Reforma Agrária. A partir de 1964, uma postura inconstante, que ora se portava ao lado de Castelo Branco, ora se afastava do regime dos militares, em uma convergência de fatores que podem explicar o medo de represálias pelos militares e, ao mesmo tempo, o credo em que alguma mudança seria realizada.

Em outra vertente, podemos destacar a preocupação do “Diário de Notícias” com a questão da localidade, propondo diálogos para o povo de Ribeirão Preto com a política da época. A preocupação com o ambiente rural, por exemplo, levou Pe. Celso Ibson Syllós a propor movimentos sindicais e a alfabetização pelo método Paulo Freire, motivo pelo qual foi considerado subversivo. Entretanto, tal acontecimento mostra que o jornal e seus dirigentes tinham o cuidado de perceber as necessidades do município e da região, indo muito além da veiculação de informações e opiniões, mas também, orientando e formalizando práticas sociais na cidade.

Assim, levando em conta as conclusões já apresentadas, podemos afirmar que nossa dissertação comprovou que o “Diário de Notícias” serviu para dar voz a uma Igreja caracterizada pela aproximação com a Doutrina Social Cristã, com a vertente progressista, com um clero engajado com as necessidades da população mais carente e que com preocupações que iam além da ordem religiosa. Apesar disso, o jornal não deixou de veicular as opiniões dos membros que não concordavam com o reformismo, portando-se como um espaço próprio das manifestações da

Arquidiocese de Ribeirão Preto, sem perder o seu caráter jornalístico, com informações e prestação de serviços para a região.

De uma forma mais detalhada, ainda podemos concluir que o DN seguia diretamente às pregações de seus diretores e, por isso, às vezes o que era defendido em seus editoriais modificava-se ao longo das mudanças de direção.

Também concluímos que compreender o posicionamento político do “Diário de Notícias”, nos anos de 1960, enquanto veículo jornalístico atuante em Ribeirão Preto e porta-voz da Arquidiocese do município, demanda vislumbrar, em um primeiro momento, o jornal enquanto produção simbólica inserida e datada em um determinado contexto. Em termos de diagramação, o DN apresentava um parque gráfico estruturado, tendo sucursais em São Paulo e Rio de Janeiro, correspondentes em diversas cidades e associado com agências noticiosas. As páginas eram organizadas por temática, como cultura, esporte, notícias internacionais e nacionais e fatos locais. A leitura era facilitada pela distribuição de colunas, organização de quadros e destaques para títulos, tanto de matérias, como de boxes. Além disso, a presença de temas específicos, como páginas voltadas apenas para as mulheres, também apareciam com frequência no matutino. Essas características demonstraram um jornal antenado com os princípios modernizantes, em consonância com as práticas da grande imprensa brasileira (RIBEIRO, 2007), como forma de demonstrar o progresso social e industrial, além de dialogar com os novos anseios da sociedade. Lembramos que essas mudanças não diziam respeito apenas à parte gráfica, mas também em linguagem, como apontou Ribeiro (2007), embasado nos princípios do jornalismo norte-americano – princípios de neutralidade, objetividade e separação da informação e opinião. Ou seja, nos deparamos com o tipo de produção empresarial voltada aos desejos da comunidade, mas que ao mesmo tempo, seguia uma lógica de produção da grande imprensa. Isso cria uma identificação com o público e, também, mantém um diálogo com a sociedade do espaço em que está inserido.

Assim, o DN extrapola as referências teóricas acerca da imprensa católica, regional e comunitária, perpassando por todos esses apontamentos e se construindo como um veículo singular. O que não se pode ignorar é que ele era representativo em Ribeirão Preto, e atuou de uma forma que ultrapassou a mera coerção social, pela aparência de verdade do texto – o diário enfrentou, se posicionou e lutou ao lado de movimentos sociais, empreendeu campanhas e programas de emancipação em nome de justiça e pela emancipação dos espoliados pelo regime

político-econômico. Importante mencionar que não era toda a Cúria de cidade que compartilhava do que dizia o DN, apesar de ser um órgão representativo dessa região. Além disso, leigos também faziam parte de seu corpo editorial, o que afastava a folha de um caráter panfletário, e o aproximava de uma imprensa convencional do interior.

A análise que apresentamos contribui para escrever mais uma página da história regional, inserida na lógica da História Nacional. Também podemos compreender a influência da imprensa nos segmentos sociais e como se dá esse processo, tanto no âmbito comunicacional, quanto no âmbito social. Nosso esboço é apenas uma das interpretações possíveis da complexidade do fenômeno, não sendo possível esgotá-lo, mas nos ajudam a perceber que há muito mais além na História da Imprensa Brasileira. Deixamos brechas para futuras releituras e pesquisas, que podem contribuir ainda mais para as discussões sobre História, Jornalismo, Sociedade e Religião.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, M. A. de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, A. et. al. **Golpe de 64:** Política e Imprensa em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2005.

ARAÚJO, L. C. E. de.; GERALDO, S. Memória do Jornalismo Impresso de Ribeirão Preto – O início da profissionalização das redações (1965-82). **XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste/INTERCOM.** Ribeirão Preto, 2006.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica:** história da imprensa brasileira. Editora Ática: 4ª ed, revista e ampliada, 1990.

BARBOSA, M. C. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. In: **Revista Contracampo.** N. 12. Rio de Janeiro, 2005.

BARBOSA, M. C. **História Cultural da Imprensa.** Brasil - 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, M. C.; RIBEIRO, A. P. G. “Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/INTERCOM.** Curitiba, 2009.

BARBOSA, M. C. Cenários de transformação: a imprensa brasileira na primeira metade do século 20. In: VICENTE, M. M.; LOSNAK, C. J. **Imprensa e sociedade brasileira.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal: 1977.

BARROS, J. D. "Micro-História". In: **O Campo da História.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011. p.152-179.

BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo.** Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. O jornalismo interiorano a serviço das comunidades. In: ASSIS, F. (Org). **Imprensa do interior:** conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.

BEZERRIL, S. da S. Imprensa e Política: jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. **II Simpósio de História do Maranhão oitocentista.** UEMA. São Luís, 2011.

BOFF, L.; BOFF, C. **Como fazer Teologia da Libertação.** Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BOTOSO, M. **A guerrilha ribeirão-pretana: história de uma organização armada revolucionária**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Franca: 2000.

BUENO, W. da C. **Jornal do interior: conceitos e preconceitos**. In: ASSIS, F. (Org). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

CAMACHO, I. **Doutrina Social da Igreja – Abordagem histórica**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

CAMPONEZ, C. **Jornalismo de Proximidade**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

CARNEIRO JÚNIOR, M. **Sociedade e Política em Ribeirão Preto: estratégias de dominação (1960-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Franca: 2002.

CICILLINI, F.; LIMA, E. M. **O lugar do local: os jornais como meios de difusão da informação local**, Bauru: FAAC/UNESP. Trabalho de Conclusão de Curso, 2005.

CELAM. **A Igreja na atual formação da América Latina à luz do Concílio: conclusões de Medellín**. Petrópolis: Vozes, 1971.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAMMAS, E. Z. **A Ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

COLUSSI, J. **Jornalismo regional e construção da cidadania: O caso da Folha da Região de Araçatuba**. Dissertação de Mestrado, FAAC- Bauru, 2005.

CORREIA, J. C. **Jornalismo e Espaço Público**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, col “Estudos em Comunicação”, 1998.

CORREIA, Pe. F. de A. **História da Arquidiocese de Ribeirão Preto (1908-2008)**. Brodowski: edição do autor, 2008.

DECOS-CELAM. **Para uma Teologia da Comunicação na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DORNELLES, B. **Imprensa local**. In: **Documentos básicos – Mídia Cidadã**. Seminário WACC/UNESP/METODISTA. São Bernardo do Campo. 28 a 30 de novembro de 2005.

_____. **O futuro do jornalismo em cidades do interior**. In: ASSIS, F. de. (Org) **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

Enciclopédia INTERCOM de comunicação. Volume 1. – São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

FERNANDES, M. L. A proximidade como valor-notícia na imprensa do interior. In: ASSIS, F. (Org). **Imprensa do interior: conceitos e contextos.** Chapecó: Argos, 2013.

FRANÇA, J. L. **Mulheres, imprensa e sociedade em Ribeirão Preto (1930-1940).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

GOFF, J. L. **Por amor às cidades.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GOMES, P. G. Contribuições do cristianismo para as ideias comunicacionais na América Latina. In: MELO, J. M.; GOBBI, M. C.; KUNSCH, W. (Orgs). **Matrizes comunicacionais latino-americanas: marxismo e cristianismo.** São Bernardo do Campo: UMEESP: Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2002.

GUTIÉRREZ, L. I. S. Medellín, 1968: Comunicación para América Latina. In: MELO, J. M.; GOBBI, M. C.; KUNSCH, W. (Orgs). **Matrizes comunicacionais latino-americanas: marxismo e cristianismo.** São Bernardo do Campo: UMEESP: Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2002.

HEIM, B. B.; SILVEIRA, J. S. **A institucionalização da política de reforma agrária no Estatuto da Terra: uma proposta a frente do seu tempo?.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24312/a-institucionalizacao-da-politica-de-reforma-agraria-no-estatuto-da-terra-uma-proposta-a-frente-de-seu-tempo>. Publicado em 04/2013. Acesso em 09/03/2017.

HIME, G. V. V. C. Apontamentos da História da Imprensa em São Paulo. In: LOPES, D. F.; COLEHO SOBRINHO, J; PROENÇA, J. L. (Orgs). **A Evolução do Jornalismo em São Paulo.** São Paulo: Edicon: ECA/USP, 2ª ed, 1998.

HOHLFELDT, A. Perspectivas e desafios para compor uma história da imprensa: o que o pesquisador precisa saber e a que se deve dispor. In: LOSNAK, C. J.; VICENTE, M. M. (Orgs). **Imprensa e Sociedade Brasileira.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

HOHLFELDT, A.; VALLES, R. R. **Conceito e história do Jornalismo brasileiro na “Revista Comunicação”.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2008.

JORGE, S. A modernidade e o rádio em Ribeirão Preto/SP (1924-1937). In: **Em Tempo de Histórias.** PPG-HIS/UnB. Brasília. N.13. 2008.

KLERING, J. R. As conferências gerais do episcopado latino-americano, de Medellín a Aparecida e a comunicação. In: **Revista Telecomunicação.** Porto Alegre, v.42, n.2, p.343- 358, 2012.

KOBORI, N. **A atuação política do “Diário da Manhã”**: Ribeirão Preto – 1961-1967. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Comunicação Social-Jornalismo. FAAC-UNESP. Bauru, 2015.

_____. A midiatização da Fé: Religião e Comunicação no “Diário de Notícias”. **Pensacom Brasil**. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2015.

_____. O jornalismo católico em Ribeirão Preto nos anos de 1960: a atuação do “Diário de Notícias”. **XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. CEUNSP. Salto, 2016.

KOBORI, N.; SANTANA, P. C. Para ler e compreender o jornal impresso: a importância do estudo dos perfis editoriais. **7º Encontro Paulista de Professores de Jornalismo**. FAAC-UNESP. Bauru, 2016.

KOBORI, N.; VICENTE, M. M. O jornal do interior nos anos de 1960: Ribeirão Preto e o Diário de Notícias. **XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. ECA/USP. São Paulo, 2016.

_____. Periodismo y la Iglesia Católica en América Latina en 1964: um estudio realizado por el diario brasileño “Diário de Notícias”. **XII Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación**. ALAIC. Cidade do México, 2016.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: an introduction to its methodology**. California: SAGE Publications, 2013.

KUSHNIR, B. **Cães de guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LOPES, D. F.; COELHO SOBRINHO, J.; PROENÇA, J. L. (Orgs). **A evolução do jornalismo em São Paulo**. São Paulo: Edicon: ECA/USP, 2a. ed, 1998.

LOUREIRO, F. P. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. In: **Revista Brasileira de História**. V. 29. N. 57. São Paulo. 2009.

LUCA, T. R. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCONDES, R. L. O café em Ribeirão Preto (1890-1940). In: **Revista História econômica & História de empresas**. A cidade como fonte de pesquisa. Ribeirão Preto: FEA-USP, 2007.

MARINO, D. **Orquídeas para Lincoln Gordon: depoimentos sobre o golpe de 64**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

_____. **O populismo radiofônico em Ribeirão Preto**. 4ª edição. Ribeirão Preto: Coruja, 2015.

MARTINO, L. M. S. **Mídia e poder simbólico**: um ensaio sobre comunicação e campo religioso. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. A religião midiaticizada nas fronteiras entre o público e o privado: uma abordagem teórico-crítica. In: **Revista Ciberlegenda**. 2012.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MATHEUS, L. C. **Comunicação, tempo, história**: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MATTIOLI, A. F. A teia do poder: coronel Junqueira e a política da Primeira República em Ribeirão Preto. **XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH. São Paulo, 2011.

MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Comunicação eclesial: Utopia e Realidade**. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. Igreja e Comunicação. In: SOARES, I. O.; PUNTEL, J. T. **Comunicação, igreja e Estado na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1985.

MENDONÇA, S. R. de. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MENEZES, S. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. In: **Revista Anos 90**. V. 1. N. 36. Porto Alegre, 2012.

MORAES, R. Análise de conteúdo. In: **Revista Educação**. V. 22. N. 37. Porto Alegre, 1999.

MORIN, E. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTTA, D. A. A Hermenêutica em Profundidade como instrumental de pesquisa qualitativa em Ciências Sociais: uma introdução. **VIII Congresso Português de Sociologia**. Universidade de Évora, 14 a 16 de abril de 2014. 2014.

MOTTA, L. G. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. In: **Revista Contracampo**. N. 12. Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, A. S. **O Diário de Notícias**: uma voz da Igreja Católica em Ribeirão Preto (1964 – 1969). Dissertação (Especialização em História). Centro Universitário Barão de Mauá. Ribeirão Preto, 2005.

ORMANEZE, F. Pioneiras, mas não feministas: a trajetória das primeiras mulheres na imprensa campineira. **9º Encontro Nacional de História da Mídia**. UFOP. Ouro Preto, 2013.

PÁDUA, A. F. “**A Notícia**”: um retrato do jornalismo rio-pretense nos anos de 1950. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática. Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2016.

PAULINO, C. L. T. **Tempos de resistência**. 10ª. Edição. Ribeirão Preto: Editora Oswaldo Cruz Empreendimentos Ltda., 2012.

PAZIANI, R. R. Outras leituras da cidade: experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro. N.19. 2005.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. In: **Revista Comunicação & Sociedade**. N. 43. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, 2005.

PINHEIRO, A. P. A.; TOMICIOLI, A. R. B. **O preço da luta** – A Igreja Católica como ponto de partida. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social – Jornalismo). UNESP. Bauru, 2000.

PUNTEL, J. T. **Inter Mirifica**. São Paulo, Paulinas, 2012.

RIBEIRO, J. **A imprensa regional e as comunidades locais**: Jornal “Alvorada”: caracterização de um quinzenário local do concelho de Lourinhã. Dissertação (Mestrado em Antropologia: especialização em Imagem e Comunicação). ISCTE – IUL. Lisboa, 2010.

RICCOEUR, P. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Tomo I. Papyrus, 1994.

RIBEIRO, A. P. G. A mídia e o lugar na história. In: **Revista Lugar Comum**. N. 11. Universidade Nômade do Brasil. 2000.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

RIDENTI, M. S. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROCHA, P. M.; ZAUIH, G. A história da consolidação da imprensa do interior no contexto da *Belle Époque* Paulista. In: **Revista Interin**. Curitiba. V.11. N.1. jan/jul 2011.

SANT’ANA, A. M. **Imprensa, Educação e Sociedade no interior paulista**: Ribeirão Preto (1948-1959). Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) UNESP, Araraquara: 2010.

SANTOS, B. S. Introducción: las epistemologías Del Sur. In: CIBOD (org). **Formas-Otras**. Saber, nombrar, narrar, hacer. Barcelona: CIDOB Ediciones, 2011.

SANTOS, G. I.; GOULART, J. E. & FABER, M. E. E. Teologia da Libertação: resistência intelectual nos anos de chumbo. In: **Revista Historiador**. N. 2. Ano 2. Dez. de 2009.

SANTOS, I. M. F. **Luta e perspectivas da Teologia da Libertação**: o caso da Comunidade de São Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000. Dissertação de Mestrado, FFLCH. São Paulo, 2006.

SANTOS, J. R. Imigração e ascensão social em Ribeirão Preto entre o final do século XIX e meados do XX. **Encontro ABEP**. Unicamp, 2006.

SANTOS, M. S. Comunicação Participativa e a Ação Libertadora. In: MELO, J. M.; GOBBI, M. C.; KUNSCH, W. (Orgs). **Matrizes comunicacionais latino-americanas**: marxismo e cristianismo. São Bernardo do Campo: UMESP: Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2002.

SAVENHAGO, I. J. S. **Efeito da crise dos impressos**: o caso do jornal brasileiro “A Cidade”, de Ribeirão Preto/SP. Dissertação. Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto: 2011.

SCHWARCZ, L. M. **Retrato em Branco e Negro**. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEM AUTOR. **Aos patrões e operários – A única solução da Questão Social**. Recife: Off. Graph. “Diário da Manhã”, 1931.

SILVA, A. P. da.; FREITAS, N. M. B. de. A recepção do anúncio do Concílio do Vaticano II nas dioceses de Ribeirão Preto e Jaboticabal. In: **Cadernos do CEARP**. Brodowski, 2011.

SILVA, F. G. V. **A Igreja Católica e a Comunicação na Sociedade Midiatizada**: Formação e Competência. 2010. 186f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2010.

SILVA, J. M. da. **1964**. Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulinas, 2014.

SILVA, S. R. F. **Teologia da Libertação**: Revolução e reação interiorizadas na Igreja. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, I. O. **Do Santo Ofício à Libertação**: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social. São Paulo: Paulinas, 1988.

SODRÉ, N. W. **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOLEDO, C. N. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo** – Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. A. Hermenêutica em Profundidade na pesquisa social. In: **Revista Ciências Sociais Unisinos**. N. 42. V. 2. Unisinos, 2006.

VICENTE, M. M. Comunicação local e cidadania. In: VICENTE, M. M.; ROTHBERG, D. (Orgs). **Meios de Comunicação e Cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 59-80.

_____. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VIGNERON, J. Humanismo e Comunicação. In: MELO, J. M.; GOBBI, M. C.; KUNSCH, W. (Orgs). **Matrizes comunicacionais latino-americanas**: marxismo e cristianismo. São Bernardo do Campo: UESP: Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, 2002.

VILELA, D. M. **Igreja progressista e mobilização popular em Ribeirão Preto (1960-1964)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Franca: UNESP, 2004.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WELCH, C. A. Camponeses, a verdade e a História da ditadura em São Paulo. In: **Revista Mundo do Trabalho**. V. 6. N. 11. 2014. P. 57-78.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 10ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2009.